

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**TERRITÓRIOS DA PAZ, DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO SANTA  
TEREZA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**

JANAÍNA COSTA TEIXEIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. MÁRIO LEAL LAHORGUE

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIOS DA PAZ, DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO BAIRRO SANTA  
TEREZA DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE-RS**

JANAÍNA COSTA TEIXEIRA

Orientador: Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susana Maria Veleda da Silva (PPGEO/FURG)

Profa. Dra. Adriana Dorfman (PPG em Geografia/UFRGS)

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (PPG em Geografia/UFRGS)

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Geografia como requisito para  
obtenção do título de Mestre em  
Geografia.

PORTO ALEGRE, SETEMBRO DE 2016.

### CIP - Catalogação na Publicação

Teixeira, Janaína Costa  
Territórios da paz, do crime e da violência no  
bairro Santa Tereza do município de Porto Alegre - RS  
/ Janaína Costa Teixeira. -- 2016.  
157 f.

Orientador: Mário Leal Lahorgue.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2016.

1. Segregação socioespacial. 2. Desigualdade  
social. 3. Criminalidade violenta urbana. 4.  
Letalidade juvenil. I. Leal Lahorgue, Mário, orient.  
II. Título.

Dedico este trabalho a quem sempre esteve ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis e me abastecendo com seu amor atento e terno: à minha mãe Olinda Gomes Costa, que viu o meu primeiro sorriso e que, quando minhas lágrimas rolaram de alegria, esteve comigo. Nada é mais dignificante que saber que dela herdei essa força e esse desejo de seguir, apesar dos pesares. Com ela aprendi que a superação dos nossos limites não é apenas uma questão de escolha, mas sim de fé em nós mesmas. Muito obrigada, mãe.

E também, *in memoriam*, a Artidor Rodrigues Teixeira e à Maria Benvinda de Castro.

## APRESENTAÇÃO

Um pouco sobre a autora...

Resido no bairro Santa Tereza há 30 anos, tinha oito quando me mudei com minha família. Na minha infância era muito tranquilo morar aqui. As pessoas se conheciam, todos tinham filhos pequenos que estudavam nas escolas próximas no Machado de Assis ou no Nações Unidas, poucos estudavam no Piauí (escola estadual de 1º grau). Morar na vila<sup>1</sup> tinha um significado estigmatizante para uma criança aos 12 anos, mas ainda não levávamos em consideração no que exatamente isso resultaria no futuro. Meus cinco irmãos e eu sempre estudamos em escola pública dada a nossa condição de pobreza. Meus pais trabalhadores assalariados se esforçavam para nos manter alimentados, vestidos e felizes apesar das dificuldades financeiras constantes.

Na vila, havia respeito pelos pertences dos vizinhos, o que sabíamos de mais violento era alguns ladrões de mercadorias como cigarros, botijões de gás, que assaltavam os caminhões e revendiam nas vilas. E o que me parecia de mais degradante eram alguns jovens viciados em cola de sapateiro, conhecido popularmente como “cheirinho da loló”, eram jovens inofensivos e melancólicos em sua miserabilidade e insignificância existencial. Com o tempo a situação foi mudando, as drogas ditas pesadas (cocaína e o crack) se tornaram mais comuns e os criminosos mais violentos. As portas e janelas passaram a contar com reforços de grades, trincos e cadeados e no alto dos muros novos pontas de lanças, o que mudou a paisagem, em pouco mais de uma década.

Já concluíra o ensino médio em 1997 e simultaneamente já trabalhava para ajudar em casa quando minha mãe ficou viúva tinha 18 anos na ocasião. Foi um período difícil, as coisas mudavam mais rapidamente. Eu passava longas horas fora de casa, pois trabalhava durante o dia e estudava à noite. Era difícil acompanhar todas as novidades: quem nascia, quem morria, quem se mudava da vila, mas uma lembrança é muito presente de como a vila havia se modificado, se tornou mais complexa, mais fragmentada. Os líderes comunitários perderam capacidade de convencimento, de engajamento social. As pessoas pararam de se reunir para debater as questões da associação de moradores, não punham pautas para votação no Orçamento Participativo, e a vila ficou abandonada. Fora esquecida, até se reduzir a um lugar

---

<sup>1</sup> Vila é o mesmo que favela ou comunidade. Área urbana desprivilegiada em termos de equipamentos públicos e de infraestrutura urbana.

deslembado pelos órgãos públicos; em contraponto, de grande interesse para os traficantes de drogas.

Eu já estava na faculdade cursando Geografia e trabalhando em um *Call Center*, no centro da cidade quando notei que meus colegas de escola começaram a se mudar da vila, pois não queriam que seus filhos crescessem naquele local. Isso me fez pensar no que teria mudado para que meus colegas, que praticamente nasceram ali, tivessem desenvolvido verdadeira aversão àquele lugar. Percebi que muitos dos meus amigos haviam perdido parentes, irmãos, tios, primos para tráfico (de drogas). Esses haviam sido ameaçados e atemorizados, pelas facções, tiveram suas casas invadidas por policiais sem mandato e de forma arbitrária. Muitos deles mudaram-se “na calada da noite”, sem deixar vestígios de seu paradeiro; afastaram-se para sobreviver e manter a dignidade.

No ano de 2013 as facções dos Manos e dos Conceição passaram a disputar os pontos de comércio de entorpecentes nas vilas do bairro Santa Tereza, assim como as demais quadrilhas estabeleciam novos códigos de conduta nas comunidades, usavam estratégias para consolidar poder e domínio tais como “lei do silêncio”, e “toques de recolher”. Com o tempo, os moradores tornaram-se mais preocupados, mais calados, pois havia aumentado a sensação de medo e de insegurança. Uma vez que “os contras” (facção inimiga dos Manos) poderiam tentar tomar os pontos de vendas de drogas a qualquer momento. O clima ficou mais tenso e os jovens, sem ocupação e sem perspectivas, se tornaram “soldados” e “seguranças” que tinham como objetivo único defender os limites da vila para que “os contras” não tomassem a “boca” do “Padrinho” (chefe do ponto de vendas de entorpecentes). Certa vez, quando saía para trabalhar em uma manhã fria, reparei em um dos jovens que montava guarda no final de um dos becos, entendi que somente o total desencantamento e a desesperança são capazes de colocar jovens de arma em punho noites a fio, protegendo com suas vidas, algo que jamais lhes pertencerá. O estigma de ser negro, pobre e favelado é um fardo, o qual poucos conseguem carregar sem se perder, sem se deixar levar por falácias e enganos.

Tem sido assim nos últimos quatro anos (2013, 2014, 2015 e 2016) tiroteios, jovens mortos em emboscadas, execuções nas vilas vizinhas, mortes de parte a parte entre as facções, por causa das disputas por territórios, por causa do tráfico. Tornaram-se habituais os conflitos armados, as ações policiais na rua, as buscas e averiguações, os sobrevoos de helicóptero da Brigada Militar e da Polícia Civil na região da Grande Cruzeiro. A violência não é um *privilegio* das áreas urbanas pobres, mas a estigmatização das camadas populares, a fragmentação do espaço e a criminalização da pobreza são um conjunto de elementos que reforçam a banalização da violência nesses espaços desprivilegiados. Eu moro em um desses

lugares e tenho a vivência de uma sociabilidade violenta. Além disso, tenho consciência do quanto se perde em talentos, potencial criativo e força de trabalho todos os anos em virtude da “guerra do tráfico” e da violência urbana.

Uma dissertação de mestrado acerca destes temas que envolvem violência, segurança pública, vulnerabilidade sócioespacial é uma forma de entender esse processo e o porquê de minha escolha pelo tema. E de pôr em pauta questões como por que tantos jovens são atraídos pelo universo ilusório de ser parte das facções criminosas, tornando-se suas vítimas potenciais. A convivência com realidades tão distintas (a da vila e a da faculdade) fez com percebesse que tudo pode ser relativo ou relativizado: os direitos, os deveres, as tragédias humanas, as violências. A maneira como se é tratado irá depender do seu endereço, da sua cor de pele e, sobretudo da sua condição social.

Por fim apesar de um longo período de estagnação, em termos de obras públicas, notei que no último semestre de 2016 a prefeitura está substituindo a rede elétrica e finalmente concluiu a colocação do asfalto na rua. Porém o posto de saúde local segue fechado por medida de segurança dos seus funcionários. Apresentar esse contexto sócio espacial e econômico a partir desta narrativa, que por vezes relutei em trazer à tona, não por vexame, mas para manter a ideia de distanciamento do objeto de análise e de resguardar a postura de pesquisadora e acadêmica, se faz necessário. É o ponto-chave para o debate que emergiu com o papel dar sentido ao que apresento nas próximas páginas.

Boa leitura!

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como estudante, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pelos onze anos de parceria entre bacharelado, licenciatura e mestrado. Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, por ceder gentilmente o Labes - Laboratório do Espaço Social, para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo suporte financeiro nesses vinte e quatro meses de trabalho.

Agradeço muitíssimo ao meu orientador, professor Dr. Mário Leal Lahorgue, pelos aconselhamentos, pelas ajudas tão imprescindíveis, pela paciência e, sobretudo, pelo companheirismo, por me transmitir conhecimentos e por ser tão otimista, nos momentos em que eu duvidei do meu potencial e capacidade. Obrigada, Prof. Mário! Agradeço também aos professores Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, Dra. Adriana Dorfman e Dra. Tânia Marques Strohaecker, que me motivaram a continuar a pesquisa com afinco, pois com esses mestres aprendi que, embora as dificuldades apareçam, devemos prosseguir nos nossos objetivos.

Agradeço à equipe técnica do ObservaPOA - Observatório da Cidade de Porto Alegre (Tobias dos Santos Gomes - Estagiário de Estatística, Liane Rose Bayard Germano - Professora e Rodrigo Rodrigues Rangel – Sociólogo), pelas contribuições e disponibilidade dos indicadores, mapas, publicações e pelos esclarecimentos, que enriqueceram esse trabalho.

Gostaria de agradecer à minha mãe e aos meus irmãos e sobrinhos, que me aguentaram e sempre estiveram comigo. Agradeço o apoio dos amigos Andrea de Araújo, Lucimar Siqueira, Maximiliano Paschoaloti, Débora Schardosin, Bárbara Jaques e ao Tobias Gomes, pela leitura do trabalho e pelas sugestões. Agradeço também ao colega e amigo Antônio Max Tönniges, pelo incentivo e pelas palavras carinhosas.

Por fim, a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.



## RESUMO

Este trabalho está centrado na análise dos fenômenos socioespaciais que envolvem a criminalidade violenta no meio urbano. Busca-se investigar a relação entre o aumento da violência letal e os elevados índices de desigualdade social nos últimos 30 anos. O trabalho trata respectivamente das causas da violência urbana, das relações do crime e da violência com o espaço, além da participação dos jovens nas ações violentas e no trabalho do tráfico de drogas como fator decisivo na elevação das taxas de letalidade juvenil. Selecionamos o bairro Santa Tereza, por tratar-se de uma região conflituosa no município de Porto Alegre - RS, como objeto de estudo de caso, visto que concentra características de uma sociabilidade violenta. Investigamos as relações de pertencimento nas comunidades e o medo dos lugares em virtude do aumento da criminalidade nos centros urbanos. Da mesma forma, consideramos as causas do aumento da violência como sendo um dos fatores de repulsão dos espaços de uso comum e promotor de novas territorialidades a partir do esgarçamento do tecido sócio espacial.

Palavras-chave: Desigualdade social – Criminalidade violenta urbana - Segregação socioespacial - Violência letal.

## **ABSTRACT**

This work focuses on the analysis of socio-spatial phenomena involving violent crime in urban areas. The aim is to investigate the relationship between the increase in lethal violence to high levels of social inequality in the last 30 years. The work deals respectively of the causes of urban violence, crime and violence relations with the space on the participation of young people in violent actions and the work of drug trafficking as a decisive factor in the rise of juvenile mortality rates. We selected Santa Tereza district, because it is a conflictive region in the city of Porto Alegre - RS, as a case study object as it focuses characteristics of a violent sociability. We investigated the relationships of belonging in communities and the fear of places due to the increase of crime in urban centers. Similarly we consider the causes of increasing violence as one of repulsion factors of spaces for common use and promoter of new territoriality from the fraying of the socio-spatial fabric.

**Keywords:** Spatial social inequality. Urban violent criminality. Social segregation. Lethal violence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do Bairro Santa Tereza na Cidade de Porto Alegre, RS - Brasil .....	18
Figura 2 - Zonas conflagradas do crime (Hot Spots) em Porto Alegre, RS, 2010. ....	48
Figura 3 - Percentual da População Urbana que Reside em Favelas.....	52
Figura 4 - Santa Tereza – Cruzeiro do Sul, 2014.....	60
Figura 5 - Imagem do site interativo <i>Onde fui roubado</i> em Porto Alegre – RS .....	63
Figura 6 - Áreas com atividades das facções criminosas em Porto Alegre (2015) .....	101
Figura 7 - Região do Orçamento Participativo 10 da Cruzeiro (PMPA, 2015).....	112
Figura 8 - Mapa Santa Tereza: Santa Cruz – IDHM Esperança de vida ao Nascer, 2010.....	115
Figura 9 - Mapa Santa Tereza: Cruzeiro do Sul – IDHM Esperança de Vida ao Nascer, 2010. .....	115
Figura 10 - Mapa com percentual (%) de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, 2000. ....	117
Figura 11 - Mapa com percentual (%) de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, 2010. ....	118
Figura 12 - Mapa UDH's – Índice de Gini, 2000.....	120
Figura 13 - Mapa UDH's – Índice de Gini, 2010.....	120
Figura 14 - Mapa com o percentual (%) de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem ensino fundamental completo, 2010. ....	122
Figura 15 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal–Renda, 2000.....	124
Figura 16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDHM – Renda, 2010. ....	124
Figura 17 - Imagem Bairro Santa Tereza, município de Porto Alegre, 2014. ....	126
Figura 18 - Mapeamento das ocorrências de homicídio doloso delito consumado em Porto Alegre - 2013.....	130
Figura 19 - Mapeamento das ocorrências de tráfico de drogas em Porto Alegre - 2013.....	133

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principais problemas apontados pelos moradores da Região Cruzeiro, Porto Alegre, 2006. ....	57
Gráfico 2 - Percentual de mortes por homicídio de jovens negros do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa faixa etária, cor e sexo, no bairro Santa Tereza (OBSERVAPOA, 2014).....	78
Gráfico 3 - Taxa de homicídios (por 100 mil) de adolescentes (16 e 17 anos), Porto Alegre. .	85
Gráfico 4 - Morte por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa faixa etária e sexo por Região do Orçamento Participativo - SMS 2011 (Valores expressos em Percentual) .....	86
Gráfico 5 - Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) - População por tipo de delito.....	88
Gráfico 6 - PCPA - Por faixa etária e ao lado PCPA - População por escolaridade .....	89
Gráfico 7 - Homicídios no Rio Grande Do Sul (100 Mil/ Hab.).....	111
Gráfico 8 - Distribuição da escolaridade da população de 25 anos ou mais - Santa Tereza: Vila Cruzeiro do Sul - RS - 2010. ....	123
Gráfico 9 - Homicídio Juvenil masculino, bairro Santa Tereza (2006 - 2012).....	129

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) dos homicídios (por 100 mil), número e população dos municípios por tamanho. Brasil: 1980/2010.....	41
Tabela 2 - Percepção socioambiental - Conveniências de morar na Vila Mato Grosso. ....	49
Tabela 3 - Os adolescentes e o trabalho no tráfico* (2009 – 2010).....	87
Quadro 1 - Descrição dos grupos criminosos que atuam em Porto Alegre - RS.....	102
Quadro 2 – Áreas conflituosas situadas no complexo de favelas Cruzeiro do Sul - Santa Tereza (Porto Alegre/RS).....	106
Tabela 4 - População do bairro distribuída entre as dezenove (19) subáreas .....	113
Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer por UDH e a média do bairro Santa Tereza (2000 e 2010).....	114
Tabela 6 - Dados populacionais da UDH - Cruzeiro do Sul (2000 – 2010).....	116
Tabela 7 - Dados populacionais da UDH: Santa Cruz (2000 – 2010).....	118

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	19
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
1.3 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO .....	19
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO .....	22
<b>2 “AS CAUSAS” DA VIOLÊNCIA URBANA.....</b>	<b>34</b>
2.1 O AVANÇO DA VIOLÊNCIA PELO INTERIOR DO BRASIL.....	39
2.2 O CENTRO VERSUS A PERIFERIA – TOPOFOBIA E TOPOFILIA NO MEIO URBANO.....	42
<b>3 AS CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO COMO INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA CRIMINALIDADE.....</b>	<b>56</b>
3.1 O AVANÇO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE COMO OBJETOS DE ESTUDO DA GEOGRAFIA .....	57
<b>3.1.1 A violência urbana que alcança a todos.....</b>	<b>62</b>
3.2 GEOGRAFIA DO CRIME E GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA: SEMELHANÇAS E (DES) SEMELHANÇAS.....	66
3.3 A DESIGUALDADE SOCIAL COMO UM VETOR DE VIOLÊNCIAS NO BRASIL.....	69
<b>4 OS JOVENS E A VIOLÊNCIA .....</b>	<b>75</b>
4.1 A SOCIABILIDADE VIOLENTA COMO FATOR CAPAZ DE ALTERAR AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS RESIDENTES EM BAIROS POBRES DE PORTO ALEGRE, RS.....	76
4.2 A PRÁTICA DE CRIMES LETAIS ASSOCIADOS AOS ESPAÇOS CONFLITUOSOS E A POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL .....	80
4.3 A DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS ILÍCITAS: UMA ALTERNATIVA PARA RESOLVER O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA. ....	90

<b>5 BAIRRO SANTA TEREZA: TERRITÓRIOS DE PAZ, CENÁRIO DE GUERRA. ...</b>	<b>96</b>
5.1 DOS “MAPAS DO CRIME” AOS TERRITÓRIOS DE PAZ.....	96
5.2 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DO BAIRRO SANTA TEREZA, PORTO ALEGRE - RS.....	107
5.3 DADOS SÓCIO-ECÔNICOS DO BAIRRO SANTA TEREZA .....	111
5.4 A GEOGRAFIA DO CRIME NO BAIRRO SANTA TEREZA: A ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA. ....	128
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO 1 - MAPA DOS SERVIÇOS POR REGIÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OBSERVAPOA, 2011) .....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO 2 - DIMENSÕES E INDICADORES UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DO (ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS)).....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO 3 - RECLAMAÇÃO SOBRE A FALTA DE SEGURANÇA NA SAÍDA DAS ESCOLAS NO PERÍODO DA NOITE, 2014. ....</b>	<b>156</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da geografia da criminalidade violenta<sup>2</sup>, mais especificamente das relações da criminalidade com o espaço. Muitas são as pesquisas que tratam desse assunto, como os trabalhos de Alba Zaluar (2012), Luis Antônio Machado da Silva (2004), Tavares dos Santos (2009) e Marcelo Lopes de Souza (2008). No que tange aos processos que levam às ocorrências tão frequentes de homicídios e outros crimes violentos nas periferias das grandes cidades, cabe uma análise em seu caráter conceitual sob a ótica da Geografia.

Como escala temporal optamos por analisar, nesta pesquisa, os últimos 30 anos, pois os dados disponibilizados pelo SIM/DATASUS e IBGE que também são os utilizados pelo Mapa da Violência para a elaboração dos Mapas dos Homicídios e Juventude no Brasil, referente à versão atualizada para jovens de 15 a 29 anos, fazem uso dessa escala temporal. Nesse contexto, os dados destacam a evolução da violência dirigida contra os jovens no período compreendido entre 1980 e 2011. Já o Mapa das Mortes matadas por armas de fogo (Mapa da Violência, 2013), abrange a mortalidade por armas de fogo entre 1980 e 2010, e sua metodologia de análise se dá a partir dos dados do SIM/DATASUS, com sistematização da Organização Mundial da Saúde – OMS aprovada pelo Ministério da Saúde com o código de Classificação Internacional de Doenças (CID – 10). A partir desses órgãos, é possível obter as séries históricas dos registros de ocorrências violentas das três últimas décadas, que delimitou a escala de análise deste estudo.

Os artigos de apoio teórico, tais como o capítulo *Cidades fragmentadas, medo generalizado: das áreas de risco à “ubiquidade do risco”*, de Souza (2008) e *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano*, de Machado da Silva (2004), entre outros, facilitam-nos o entendimento do fenômeno da violência. Esses autores desenvolvem estudos sobre violência no contexto das metrópoles, e abordam muitos dos elementos que compõem esta pesquisa e que nos auxiliam na interpretação das diferentes categorias de significância entre território e criminalidade violenta. A relação entre os processos de criminalização da pobreza, o aumento dos assassinatos dos jovens negros moradores das periferias e como os espaços são ocupados por organizações criminosas acarretam uma série de consequências para o contexto sócio espacial.

---

<sup>2</sup> O termo criminalidade violenta é utilizado por Marcelo Lopes de Souza no capítulo 6 “Os novos desafios” para a democratização da cidade e as lacunas no discurso e na agenda da reforma urbana, do livro *Fobópole – O medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana* (2008, p. 224).



Através de dados estatísticos do Ministério da Saúde, é possível reforçar alguns argumentos utilizados nos meios de comunicação, como por exemplo o fato de que a desigualdade social tende a favorecer o surgimento de lugares inseguros e, por conseguinte, a ocorrência de crimes violentos territorializados; e refutar outros, tais como a criminalização da pobreza, visto que os meios de comunicação tendem a reproduzir uma ideia generalista a respeito dos problemas sociais, relacionando-os a fatores exclusivamente econômicos. Esse fato acaba robustecendo a ideia da busca por soluções simples para uma realidade muito mais complexa e repleta de variâncias.

A proposta deste trabalho é produzir investigações e análises sobre a geografia da criminalidade violenta (SOUZA, 2008), a partir das estatísticas elaboradas pela Secretaria da Segurança Pública do Estado e do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, órgãos responsáveis por pesquisas e levantamentos referentes aos índices de mortalidade envolvendo os crimes violentos. Esta dissertação também trata das relações entre uma sociabilidade violenta com a fragmentação do espaço urbano.

Com base em elementos históricos e que constituíram a formação da sociedade brasileira, nota-se que a violência ocupa papel relevante enquanto ferramenta de controle social (das camadas populares) sob a égide do Estado, e simultaneamente como instrumento de coação e restrição de liberdades, no sentido de privilegiar um grupo em detrimento de outros atores sociais. Esse cenário sócio político-econômico produziu um espaço social segregado ao longo das décadas. Este trabalho é uma tentativa de abrir novas possibilidades de compreensão da violência e das formas como ela se expressa e influencia as novas composições socioespaciais.

De fato, a violência sempre esteve presente nos centros urbanos (Souza, 2008, p. 8), todavia após uma série de mudanças sociais que resultou no aumento da desigualdade social, percebemos que a criminalidade violenta serviu para aumentar a sensação de insegurança e de risco no meio urbano. Isso ocorre tanto em termos organizacionais, isto é, de estruturação de planejamento urbano e de segurança pública, quanto em termos administrativos, relacionados à atuação na gestão dos recursos humanos e financeiros. Dessa forma, as alterações socioeconômicas e estruturais da cidade culminaram em uma sociedade mais violenta e insegura para todos.

Com auxílio de dados secundários, fontes jornalísticas e referências bibliográficas, no sentido de dar embasamento aos objetivos apresentados ao longo do trabalho, podemos identificar que são muitos os problemas que envolvem a pesquisa da geografia da violência e da criminalidade. E ainda que esses elementos requeiram o conhecimento dos conceitos

básicos como violência, segurança e crime, o centro da pesquisa está em territorializar, através dos eventos que envolvem alta criminalidade e letalidade, no sentido de estabelecer relação entre lugar e violência urbana. O pressuposto é que existem lugares predominantemente inseguros, sendo necessário distingui-los a partir das características dessas áreas e dos tipos de crimes que são recorrentes nesses locais.

A área de estudo, o bairro Santa Tereza, está situado no município de Porto Alegre – RS e apresenta características predominantemente residenciais, pertencendo à região do Orçamento Participativo dez da Cruzeiro<sup>3</sup>. Esse bairro é importante, pois abriga parte da chamada "Grande Cruzeiro", um conglomerado de vilas/favelas populares que concentra mais de 27.000 (vinte e sete mil) habitantes e agrega uma série de elementos sociopolíticos e geográficos que o tornam relevante no estudo da relação centro e periferia (Sposito, 2004, p.119), uma vez que essa temática remete às desigualdades sociais, econômicas e territoriais e, sobretudo, ao processo de segregação espacial.

Todavia, ao andarmos pelas ruas do complexo de favelas Cruzeiro do Sul, em uma de suas subáreas ou Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)<sup>4</sup> percebemos a mudança da paisagem, bem como as suas carências urbanísticas e a pouca integração com o seu entorno. Nessas diferenças estão refletidas também as relações interpessoais e o sentimento de pertencimento ou não ao bairro e até mesmo à cidade, por parte dos moradores.

Cabe destacar que este trabalho procura espacializar a violência a partir da desigualdade social, no sentido de desfazer estereótipos de que as favelas são lugares predominantemente inseguros e criminalizados ou criminalizantes. O intuito desta pesquisa é caracterizar os lugares urbanos pobres como mais um local onde as decisões políticas que atuam sobre a cidade exercem seu domínio ao integrar ou fragmentar esses espaços. Dessa forma, cada bairro possui suas peculiaridades, assim como suas próprias formas de estabelecer trocas culturais e de interação com os outros espaços urbanos.

---

<sup>3</sup> O bairro Santa Tereza possui sua área compreendida nos seguintes limites e logradouros públicos: PONTO INICIAL E FINAL: Encontro da Rua Taquari com a Av. Jacuí. Do ponto inicial segue pela Avenida Jacuí, até a Avenida Divisa, por esta até encontrar a Rua Ursa Maior, por esta até encontrar a Rua Dr. Campos Velho por esta até encontrar a Rua Xavier da Cunha, por esta até encontrar a Rua Gregório da Fonseca, por esta até encontrar a Avenida São Sebastião, por esta até encontrar a Rua Octávio de Souza, por esta até encontrar a Rua Sepé Tiaraju, por esta até encontrar a Rua Catumbi, por esta até encontrar a Rua Prof. Clemente Pinto, por esta até encontrar a Avenida Dr. Carlos Barbosa, por esta até encontrar a Avenida Moab Caldas, por esta até encontrar a Avenida Mariano de Matos, por esta até encontrar a Rua Corrêa Lima, por esta até encontrar a Rua Miguel Couto, por esta até encontrar a Avenida Padre Cacique, por esta até encontrar a Rua Taquari, por esta até o ponto final.

<sup>4</sup> Os dados intramunicipais são calculados para Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), agrupamentos de setores censitários com feições urbanísticas, sociais e econômicas homogêneas ([www.atlas.org.br](http://www.atlas.org.br)).



## 1.1 OBJETIVO GERAL

Estabelecer relações de significância entre os conceitos de território, de espaço, de pobreza, de desigualdade e de crime no âmbito da Geografia. Dessa forma, a pesquisa busca territorializar a criminalidade violenta através dos eventos que envolvem alta criminalidade e letalidade, no sentido de estabelecer relação entre lugar e violência urbana.

## 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Caracterizar a territorialização da violência no meio urbano, com base no mapa do crime de Porto Alegre / RS.
2. Analisar a inter-relação entre a disparidade socioeconômica dos lugares com as perspectivas de uma sociabilidade violenta associada à alta letalidade juvenil.
3. Identificar a espacialidade da violência em Porto Alegre, mais especificamente no Bairro Santa Tereza, com base em um contexto de desigualdade social nos últimos trinta anos.

## 1.3 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos a metodologia utilizada na pesquisa. Por meio de levantamento de referencial teórico buscamos, nos meios de comunicação, mídias locais, bem como nos bancos de dados de instituições responsáveis por gerar dados estatísticos e socioeconômicos, informações para compor o mapeamento do perfil demográfico da área de estudo.

As informações para a elaboração desta pesquisa foram obtidas por meio da etapa de levantamento de dados e nos permitem chegar a algumas conclusões, as quais auxiliam no entendimento dos processos que envolvem os objetivos deste trabalho. Com base nos elementos examinados junto aos órgãos públicos e imprensa (jornais, revistas, mídias digitais e sítios eletrônicos) e nos referenciais teóricos, podemos apresentar alguns resultados obtidos

ao longo da pesquisa. Foram seis meses de seleção de documentos, visitas, telefonemas e trocas de e-mail com a Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), a Secretaria da Saúde e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na tentativa de abalzar um perfil da geografia da criminalidade violenta em Porto Alegre e, mais especificamente, no bairro Santa Tereza. O Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) disponibilizou sua base de informações georeferenciadas sobre o município de Porto Alegre, e no sítio eletrônico da Prefeitura (PMPA) tivemos acesso aos mapas oficiais do bairro, configurados também por Região do Orçamento Participativo, os quais contribuíram para as análises de evolução demográfica. Os artigos disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Fidedigna e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nos serviram como fonte de análise das estatísticas sobre os temas referentes à segurança pública, cidadania e violência no Estado do Rio Grande do Sul.

Cabe destacar também as consultas ao Sociólogo Rodrigo Rangel e à Professora Liane Bayard, do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA), que apresentaram a metodologia utilizada nas suas produções técnicas e trabalho temáticos do observatório. Além disso, a plataforma virtual 'Porto Alegre em análise', nos possibilitou a elaboração dos mapas com a ferramenta disponível no Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios. Esses mapas eram os mais apropriados, uma vez que continham os dados geoestatísticos para a investigação sobre as condições de moradia, emprego, renda e nível de instrução da população das áreas urbanas pobres do bairro Santa Tereza.

Efetuamos duas tentativas junto à Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS) a fim de obter os dados relativos aos indicadores denominados 'homicídios masculino jovem negro', sem ter obtido êxito junto ao site da Lei de Acesso à Informação (LAI) do portal da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS). Em uma das negativas, fomos informados que seria por motivo de preservação dos dados cadastrais de identificação e endereço das vítimas e, na segunda vez, por que o pedido demandaria trabalho excedente por parte das equipes. Dessa forma, optamos por obter dados de fontes secundárias, como estudos e relatórios divulgados por meio da internet, em seminários de instituições públicas, universidades e Câmara dos Vereadores de Porto Alegre – RS, a exemplo do trabalho do Instituto Fidedigna (IF) sobre a violência no município e região metropolitana. Com base nos dados da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), o IF elaborou um relatório sobre os índices de criminalidade e violência a partir de taxas de homicídios, crimes comuns e violência doméstica no Estado, mostrando que ocorreu um dos mais expressivos aumentos desses casos nos últimos anos. Dessa forma, realizando o comparativo entre as

UDHs compreendemos por que essas áreas apresentam tais configurações, e esses foram alguns dos resultados alcançados neste trabalho. Em verdade, esses mapas apresentaram-se relevantes, pois nos permitiram visualizar objetivamente quais são as UDHs que concentram os valores mais elevados em termos de vulnerabilidade social. Para alcançar essa informação, utilizamos os mapas do indicador renda, distribuição da escolaridade da população de 25 anos ou mais, o mapa com o percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem ensino fundamental completo e o mapa com o Índice de Gini, o qual mede o índice de desigualdade socioeconômica por UDH diretamente vinculado à renda. Procuramos estabelecer relações entre indicadores, como baixa escolaridade e nível de ocupação e desocupação da PEA e geramos o mapa com o percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, o que nos auxiliou a entender a relação desses jovens com a vulnerabilidade social no bairro. Foram pesquisados artigos, reportagens em jornais locais e periódicos, além de revistas que tratam de assuntos relacionados ao objeto de pesquisa.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nos permite realizar análises cruzadas entre UDHs, além de identificar as relações entre nível de instrução, longevidade e renda nos últimos anos. Logo, é possível estabelecer conexões entre local de moradia, poder aquisitivo e qualidade de vida no bairro Santa Tereza, onde percebemos a existência de diferentes estratos sociais que convivem em um mesmo bairro, o qual está subdividido em UDHs com alta distinção entre os índices de mortalidade infantil, graus de escolaridade e longevidade. Essas variações evidenciam-se nos indicadores de perspectivas de vida ao nascer e na renda mensal *per capita* por chefe de domicílio. Os trabalhos encontrados demonstram o quão relevante é o tema crime e espaço, bem como as diferentes formas de abordagens dessa temática nos meios de comunicação, pelos órgãos públicos e pelos pesquisadores.

Apresentar essa temática representar dar visibilidade a um problema social que somente nos últimos anos deixou de ser percebido como um entrave social da competência exclusiva da segurança pública. Pois nas últimas 30 décadas vem chamando a atenção do meio acadêmico das corporações responsáveis por serviços de segurança privada bem como dos profissionais de saúde como médicos, psicólogos e psiquiatras, demonstrados pelos trabalhos acadêmicos produzidos, nos relatórios, nos seminários sobre o tema: violência urbana, segurança pública e letalidade juvenil.

## 1.4 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de alcançar uma maior compreensão sobre o tema, são utilizados conceitos e categorias como espaço social, territorialidade e violência urbana, enquanto fatores de fragmentação das cidades, referenciados por Souza em seus livros *O Desafio Metropolitano* (2000), *Fobópole – O medo generalizado e a militarização da questão Urbana* (2008) e *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (2013). Além disso, apresentamos a ideia de sociabilidade violenta constante nos trabalhos de Silva (2004) tais como *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano* (2004). Com relação ao conceito de segregação, apresentamos ainda, a definição de Villaça (2001):

(...) há segregação das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades. Vamos abordar a segregação das classes sociais, que é aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles. Tal como aqui entendida, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole. (VILLAÇA, 2001, p.142).

O autor destaca a segregação espacial entre pobres e ricos no meio urbano como configuração que remete à separação entre classes sociais, sobretudo. Nesse sentido, podemos destacar os trabalhos de Souza (2008) e Santos (1998), os quais contribuem para esta pesquisa, ao auxiliar-nos no entendimento do pensamento geográfico, na produção do espaço e na relação do cidadão com esse espaço (Santos, 1998), aplicado ao tema de análise que trata da geografia da criminalidade violenta, conforme Souza (2008):

(...) torna-se cada vez mais difícil pensar com realismo em intervenções estatais em favelas e outros espaços segregados de grandes e até de muitas médias cidades – “urbanização”, regularização fundiária, implementação de rotinas consistentemente participativas – sem considerar e sem enfrentar o desafio da territorialização e do controle imposto por traficantes de drogas. (SOUZA, 2008).

Esse autor resgata outros pensadores do espaço social, tais como Henri Lefebvre, em seu livro *O direito à cidade* (2011) e David Harvey, em *A justiça social e a cidade*, (1980), além de Émile Durkheim e Max Weber; e aborda temas como a territorialização a partir de relações de apropriação e controle do espaço pelos agentes sociais. Em seu artigo *O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento*, Souza (2012) aborda as novas territorialidades, trata sobre as relações controversas entre poder e violência no território e,

sobretudo, aborda as territorialidades que surgem no complexo cotidiano das metrópoles, além da territorialidade do tráfico de drogas no território-enclave (favelas) do Rio de Janeiro. Dessa forma, discute sobre as intervenções das facções criminosas nos espaços urbanos desprivilegiados, como uma “territorialidade de baixa definição, até que subjuguem os demais oponentes e se torne uma territorialidade de alta definição” por suas configurações em redes e superposições e de “uma territorialidade altamente pulverizadas pelo tecido urbano”. (SOUZA, 2012, p. 91)

Outra forma de se abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença o "nós" (o grupo, os membros da coletividade ou "comunidade", os insiders) e os "outros" (os de fora, os estranhos, os outsiders) (SOUZA, 2012, p. 86).

E ainda,

Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades), podem (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos - e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo (SOUZA, 2012, p.87).

O autor destaca a diferença de trabalhar com conceitos mais complexos, das territorialidades como expressões das mudanças sociológicas que se refletem no meio urbano, redefinindo as categorias de análise acerca do conceito de território, territorialidade e suas derivações. Conforme afirma o autor,

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, de acordo com o que se disse há pouco, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. As territorialidades, no plural, significam os tipos gerais em que podem ser classificados os territórios conforme suas propriedades, dinâmicas etc.: para exemplificar, territórios contínuos e territórios descontínuos singulares são representantes de duas territorialidades distintas, contínua e descontínua. (SOUZA, 2012, p. 99).

Na obra *Os Conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial* (2013), Souza apresenta conceitos tradicionais articulados aos termos modernos que buscam identificar as



redes geográficas que se estabelecem a partir de novos atores sociais e sobre a obra *Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano* (2004), de Luiz Antônio Machado da Silva, o qual apresenta o conceito de sociabilidade violenta.

(...) a característica central da representação da violência urbana é captar e expressar uma ordem social, mais do que um conjunto de comportamentos isolados. Ou seja, as ameaças percebidas à integridade física e patrimonial não provêm simplesmente de agentes e comportamentos isolados, mas de um complexo orgânico de práticas. Esta construção gera disposições de conduta que levam em consideração os códigos organizadores deste complexo. Mas não parece despropositado agregar que a violência urbana, como referência para a formação das ações, está longe de cancelar ou substituir orientações subjetivas relacionadas à ordem estatal. Até porque é a partir destas que a representação da violência urbana se constrói, pois a experiência que a fundamenta é a ameaça à segurança, e a avaliação desta se reporta a uma ordem institucional-legal ideal tomada como parâmetro. (...) a violência urbana é uma categoria produzida pelos dominados, caracterizando uma apreensão "exterior" desta ordem social, mas nem por isto menos coerente com ela (SILVA, 2004).

Para definir as formas de organizações sociais a partir do avanço dos crimes violentos no meio urbano, o autor ora trata dos crimes comuns, ora faz uma investigação referente às interações humanas no contexto do meio urbano violento. Nesse sentido, Silva destaca que a qualidade de vida e o bem-estar social estão afetados pelas consequências da criminalidade, a partir de uma produção simbólica do espaço ressignificado e, desta forma, traz os “territórios do medo”, como sinônimo de insegurança constante; ou os “territórios pacificados”, *os Territórios de paz* (política pública implantada em Porto Alegre e em outras regiões do país, que veremos adiante). De fato, a ideia do autor é investigar de que forma a vivência de uma sociabilidade violenta conduz os indivíduos para o enfrentamento dessas conformações sociais. Esse contexto social se faz muito mais presente nas comunidades pobres, nas quais os criminosos ditam as regras de comportamento perante um Estado que, nos últimos anos, acumula insucessos em termos de políticas públicas voltadas para a segurança da população. O autor embasa esse tema com particular referência ao caso da cidade do Rio de Janeiro, que é o objeto de sua pesquisa e onde se encontram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas pela Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, no final do ano de 2008.

Em Porto Alegre, muitas comunidades enfrentam, em igual medida, a realidade de uma sociabilidade violenta, a exemplo de alguns bairros da cidade, onde se concentram os núcleos de ações de facções que controlam o tráfico de drogas na capital gaúcha. No caso do Rio de Janeiro, o autor analisa o crime comum violento como uma constante nas interações sociais em favelas, (por serem submetidos a uma rotina fragmentada), intervindo em maior ou

menor proporção no cotidiano da população local. Esse fato deve ser encarado como questão sociológica, pois atua diretamente nas relações entre as pessoas. Para o autor, “o crime comum violento é a violência urbana como representação” (SILVA, 2004). Assim, o conjunto de atos criminosos violentos somados ao contexto social, em uma lógica paralela à legalidade, é internalizado na cultura daquelas que sofrem as consequências dessas expressões de violência urbana.

Um dos aspectos abordados pelo artigo faz referência ao crescimento do crime violento organizado nos espaços em que a atividade regulatória e as políticas substantivas do Estado não conseguem preencher, e esse fato é apontado como uma das consequências da criminalidade violenta na atualidade (Cf. Silva, 2004). Estudos do Mapa da Violência do ano de 2013, de acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), apontam que o Brasil tornou-se um dos sete países com os mais altos índices de homicídios motivados por desavenças no trânsito entre civis, além da disparada das mortes em situações descritas pelas autoridades policiais como “autos de resistência”. Nesses casos, estão envolvidos menores de idade e situações de confronto entre Policiais Militares (PM's) e civis suspeitos de estarem ligados ao tráfico de drogas, entre outros crimes, conforme estudo do Mapa da Violência de 2014:

O País registrou 56.337 assassinatos, segundo a prévia da versão 2014 do *Mapa da Violência*, divulgada em maio. A fonte do documento são as certidões de óbito emitidas pelo Sistema Único de Saúde, a mais confiável estatística disponível em território nacional. Isso representa uma morte a cada dez minutos. E uma taxa de 29 homicídios para cada 100 mil habitantes, indicador mais utilizado por especialistas para medir o grau de violência letal em uma nação, pois leva em conta o tamanho da população. Uma década atrás, o índice não era muito diferente: 28,5. De lá para cá, morreram assassinados 555.884 brasileiros, ou aproximadamente 50 mil por ano (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2014).

Algo que vem chamando a atenção dos órgãos de pesquisa e estatísticas, como o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, é que a maioria das vítimas de homicídios são pessoas negras. Uma pesquisa realizada entre os anos de 2002 e 2013 aponta que houve um crescimento dos homicídios da população negra na mesma proporção da queda do número absoluto de homicídios na população branca, conforme o Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (2015), produzido pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH).

No que compete à análise referente à visão geográfica da violência, partiremos de alguns dos pressupostos discutidos no artigo *Territórios da violência: um olhar geográfico*

sobre a violência urbana, de Ferreira e Penna (2005, p.156), o qual ressalta a relevância de analisar o espaço para além do local dos crimes meramente:

A tradição da produção geográfica no assunto se restringe à preocupação com a espacialização do fenômeno, isto é, localizar as ocorrências criminosas no espaço urbano e correlacioná-las às condições do local onde acontecem. Muitas vezes essas condições, que favorecem a ocorrência, são confundidas com a própria causa das mesmas. A espacialidade é uma categoria geográfica usada por todos os ramos do conhecimento como uma primeira apreensão do fenômeno na busca de sua explicação pelas diferentes especialidades. A espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola nossas cidades porque não chega às suas raízes. Aqui se pretende uma outra categoria de análise que é a territorialização da violência no espaço urbano: a produção do espaço da violência: o território da violência. (FERREIRA e PENNA, 2005, p.156).

Ao utilizar a expressão “territórios de violência” faremos referência ao processo de espacialização da criminalidade em locais considerados inseguros, em virtude de seu contexto socioeconômico e das demais configurações espaciais, como nível de urbanização e características demográficas e populacionais. Por seu turno, os conceitos de juventude e de criminalidade violenta estão presentes em trabalhos de Alba Zaluar, mais especificamente no artigo *“Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos”* de 1985. Nesse trabalho, a autora explica quais os fatores induzem os jovens a ingressar no mundo do crime, citando entre eles os motivos econômicos ou mesmo as questões morais e sociais. Dessa forma, esses jovens são influenciados pelo convívio social, pois são mais vulneráveis no que tange às práticas de uma sociabilidade violenta e de criminalidade.

O tráfico de tóxicos oferece, de fato, aos jovens em dificuldades no mercado de trabalho, a oportunidade de ganhar dinheiro que aumenta à proporção que se sobe na hierarquia desta vasta rede organizada do tráfico. “Ninguém é bandido porque quer” é uma frase que nos traz para o terreno das determinações, das explicações objetivistas. E elas são múltiplas. Apontam para a falta de assistência do governo, a pobreza cada vez maior entre as famílias de trabalhadores, a polícia corrompida, as atrações e facilidades do tráfico, o exemplo e sedução dos bandidos da vizinhança, a revolta que os métodos violentos provocam. (ZALUAR, 1985, p. 151-153).

Fica evidente que, para além de um ambiente de pobreza, outros fatores influenciam nas decisões dos jovens em se integrarem a grupos criminosos e no trabalho do tráfico de drogas. Nesse mesmo tema, podemos citar o artigo *Composição de sociabilidade violenta no Brasil* (Soares, 2014), no qual são retomados diversos trabalhos sobre a violência urbana, nas mais diversas áreas da sociologia, antropologia e geografia humana (MISSE, 2006; ADORNO; PERALVA, 2005; ZALUAR & LEAL, 2001), afirmando que, particularmente no caso do Brasil, a violência está situada na formação do país, o que reforça o fato de que a

violência está associada a uma série de dificuldades na estrutura da administração pública, que desencadeou formas inadequadas de solucionar os problemas, uma vez que o Estado, ao longo de seu processo histórico, cumpre de forma parcial seu dever de amparar a população. Dessa forma, há um reforço de argumentos sobre um possível “acúmulo social de violência” (MISSE, 2006, p. 34) enquanto fundadora de “conflitualidades” (TAVARES DOS SANTOS, 2009) que denota uma violência que não está centrada na contemporaneidade, mas que remonta a outros períodos históricos no Brasil e que seguiu perpassando a nossa cultura nas formas de se relacionar com os demais organismos de poder político e econômico, até sua consolidação enquanto Estado Democrático de Direito.

A sociedade brasileira tradicional, a partir de um complexo equilíbrio de hierarquia e individualismos, desenvolveu, associado a um sistema de trocas, reciprocidade na desigualdade e patronagem, o uso da violência, mais ou menos legítimo, por parte de atores sociais bem definidos. Neste cenário social, a manipulação do poder, a corrupção e o uso da força tiveram um papel fundamental na estruturação do sistema social da época, o que muitas vezes pode ter conduzido a uma legitimação velada destes atos na constituição da sociedade brasileira. (VELHO, 2000, p. 57).

Como conceito de violência, optou-se pela definição de Michaud, que ressalta:

Há violência quando, em situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.11).

Por sua vez, o conceito de crime utilizado é o jurídico. “Embora o Código Penal não defina o que seja crime, devem ser apresentados seus conceitos material e formal”. O Conceito material é “a violação de um bem jurídico protegido penalmente” e o conceito formal expõe que “somente o comportamento humano positivo (ação) ou negativo (omissão) pode ser considerado crime.”. No entanto, para que uma conduta seja considerada criminosa, é necessário que ela seja um fato típico e antijurídico. Será fato típico quando a conduta estiver definida por lei como crime “(...) e antijurídico quando o comportamento for contrário à ordem jurídica como um todo (...)” (DELMANTO al. et. 1998, p. 18). O conceito jurídico de crime é empregado neste trabalho devido à utilização de dados oriundos do sistema da justiça criminal brasileira. Porém, cabe destacar o conceito sociológico de crime, apresentado pelo sociólogo Emile Durkheim em *As Regras do Método Sociológico* (1895), sendo que “crime” é entendido como uma atitude que atente contra os costumes, a lei e a moral e que é reprovada pela consciência. Para Durkheim o crime sempre esteve presente nas sociedades ao

longo das épocas, se diferenciando em suas formas com características de anormalidade ou desvio individual.

Com relação ao conceito de segurança enquanto responsabilidade do Estado, evidencia-se que é necessário empenho dos governos para garantir que os investimentos financeiros e tecnológicos sejam corretamente aplicados. Analisamos o conceito de segurança aplicado na Geografia, com base no artigo *Espaços urbanos seguros, a temática da Segurança no Desenho da Cidade*, de Souza e Compams (2009). Esse artigo faz uma análise da política pública do governo federal a partir do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e dos Territórios de paz, como estratégias com formatos similares, os quais foram aplicados em outros países, como na Colômbia, e que apresentaram resultados positivos em suas políticas de segurança locais.

Assim, a lógica de funcionamento dos projetos visa tornar os espaços urbanos mais seguros, a partir do envolvimento das comunidades e da prevenção dos crimes. No artigo, Souza e Compams (2009) ressaltam a importância do engajamento comunitário e governamental na mudança de mentalidade das corporações responsáveis pelo policiamento, bem como do investimento em iluminação pública, diversificação dos usos dos espaços públicos e cuidados com a paisagem, tornando esses lugares mais atrativos para a população. Cabe, no entanto, apresentar o conceito de segurança pública (MapaSeg Porto Alegre, 2014), a partir do entendimento de que essa é uma das incumbências do poder público, o qual deveria assegurar a todos a proteção da sua integridade física e moral e, sobretudo, a liberdade de ir e vir nos espaços de convívio, em contrapartida aos tributos pagos pelos cidadãos. Desse modo, o MapaSeg afirma, com base no texto retirado da Constituição Federal de 1988, que:

Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservar a ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio através dos seguintes órgãos I – Polícia Federal; II – Polícia Rodoviária Federal; III – Polícia Ferroviária Federal; IV – Polícias Civis; V – Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (MAPASEG PORTO ALEGRE, 2014).

Para a Geografia, o conceito de segurança está intrinsecamente associado a outros direitos, como o da mobilidade urbana, o acesso aos espaços de entretenimento e cultura, a interação com os elementos da paisagem, além do sentimento de pertencimento ao lugar. A obra de Milton Santos que trata “*do direito ao entorno, o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional (praias, montanhas, calçadas) (...)*” em *O espaço do Cidadão* (1998), corrobora para essa argumentação. Além disso, o artigo *Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização* (Zaluar, 1999) contribui para o entendimento

do termo etnografia urbana, que se relaciona com a aplicação de conceitos da antropologia no espaço urbano, ao investigar as diferentes formas de violência ao longo das décadas de 70 e 80 no Brasil, ressaltando os entraves ao se trabalhar em entrevistas e questionários junto às camadas populares, devido aos conflitos frente ao poder do Estado. Nesse sentido, a autora expõe a tribulação em realizar um trabalho de campo:

Isso não é de se espantar pelas dificuldades enfrentadas no campo e no relacionamento com o “objeto/sujeito” do estudo. Além das penosas barreiras para conquistar a confiança dos que vivem na ilegalidade, na marginalidade ou na clandestinidade, a defender seus segredos e identidades de todos os que os ameaçam, existe o risco de vida que se corre em locais onde os tiros fazem parte dos ruídos de fundo e as balas perdidas (e seus efeitos mortais), do cenário local. (ZALUAR, 1995).

Considerando o exposto, a pesquisa de campo auxilia na espacialização desses locais, uma vez que pelo viés do espaço social podemos aproximar as vivências do pesquisador e seu objeto de investigação, por meio da observação do entorno, dos fenômenos sociais e naturais e até a análise da interação cotidiana. A Sociologia e a Antropologia tratam das verificações dos problemas das sociedades, sejam de ordem teórica e metodológica, seja durante as etapas de que envolvem a prática. Esse é o panorama etnográfico, o qual busca o contato com o objeto de estudo que está imerso no meio natural e se utiliza para deste para transitar e reproduzir suas experiências, sociais, políticas e culturais.

Assim, a Geografia participa dos trabalhos sociológicos (em seu rol de vivências localizadas e temporalizadas), e também elabora as suas próprias teses e considerações, como nesta pesquisa, que trata especificamente sobre o fenômeno da criminalidade urbana, da sociabilidade violenta de suas categorias de análise socioespaciais. A Geografia é uma ciência maleável que se permite a interpretação dos acontecimentos contemporâneos, pois estabelece redes de interação com as demais áreas do conhecimento, propondo intervenções com base nos fatos decorridos (e nas suas consequências) e analisando as ações do presente, na tentativa de antever as repercussões futuras no contexto do espaço social. Visto que suas categorias geográficas abarcam os fenômenos socioambientais, como citou em seu artigo a professora Dirce Suertegaray, “o espaço geográfico é uno e múltiplo” (Suertegaray, 2001) e, dessa forma:

(...) Se de um lado ainda trabalhamos com o recorte do espaço geográfico, de outro acreditamos que esses recortes poderão mais unir o discurso geográfico, do que separar. Isto porque cada um deles enfatiza uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico: o econômico/cultural (na paisagem), o político (no território), a existência objetiva e subjetiva (no lugar) e a transfiguração da natureza (no ambiente). Não obstante, nenhum deles prescinde das determinações expressas em uns e em outros. Por outro lado, acreditamos que conceber esta como

uma das possibilidades analíticas da Geografia, tende a nos permitir a diferença de enfoques, ao mesmo tempo em que nos articula pelas conexões derivadas da fronteira tênue entre cada um desses conceitos. Costuma-se dizer na atualidade, que o objeto de estudo se constrói num contexto relacional (contém e está contido). Por conseguinte, as conexões que permeiam os conceitos que aqui denominamos operacionais, aproximam as nossas práticas geográficas, muito mais que nos dividem. (SUERTEGARAY, 2001).

Assim, o referencial teórico confere a essa pesquisa todo um arcabouço operacional de arranjos e categorias de análise que colaboram para pensar o que é a territorialização da geografia da criminalidade violenta. As contribuições dos autores vão além das suas pesquisas e práticas locais, uma vez que, tanto o conceito de lugar como o de crime, entre outros apresentados, são igualmente úteis para explicar a composição da sociabilidade violenta e sua espacialização nos territórios.

As leituras cooperam também para estabelecer relações entre os espaços e a criminalidade, pois apresentam uma série de elementos históricos, políticos e ideológicos, os quais traçam um perfil da evolução das diretrizes da organização do Estado e, a partir destas, do modo pelo qual a violência sempre perpassou as interações sociais. Nesse sentido, é possível caracterizar a espacialização da violência no meio urbano, descentralizada das áreas pobres. Dessa forma, se faz necessário pensar o papel da segurança pública na conformação de cidades mais humanizadas e menos segregadas espacialmente, a partir das investigações do objeto de estudo, o qual será apresentado a seguir em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e demográficos. Embora as ações aconteçam em um lugar específico, muitas dessas ocorrências estão relacionadas a um contexto sociopolítico e econômico interconectado em escala mundial.

No livro *Geografia do crime e arquitetura do medo: Uma Análise Dialética da Criminalidade Violenta e das Instâncias Urbanas* de Pablo Silva Lira (2014), resultado das reflexões de sua dissertação de mestrado, é possível encontrar pontos de contato entre a geografia da criminalidade violenta de Vitória – ES e de Porto Alegre - RS, visto que o autor analisa em qual medida a urbanidade, ou a ausência desta, interfere na manifestação da violência. Dessa forma, aborda questões como a violência como consequência de uma cidade cada vez mais segregada por condomínios fechados, artifícios urbanísticos que repulsam as pessoas e diminuem a possibilidade da apropriação dos espaços de uso comum. Esse fenômeno é denominado de “arquitetura do medo”, e produz efeitos contrastantes ao tentar combater a criminalidade violenta na região da grande Vitória - ES.

Em sua pesquisa, o autor ainda trata das formas de espacialização dos crimes de tráfico de drogas ilícitas – CTDI<sup>5</sup>, dos crimes violentos contra as pessoas – CVPES e dos crimes violentos contra o patrimônio – CVPAT. Nesse sentido, elabora comparações por meio das observações e dos mapeamentos de concentração dos eventos, ao passo que dialoga com outros autores relacionados a essa temática, como Souza (2006, 2000 e 2008), Perlman (1981), Zanotelli (2003, 2005 e 2007) e Zaluar (1999, 2004 e 2006), entre outros. O trabalho de Lira é muito representativo, pois é possível realizar um paralelo com a Porto Alegre dos últimos 30 anos, onde podemos apreender essas “novas territorialidades do crime” presentes, não só na área de estudo em questão, mas também em outros bairros do município e do Brasil.

A investigação sobre a existência de relação entre espaço e criminalidade é plausível no momento em que existe uma “economia do crime” (Oliveira, 2008) que utiliza espaços urbanos desprivilegiados como forma de fortalecer suas redes de negócios, exercer o domínio pelo uso da força e apropriar-se dos locais que o Estado desempenha, fragilmente, o seu papel de interventor no sentido de assegurar direitos aos cidadãos. Por meio das políticas de integração social e de prevenção ao crime é possível retomar esses espaços urbanos, tornando-os mais seguros e menos suscetíveis às ações destes grupos.

Nesse sentido, os trabalhos de Alba Zaluar (2001, 2004 e 2012) ressaltam a relação dos jovens em situação de vulnerabilidade social com a violência, forjada com base em uma sociabilidade violenta, segundo nos esclarece Silva (2004). O autor possui uma linguagem complexa, porém com articulação de ideias simples, e nos faz pensar sobre como as sociedades evoluíram produzindo fragmentos de sociabilidades, que se interpenetram e alteram as rotinas das pessoas. Esse fato se torna tema de pesquisa da Antropologia, da Sociologia, da Filosofia, da História, do Urbanismo, da Geografia, da Economia, da Criminologia e da Arquitetura, áreas que contribuem para esse trabalho e seguem mudando costumes e gerando estranhamentos, ruídos sociais, causados pelo avanço da criminalidade violenta que atinge a todos. Para Marcelo Lopes de Souza (2008), a criminalidade violenta surgiu no momento em que o poder de controle e domínio dos territórios foram involuntariamente transferidos do Estado (que teria o papel de garantir a segurança pública, de exercer o controle social, e de assegurar a paz), como o seu detentor universal, e passaram a ser controlados pelas organizações criminosas. Por meio de um processo de

---

<sup>5</sup> Crimes de tráfico de drogas ilícitas – CTDI é o somatório das seguintes ocorrências policiais registradas: tráfico de cocaína, maconha e outros entorpecentes. Esses delitos se enquadram no artigo 33 da Lei 11.343 /06. Art. 33 - Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender expor à venda, oferecer ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad).



“*empowerment*”, esses grupos reorganizam o território, usufruindo dos espaços urbanos. Esse processo de territorialização nos fez questionar se haveria uma Geografia do crime, como Pablo Silva Lira (2014) apresenta em seu trabalho no Espírito Santo, ao fazer uma correlação com a arquitetura do medo.

Dessa forma, notamos que *O Mito da Marginalidade* (1977), de Janice Perlman, é ainda atual, pois os desprivilegiados seguem à sombra do preconceito e da discriminação, e são mais afetados pelos processos de remoções, de “gentrificação”, e da violência no meio urbano. Essa forma de organização das cidades, que segrega e agride mais aos pobres, é um reflexo das desigualdades sociais que são investigadas por Wilkinson e Pickett (2014) em “*O Nível – Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos.*”. Nesse trabalho os pesquisadores identificam que, em escala global, países mais desiguais economicamente tendem a desencadear processos de desagregação social, altos índices de desconfiança entre as pessoas e nos governos, e o uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, além de contarem com índices mais altos de agressão e homicídios com uso de armas de fogo. Nesse mesmo livro são apresentadas pesquisas que relacionam satisfação pessoal (ou índice de felicidade individual) e agressividade social.

O intuito deste trabalho é relacionar a Geografia enquanto área que analisa os fenômenos socioespaciais com a problemática da violência urbana e as novas territorialidades do crime. Assim, cabe destacar o conceito de Geografia enquanto ciência que investiga a espacialização e a distribuição dos fenômenos no espaço social, por meio da busca de correlações entre dados estatísticos, formas de interação homem-meio e os impactos das mudanças socioambientais e culturais no território. Para Clark:

A Geografia é um estudo científico de padrões espaciais. Ela procura identificar e explicar a localização e a distribuição dos fenômenos físicos e humanos sobre a superfície da Terra. Em Geografia, a ênfase coloca-se sobre a organização e o arranjo dos fenômenos, e sobre a extensão em que eles variam de lugar para lugar. Embora ela tenha um interesse substantivo nos mesmos fenômenos visados pelas demais ciências sociais e ambientais, a perspectiva espacial sobre os fenômenos, que é adotada em Geografia, é a responsável pela sua especificação. Nenhuma outra disciplina tem a localização e a distribuição como seu principal foco de estudo. A característica do espaço como uma dimensão, mais que as propriedades dos fenômenos que aí estão localizados, surge como de interesse básico e central. (CLARK, 1991, p. 18).

Entender os fenômenos físicos e sociais, compreender como se relacionam no espaço, extrair conclusões sobre suas causas e consequências futuras para a sociedade são os principais objetivos dos estudos da Geografia.

Destacamos também as contribuições dos trabalhos da psicóloga Marisa Feffermann de sua obra intitulada “Vidas Arriscadas: o Cotidiano dos Jovens Trabalhadores do Tráfico, (2006)” que trata do cotidiano dos jovens que atuam no tráfico de drogas na cidade de São Paulo, enquanto “funcionários” de um ramo perigoso, marginalizado e cercado pela exploração e violência. E da dissertação de mestrado de Eliane Melara “A dinâmica da violência criminal no espaço urbano de Santa Maria - RS, (2008)” neste a autora pesquisa sobre a contextualização da violência visível por meio dos crimes e o modo de interação socioespacial em uma cidade média do Rio Grande do Sul. Essa trabalha as diferentes formas de segregação espacial e como esses processos influenciam na fragmentação social e reforçam vulnerabilidades das camadas de baixa renda em relação à percepção desta violência. Sobretudo em comparação com a população de alta renda e elevado poder aquisitivo.

Assim, os trabalhos destes autores (as) nos permitem partir de algum lugar, com uma pergunta – ou várias delas –, não obstante o caminho e as conclusões são de total responsabilidade (ou liberdade) de quem se coloca na condição de caminhante e provocado.

## 2 “AS CAUSAS” DA VIOLÊNCIA URBANA

Podemos afirmar que a violência urbana no Brasil tem como uma de suas raízes um histórico de governos que, há muitas décadas, vêm privilegiando o desenvolvimento econômico e financeiro sem que houvesse um conjunto de ações práticas e efetivas que privilegiassem a integração social, a redução das disparidades entre as classes, ou políticas de fomento e incentivo à cultura em larga escala. As intervenções do Estado, ao longo das administrações, têm sido aplicadas no sentido de minimizar, sem sucesso, as discrepâncias entre as classes sociais e a manutenção do controle social. Dessa forma, as políticas públicas, ao longo de décadas, posicionaram-se de forma a privilegiar os planos macroeconômicos.

Essas medidas foram adotadas com o intuito de fazer com que o Brasil fosse reconhecido, pelos investidores estrangeiros e internacionalmente, como a “terra das oportunidades”. Não obstante, internamente, em virtude das assertivas adotadas, essas medidas levaram a um processo de desagregação social que resultou em uma fragmentação do espaço social, em virtude da má distribuição de renda entre ricos e pobres, ou seja, produziu uma crise econômica e social que se perpetuou com o tempo. A segregação<sup>6</sup> espacial urbana é um reflexo dessa divisão em estratos sociais. Desse modo, segundo Maricato (2001) “é impossível esperar que uma sociedade como a nossa, radicalmente desigual e autoritária, baseada em relações de privilégio e arbitrariedade, possa produzir cidades que não tenham essas características” (MARICATO, 2001, p. 51). Nesse sentido, podemos inferir que o meio urbano também é um reflexo das diversas formas de violência, tais como a exclusão dos desprivilegiados, a criminalização da pobreza e a segregação espacial.

Uma das consequências mais drásticas dessa violência são os crimes letais, cujos índices ganharam destaque nos últimos 30 anos. Conforme ressalta o sociólogo e Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP, Sérgio Adorno, "vivemos uma 'anestesia moral'. Não nos sentimos solidários com a morte dos outros, especialmente dos mais vulneráveis. Não se generalizou no Brasil o sentimento de que a defesa e a promoção da vida é um direito de quem quer que seja mesmo de um criminoso" (ADORNO, 2015). Complementando a ideia do autor, no caso das desigualdades sociais, observa-se que essa desigualdade está refletida nos altos índices de homicídios em bairros pobres da cidade, em

---

<sup>6</sup> A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (BORDIN, 2010. p.19 *apud*. CALDEIRA, 2000, p. 211).

comparação com as regiões de alta renda *per capita*. Dessa forma, evidenciam-se as disparidades socioeconômicas, relacionadas ao diferentes índices de desenvolvimento humano, nos indicadores de qualidade de vida, distribuição de renda e escolaridade. De fato, matar ou morrer nas vilas não gera comoção social, nem revolta as autoridades responsáveis pela segurança pública, uma vez que se cristalizou a ideia de que aquelas vítimas de homicídios eram “possíveis” criminosos, logo não são dignos de um tratamento justo e de ter acesso aos seus direitos.

A banalização da violência tende a tornar mais distante o ideal de uma sociedade igualitária, na medida em que as garantias e os direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 são convertidos em mercadoria, e o cidadão, em consumidor ou “usuário” do setor privado de segurança, saúde e educação; entre outras formas de privatização da vida urbana. Logo aqueles que não possuem recursos financeiros para arcar com a própria defesa, por exemplo, ficam à mercê de um sistema de segurança pública que não atende às necessidades da população em sua integralidade.

Dessa forma, nota-se um processo de desumanização dos pobres, como forma de criar um distanciamento moral a partir da fragmentação do espaço físico, conforme o trecho do documento *A criminalização da pobreza - Relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e de outras formas de violência no Brasil* (2009), o qual aborda de que forma a criminalização da pobreza afeta predominantemente as classes desfavorecidas e acentua a segregação sócio espacial. Conforme o documento:

A violência é um elemento muito presente e visível da pobreza no Brasil: ela afeta desproporcionalmente as comunidades mais pobres, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, e, por sua vez, agrava ainda mais esta pobreza. Além disso, os atores estatais responsáveis pela segurança tendem a estereotipar os pobres, e particularmente os moradores das favelas, como “criminosos”. Tal identificação é reforçada por relatos da mídia e até mesmo por afirmações de figuras públicas. A criminalização dos pobres tem justificado estratégias de segurança pública que violam uma gama de direitos humanos, inclusive o direito à vida, tendo em vista que a polícia promove ações arbitrárias contra os moradores das favelas, em especial jovens negros. Identificados como criminosos pela polícia, os pobres são, ao mesmo tempo, também vítimas da polícia e de facções criminosas; e gangues organizadas controlam a maior parte dos recursos econômicos nos bairros urbanos pobres do Brasil. (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p.6).

Desse modo, a criminalização da pobreza alimenta um discurso de aversão às camadas populares, bem como aos seus espaços de socialização. Isso afeta as formas de interação social dessas comunidades com o seu entorno, que enfrentam dificuldades em ter suas demandas plenamente atendidas pelo poder público. Assim, são estabelecidas políticas de

convivência entre os moradores das favelas com os grupos que dominam o tráfico de entorpecentes na região, e muitas vezes nota-se uma relação de tolerância mútua nessas áreas urbanas pobres.

Como consequência, esses espaços tornam-se mais violentos, pois passam a ser controlados por facções que fazem uso de armamento com alto poder destrutivo para manter seus territórios. Dessa forma, notamos uma desvalorização de determinadas áreas da cidade, as pessoas que moram nesses locais passam a sentir-se marginalizadas e vítimas desse processo segregacionista marcado pela crescente criminalidade. Assim, percebe-se que a violência possui causas mais profundas na história brasileira, no entanto ganhou novo contorno com o aumento das disparidades sociais. Além disso, os programas de governo vêm demonstrando fragilidades, tais como: falta de seguimento das políticas públicas, percalços técnicos de implementação e dificuldade de comunicação entre os setores e departamentos relacionados, no enfrentamento dos problemas relacionados ao combate à criminalidade, como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)<sup>7</sup>, por exemplo. Assim, uma das dificuldades está em lidar com a mentalidade autoritarista que permeia todas as esferas de poder e de seus representantes legais, o que colabora para a manutenção do “*status quo*”.

Essa desagregação do espaço social no meio urbano aumentou a vulnerabilidade das camadas de baixa renda e facilitou o surgimento de um contingente de mão de obra à margem do mercado formal. De fato, a grande maioria da população prefere o emprego formal, com Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada, como forma de ter acesso aos benefícios. Contudo, uma parcela da população opta por atividades que transitam entre o regular e o ilícito, e busca no trabalho no tráfico de drogas, entre outras ocupações que se relacionam no contexto do mercado informal, uma forma de complementar a renda. É mais comum, devido às carências sociais, que jovens moradores de áreas urbanas pobres elejam o trabalho no tráfico como alternativa viável, ainda que ilícita. E por isso são facilmente cooptados pelas organizações criminosas da região em que vivem:

---

<sup>7</sup> Esta lei institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. “Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública. Art. 2º O Pronasci destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas”. Fonte: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm)>. Acesso em: 02 mar. 2016.

Discriminação, educação de má qualidade e falta de oportunidades inevitavelmente levam uma proporção dos jovens brasileiros – homens jovens e pobres em especial – a se voltarem para o crime quer seja crime de rua ou atividades criminosas mais organizadas. Em alguns casos, o envolvimento no crime é visto como um meio de alcançar status econômico e social em um mundo que, do contrário, oferece poucas oportunidades para que um indivíduo possa “deixar sua marca”. (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p. 24).

A causa da violência urbana está centrada na desigualdade social, a qual segrega pessoas e espaços de acordo com sua condição socioeconômica. Enquanto perdurar a ganância por lucros e vantagens políticas, muito pouco irá mudar em termos práticos em relação ao avanço da violência. Fatores como uma estrutura social desarmônica e as dificuldades encontradas nas formas de acesso aos meios que possibilitam a elevação intelectual da população contribuem para a desordem social e para o avanço da criminalidade violenta. Ainda que existam projetos políticos que visam a redução dos Crimes Violentos Contra a Pessoa – CVPES e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPAT, esses têm surtido pouco impacto no cotidiano das cidades nas últimas décadas, em virtude da falta de um projeto de governo focado na inclusão social pela formação qualificada e pelo emprego formal.

Cabe destacar que houve algumas tentativas de melhoria das condições de vida das populações hipossuficientes, através de políticas de transferência de renda, e de alguns programas de inserção social. Contudo, essas políticas geraram pouco impacto no que tange à diminuição da criminalidade violenta, especificamente, pois ela está associada à negação da cidadania plena, à despersonificação dos indivíduos e ao apagamento social das minorias. Esse processo de auto-segregação protagonizado pelas elites urbanas e que propicia a fragmentação do tecido sociopolítico espacial acentua essa desigualdade nas cidades, e tem como uma de suas consequências a violência, que se prolifera no território. No que concerne a essa ideia, cabe destacar o posicionamento de Lira (2014), o qual ressalta que, ao longo da história, no meio urbano as epidemias de doenças e a violência estiveram relacionadas de alguma forma. No caso das epidemias, destaca-se a situação de insalubridade das cidades no final do século XIX e na primeira metade do século XX e a violência regulando a organização espacial urbana (LIRA, 2014). O autor ainda apresenta mais alguns argumentos que nortearam a sua escolha:

Além disso, a analogia estabelecida possibilitou aproximar a criminalidade urbana violenta à ideia de endemia social, pois este é um fenômeno que atinge, sobretudo, a sociedade das grandes cidades do Brasil há cerca de três décadas. Em tempo, reforçamos que a violência aqui é tratada como uma endemia não para evocar ou justificar um novo sanitarismo ou higienismo, mas para evidenciar a magnitude e

intensidade desse problema que merece estar no foco das pautas governamentais e das ações sociais. (LIRA, 2014, p.170).

Entre outros, algumas iniciativas, como o *Mapa da segurança pública e direitos humanos de Porto Alegre*, (2014) e *Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre* (2015) da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh) da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, buscam, por meio de levantamentos estatísticos em suas secretarias e instituições de prestação de atendimento aos cidadãos, traçar perspectivas no sentido de promover melhorias nos serviços no município. Além disso, essas estratégias de prevenção à criminalidade e proteção às populações em situação de vulnerabilidade social fazem parte das metas do governo municipal, bem como das outras esferas de governo, seguindo as diretrizes do Pronasci. De fato, as políticas públicas buscam, de alguma forma, minimizar os fatores que geram a criminalidade violenta no meio urbano. Contudo, os dados e estudos que fazem referência às taxas de homicídios parecem ignorar as ações governamentais.

Podemos afirmar que as causas da violência urbana originam-se na associação de uma série de fatores, entre elas políticas de governo ineficientes em promover a integração social e reduzir as desigualdades socioeconômicas; dificuldades de acesso à educação básica de qualidade e lacunas existentes na formação dos jovens oriundos de famílias de baixa renda. Esses entraves econômicos e políticos vão desde o sucateamento do sistema de ensino público até o preparo dos jovens voltado para o mercado de trabalho que ainda privilegia o modelo mecanicista e burocrático.

Outro fato que pode ser destacado e se faz presente nas políticas públicas nas últimas décadas é a dificuldade de agregar lideranças comunitárias engajadas para implantar as medidas de prevenção e combate ao crime e à violência, nas comunidades e em seu entorno. Isso se deve à manutenção de uma mentalidade autoritária intrínseca aos órgãos de governo, o que impede que sejam implementadas medidas com foco em uma segurança cidadã, que atue de forma inclusiva, integradora e igualitária. Portanto, a violência urbana tornou-se preocupante e suas causas merecem atenção para que, uma vez identificadas, possam ser enfrentadas de forma palpável por todos os agentes sociais e políticos.

## 2.1 O AVANÇO DA VIOLÊNCIA PELO INTERIOR DO BRASIL.

A violência se interiorizou no Brasil nos últimos anos, e isso se comprova pela elevação das taxas de homicídios em municípios em que esse dado era estável em valores absolutos baixos. Como exemplo, pode-se citar o estado do Maranhão, o qual em pouco mais de 5 anos passou de 5 para 15 homicídios por 100 mil habitantes. Essas informações constam no Mapa da Violência (2014). Conforme esse estudo, essa desconcentração do desenvolvimento econômico das metrópoles, com a perda do dinamismo nas regiões metropolitanas, são fatores que corroboram para o processo de interiorização da violência no tecido urbano.

Com base nos últimos 30 anos, é possível notar uma disseminação da violência urbana. De fato, é possível identificar também a migração da violência para localidades onde o policiamento é incipiente, e onde haveria histórico de altas taxas de letalidade no Brasil. “Há oito anos quase não havia tráfico de drogas por aqui. Hoje, 90% dos homicídios são causados pelo tráfico, o pessoal do Centro-Sul invadiu Alagoas.” diz o secretário da segurança Pública, Diógenes Tenório em entrevista à Carta Capital, em 2014.

Evidencia-se um processo de interiorização do crime na proporção em que as organizações criminosas estabelecem novas conexões ou transitam no território nacional, gerando outras modalidades de delito nos locais em que se instalam. A violência se interioriza, pois esses grupos atuam com brutalidade na disputa pelos pontos de vendas de drogas e nota-se que as ações são muito mais agressivas e arbitrárias à medida que avançam sobre as áreas urbanas mais pobres e afastadas. Na ausência de uma ação ordenada de combate às drogas nessas áreas, proliferam-se outros tipos de crimes, como a corrupção, a delinquência juvenil e os homicídios, qualificados como “acerto de contas” e em consequência de “disputas por pontos de tráfico de drogas ilícitas”.

Nesse sentido, o crime de tráfico de entorpecentes ilícitos tornou-se um dos delitos que mais leva os jovens à prisão no Brasil. Trata-se de um crime com características distintas de um crime comum, pois nesses casos o policial faz a abordagem e, ao encontrar qualquer quantidade de drogas, pode autuá-los por tráfico de entorpecentes. Observa-se uma prática que faz aumentar as prisões de jovens afrodescendentes<sup>8</sup>, pobres, moradores de favelas, pois

---

<sup>8</sup> “Seja como descendentes das vítimas do tráfico transatlântico de escravos ou como migrantes mais recentemente, estas pessoas constituem alguns dos grupos mais pobres e marginalizados. Estudos e pesquisas de órgãos nacionais e internacionais demonstram que pessoas afrodescendentes ainda têm acesso limitado a educação de qualidade, serviços de saúde, moradia e segurança. Em muitos casos, a situação permanece



existe uma tendência a buscar o perfil do criminoso. Dessa forma, se aplicam critérios subjetivos para distinguir o traficante do usuário, preceitos que determinam a detenção e encarceramento do indivíduo, tais como local onde ocorreu a abordagem, as características fisionômicas dos indivíduos e a maneira de falar e de se comportar destes. Assim, fica comprovado que o cenário das prisões atesta as características racistas da Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad (BARROCAL, 2014). Nesse sentido, Waiselfisz destaca em reportagem da Revista Carta Capital, de que forma a legislação influencia os rumos do processo de elevação no número de prisões no Brasil:

O Brasil despenalizou o porte de drogas para consumo próprio em 2006 com a Lei de Drogas (nº 11.343), idealizada para conter a escalada da população prisional no País. Quase 10 anos após sua criação, no entanto, a falta de objetividade da legislação causou efeitos opostos ao desejado inicialmente. No Brasil, o critério desta leva em conta uma soma de fatores, como, a quantidade de droga apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais da pessoa flagrada, além dos antecedentes criminais. (WAISELFISZ, 2015).

No trecho, percebemos que ao invés de reduzir as prisões, a legislação agravou os números referentes à criminalidade, e incrementou com mais pessoas os já lotados presídios brasileiros. Esses mesmos presídios concentram, atualmente, uma das maiores populações em situação de encarceramento do mundo. Conforme Waiselfiz, as taxas de homicídios no Brasil chamam a atenção:

(...) O comportamento da taxa de homicídios da última década revela uma boa e uma má notícia. A boa: o Brasil reduziu o ritmo desse crime. Nos anos 1980 a taxa por 100 mil habitantes dobrou. Na década de 1990 subiu 20%. De 2002 a 2012, cresceu “apenas” 2,1% embora entre 2011 e 2012 a situação tenha destoado e saltado 7%. O lado ruim da história é que a sangria foi contida em um patamar absurdo. (WAISELFIZ, 2014).

Para o sociólogo, os índices apontam a redução dos crimes letais, contudo ainda revelam números elevados de homicídios ao longo das últimas décadas. Dessa forma, as taxas declinaram de maneira tênue, porém, ainda apresentam um quadro preocupante.

Essas quedas nas taxas de morte por armas de fogo podem ser atribuídas a uma sutil reação dos órgãos de segurança pública, por meio de investimentos em inteligência, estratégias de monitoramento das fronteiras e prevenção e repressão da violência criminal

---

praticamente invisível, e pouco reconhecimento e respeito são dados aos esforços das pessoas de ascendência africana para buscar compensação por sua condição atual. Todos eles são, com frequência, vítimas de discriminação perante a justiça, enfrentam alarmantes índices de violência policial e discriminação racial.”  
Fonte: <<http://decada-afro-onu.org/background.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

(Secretaria da Segurança Pública, 2015). Esse estudo da Secretaria da Segurança Pública lista as ações adotadas no combate à violência, todavia, as medidas que têm sido aplicadas mostram-se insuficientes para erradicar o problema.

Conforme estudo de Waiselfisz (2011), ocorre um duplo processo de interiorização e desconcentração que originou o deslocamento dos polos dinâmicos da violência: de municípios de grande porte<sup>9</sup> – com mais de 500 mil habitantes – para aqueles de pequeno e médio porte. A tabela a seguir evidencia o aumento dos casos de homicídios nos municípios acima de 100 mil habitantes ou mais. Nos municípios de menor tamanho, também houve acréscimo, porém em menor escala.

Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) dos homicídios (por 100 mil), número e população dos municípios por tamanho. Brasil: 1980/2010

Número de habitantes	Taxas (por 100mil)				Δ% 1980/2000	Δ% 2000/2011	Municípios 2010		População 2010	
	1980	1990	2000	2011			n.	%	n.	%
Até 5 mil	4,2	6,0	6,4	8,8	51,8	37,5	1.301	23,4	4.374.345	2,3
De 5 a 10 mil	4,4	6,4	7,9	11,6	81,1	47,0	1.212	21,8	8.541.935	4,5
De 10 a 20 mil	5,8	8,3	9,7	14,5	67,6	49,1	1.401	25,2	19.743.967	10,4
De 20 a 50 mil	7,2	11,1	12,2	20,5	69,4	67,9	1.043	18,7	31.344.671	16,4
De 50 a 100 mil	9,2	16,3	17,7	26,1	92,3	47,5	325	5,8	22.314.204	11,7
De 100 a 200 mil	12,4	23,9	27,3	32,1	120,9	17,7	150	2,7	20.078.754	10,5
De 200 a 500 mil	15,8	27,7	34,6	34,8	118,8	0,7	95	1,7	28.486.417	14,9
De 500 mil e mais	20,8	41,1	48,3	34,7	132,1	-28,3	38	0,7	55.871.506	29,3
Total	11,7	22,2	26,7	27,1	128,8	1,5	5.565	100,0	190.755.799	100,0

Fonte: SIM/SVS/MS.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Conforme o estudo Mapa da Violência (2014), de fato a partir de 2003 os índices de homicídios começam a cair, enquanto que nos municípios menores continuam crescendo. Esse fato, segundo Waiselfisz, caracterizaria o deslocamento da dinâmica dos polos da violência, apontando para essa interiorização.

Um indicador relevante é que entre o ano de 2000 ao ano de 2010 estima-se que 20% das causas de homicídios foram ligadas às drogas, especialmente aos pequenos traficantes. O mesmo estudo constatou que 18,48% foram resultado do comércio de drogas ilícitas, o que reforça a ideia de que a interiorização da violência está explicitamente ligada ao narcotráfico e ao comércio ilegal de armas. Por meio das estatísticas é possível observar que os índices de

<sup>9</sup> Adaptação a partir do subitem “Deslocamento dos polos dinâmicos” (Mapa da Violência, 2014, p.103).

homicídios estão associados ou são uma característica das ações do narcotráfico no Brasil e no mundo.

Segundo o professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Rogério Baptistini Mendes, no Brasil a violência é estruturada, pois “Desde a colonização criou-se uma cultura da violência diferente das sociedades mais avançadas. Por isso mesmo, não se pode importar acriticamente metodologias de combate à violência” (MENDES, 2011). Nesse sentido, são necessários estudos regionais que identifiquem o cerne das causas desta interiorização da violência letal para que, em ações conjuntas, sejam desenvolvidas alternativas no sentido de reduzir esses indicadores. Portanto, cabe destacar que existe um conjunto de características diferenciadas nesses homicídios, uma vez que esse não é um fenômeno individual, mas está disseminado na coletividade.

## 2.2 O CENTRO VERSUS A PERIFERIA – TOPOFOBIA E TOPOFILIA NO MEIO URBANO.

A palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definido em sentido amplo, incluindo todos os laços dos seres humanos com o meio ambiente natural. Esses laços diferem profundamente em intensidade, sutileza, modo de expressão. (TUAN, 1980, p.107).

Esse capítulo surgiu com o intuito de apresentar as relações de afetividade e aversão ao ambiente, proposto como forma de associar a teoria à prática das diferentes realidades que encontramos nas cidades. Com o apoio do referencial teórico buscamos por meio de exemplos, relatos e leituras; compomos esse capítulo, que trata das topofilias e topofobias do meio urbano ao longo dos últimos trinta anos em Porto Alegre. Esse esforço de inter-relacionar tais ideias provoca inquietações tanto em quem escreve quanto em quem lê, certamente, por tratar-se de algo que envolve as sensações e os sentimentos humanos.

Contudo, entendo que em um trabalho de pesquisa que se propõe a estudar as relações no espaço geográfico, suas adversidades, como a violência urbana e medo dos lugares, não poderia se eximir de abordar o trabalho de Yi-Fu Tuan (1980) e das interações de afeto e horror na paisagem a que se estão inseridos os homens. Este bloco tem o papel de juntar duas ideias que são a artificialização do conceito de bem-estar concretizado nos conjuntos habitacionais em formato de condomínios fechados extremamente cercados e vigiados, conforme LIRA, 2014, a personificação da “arquitetura do medo” nas cidades. E também

trato das mudanças perpetradas pelas facções criminosas que alteraram as rotinas e as relações dentro e no entorno das comunidades pobres de favelas, em virtude do avanço da violência nos espaços desassistidos pelo poder público. E ainda como contraponto apresentamos a experiência de uma comunidade do bairro Restinga, que resgatou a auto-estima dos moradores por meio de engajamento social e promoção da cidadania, no trabalho de Dissertação de mestrado de Bonetto, 2013.

Neste capítulo, trabalharemos com os conceitos de topofobia e de topofilia do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, os quais são abordados em seus livros *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente* (1980) e *Paisagens do medo* (2006), que estabelecem alguns estudos sobre os sentimentos de apego das pessoas às paisagens ou ao ambiente construído no âmbito das percepções e das emoções que esses lugares despertam em seus habitantes. Em seus trabalhos, Tuan identificou que os seres humanos costumam organizar os fenômenos em pares opostos, bom e ruim, belo e feio, ou seja, como em oposições conjugadas. Dessa forma, o conceito de topofilia se refere aos lugares de afeição e bem estar, enquanto que o de topofobia está relacionado aos sentimentos de desprezo ou aversão que determinados espaços despertam nas pessoas.

As relações sociais no contexto da cidade tem sido foco das mais diversas análises, seja para identificação de novos comportamentos sociais, como no caso do artigo *Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias* (Pinheiro, 1997), seja no sentido de compreender as mudanças que o meio urbano está apresentando nas últimas décadas, como nas discussões promovidas por Souza no capítulo *Cidades fragmentadas, medo generalizado: das 'áreas de risco' à 'ubiquidade do risco'* (Souza, 2008, p.51). No momento em que aplicamos o conceito de topofobia e topofilia ao meio urbano, sempre buscamos referências no espaço vivido, e assim podemos recorrer às diferentes tipologias urbanas, como as favelas e os condomínios fechados, como exemplos dessas formas de percepção da cidade e das suas tipologias urbanísticas.

Para o autor Yi-Fu Tuan, o ambiente influencia na vida cotidiana das pessoas, e na maneira como estabelecem trocas com o meio a partir das formas de percepção e sentimento de pertencimento e na relação íntima com os lugares. Conforme o autor:

A topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em um sentido mais amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis

de expressar, são os sentimentos que temos para com um lugar, por ser o lar, o locus de reminiscências e o meio de se ganhar a vida. (TUAN, 1980, p.107).

O conceito de topofilia está ligado à percepção do meio como local das reminiscências aprazíveis, bem como de onde se guardam sentimentos de pertencimento e relação direta enquanto locus de convívio do homem com o meio. Esse contexto idealizado seria a representação de um ambiente de afetividade, de espaços públicos para o uso de todos. As metrópoles, no entanto, se caracterizam em linhas gerais pela hostilidade, como destaca Souza em seu livro *Fobópole* (2008), ao reforçar que a cidade desperta medo e sensação de insegurança em seus moradores. Nesse sentido, emergiram os condomínios fechados, como alternativa às transformações sociopolíticas ou, mais precisamente, sociopolítico-espaciais, conforme Souza (2008).

Esses empreendimentos imobiliários vendem o ideal de morar no meio urbano sem deixar de viver uma experiência sensorial com a natureza, e por intermédio de parques e amenidades urbanas, reforçam a intenção de propagar um conceito de habitar a partir da estética da segurança. No entanto, o que podemos perceber é a fragmentação do espaço em virtude do medo, o que gera novas configurações espaciais. Uma de suas consequências mais notáveis é abordada por Souza:

Tanto a formação de enclaves territoriais criminosos (e o conjunto de impactos sociopolíticos e social-psicológicos associados à expansão às territorializações impostas pelo tráfico de drogas de varejo) quanto a proliferação de “condomínios exclusivos” vão enfraquecendo a vida pública no cotidiano seja pelas interdições diretas de acesso e locomoção seja pelo medo de frequentar certos locais em certos horários sob certas circunstâncias, seja ainda pelo temor ou pela impossibilidade de expressar livremente opiniões e associar-se livremente (como no interior de tantas favelas tiranicamente territorializadas). (SOUZA, 2008, p.84).

As diversas formas de uso do solo urbano em virtude de interesses particulares e em detrimento da sustentabilidade e do equilíbrio ambiental fizeram das cidades um objeto de barganha política e fonte de lucro, e somente em último caso, local de trocas culturais, sociais e de bem estar, como propõe Yi Fu Tuan (1980). Os agentes imobiliários souberam aproveitar o espaço deixado pelo Estado em seu dever de atender com qualidade o direito à moradia e ao entorno (Santos, 1998) e assim produziram um novo conceito de habitação associado às comodidades de infra-estrutura e serviços. Desse modo, os “condomínios exclusivos” visam ao ideal de proteção e, no entanto, são alvos de críticas no tocante à segregação espacial que interfere na constituição dos padrões de uso do solo e, por consequência, dos comportamentos sociais. Conforme Santos:

Temos de comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os *playgrounds*, ou ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários a sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente um lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos porque essenciais. (SANTOS, 1998, p. 48).

Essa valorização dos imóveis por meio de recursos estéticos, recreativos e de conforto, em termos de segurança, faz desses “condomínios exclusivos” um novo padrão de consumo do espaço urbano. Para Marcelo Lopes de Souza, a proliferação dos *Gated Communities*<sup>10</sup> nas cidades brasileiras e na América Latina promove uma forma de auto-segregação das classes média e média alta, as quais buscam se proteger da violência e dos espaços inseguros. Esse padrão de comportamento, antes mais comum em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, está se reproduzindo nas demais cidades e regiões metropolitanas do Brasil, devido ao aumento da violência urbana e à medida que a criminalidade violenta também se faz mais frequente em outras regiões metropolitanas e até mesmo nas cidades médias. Essa forma de uso e ocupação dos espaços gera outras consequências negativas ao processo de interação nos espaços públicos da cidade. Conforme Souza:

A autosegregação acarreta importantes consequências em matéria de fragmentação. Não menos que a formação de enclaves territoriais controlados por traficantes de drogas (ou por milícias) a acelerada difusão e a crescente sofisticação dos “condomínios exclusivos” dão sua contribuição, ainda que maneira menos dramática, para dissolver a imagem da cidade como uma entidade geográfica que apesar da pobreza e da segregação poderia ser apresentada sem maiores problemas como uma “unidade na diversidade”, conforme o autor ponderou em livro anterior (SOUZA, 2000: 217). (...) Isso porque, a despeito das distâncias sociais, comumente expressas também como distâncias espaciais entre grupos e classes, a qualidade de vida da população citadina estava longe de ser tão extensamente afetada por uma pletera de fronteiras impostas pela violência ou pelo medo da violência. (SOUZA, 2008, p.72).

Percebemos que, em nome da segurança, as famílias estão, ainda que eventualmente, abdicando de outros bens sociais tão ou mais importantes para a qualidade de vida, ou seja: a liberdade de ir e vir e o convívio com outras pessoas e espaços da cidade. Dessa forma, o medo da violência aumenta as distâncias entre as pessoas, em virtude de um processo de auto-

---

<sup>10</sup> “(...) Uma *gated community* corresponde a um *habitat* nucleado e murado, por razões de segurança. Sob a influência do *medo*, do *sentimento de insegurança* que se dissemina, morar em casas isoladas e mesmo em prédios de apartamentos que não estejam protegidos pelo aparato de segurança de um verdadeiro “condomínio exclusivo” vai-se apresentando como uma opção cada vez menos atraente em favor do tipo de *habitat* representado por uma *gated community*. A organização espacial vai, na esteira disso, se modificando” (SOUZA, 2008, p.71-72).

segregação a partir da escolha do local de moradia, que tem por consequência maior a fragmentação do espaço urbano (Cf. SOUZA, 2008).

Diante do contexto apresentado de fragmentação dos espaços das cidades e da representação do medo em suas paisagens, pode-se refletir sobre a afirmação de Innerarity (2010, p. 119) de que “para que a urbanidade se realize tem de haver integração social, sem a qual a tolerância estará sempre a um passo de se transformar em preconceito e segregação”. De fato, a auto-segregação não resolve o problema da violência e reforça o individualismo crescente entre as camadas de classes média e as elites. Para Souza (2008), esse sentimento de topofobia está associado à exaustão do poder público e, simultaneamente, ao aumento dos espaços vigiados, o que culminou em um processo de desagregação da ordem pública e no esvaziamento dos debates que envolvem os temas sociopolíticos. Dessa forma, Souza afirma que:

O “declínio” da esfera pública e, conseqüentemente, dos espaços públicos, coisa amplamente reconhecida e lamentada em nossos dias, tem nesses fenômenos de controle e monitoramento exacerbados um de seus mais relevantes de agravamento. Por tudo isso, justifica-se a metáfora da “anemia” no caso referente a uma fraqueza aferida por critérios sociopolíticos. Porém, cautela: “anêmicos” podem os espaços públicos estar-se tornando, mas não “anômicos”. Eles são isso sim, espaços muito complexos – e conflituosos. Falar em anomia, termo cunhado por Durkheim, pressupõe algo como o relaxamento das normas sociais que regem a vida de um grupo social; em outras palavras uma situação de “desordem” de desintegração. (SOUZA, 2008, p.84).

Essa fragmentação do espaço social ocorreu por muitos fatores, e um deles é apontado por Durkheim, que atribuiu ao “relaxamento das normas sociais que regem os grupos (...)” e o ideal da “ordem” apresentando forte conotação conservadora. No entanto, para Souza (2008), esse processo de monitoramento constante teria um aspecto nocivo, pois estaria restringindo a privacidade e o exercício da autonomia dos cidadãos.

Assim, discutimos o processo de artificialização do sentimento de topofilia, como forma de inculcar um novo padrão de consumo a partir das comodidades, das amenidades e da ideia de proteção que se estabelece ao tratarmos dos “condomínios exclusivos” e da lógica mercadológica que está fortemente presente nesse contexto. Além disso, se faz necessário que se traga à tona conceitos como o de topofobia (TUAN, 2005) que é o sentimento de medo, aversão e/ou preconceito a um determinado lugar ou região.

As favelas são locais que costumam despertar na população em geral o sentimento de topofobia, pois são caracterizadas pelos meios de comunicação como locais de desordens e violências que geram opressão e aumentam a sensação de insegurança, em virtude de um

contexto socioeconômico e político que cedeu aos interesses do setor empresarial e financeiro, dada a conjuntura social em vigor nas últimas três décadas. Assim, esse processo de urbanização gerou diferentes formas de apropriação do espaço urbano.

Formação de enclaves territoriais ilegais controlados, não raro tiranicamente por traficantes de drogas de varejo, auto-segregação de parcela considerável da pequena burguesia e das elites; abandono e decadência de espaços públicos: isso já não é apenas “segregação” isso é uma verdadeira fragmentação - uma fragmentação do tecido sociopolítico – espacial. (SOUZA, 2008, p87).

Do mesmo modo, ao longo das últimas décadas houve a proliferação das ocupações irregulares, acompanhadas de serviços públicos precários, que se tornaram foco de instabilidade social. Em virtude dos constantes conflitos armados entre facções criminosas que visam o controle do espaço, estabeleceram-se novas formas de territorialização a partir do domínio para o comércio de entorpecentes, entre outras atividades ilícitas. Esse processo de apropriação do espaço gera uma série de problemas, entre eles o aumento da criminalidade e do número de homicídios nessas comunidades.

A seguir, apresentamos uma figura que destaca os “*hots pots*” (“zonas quentes” que dão destaque às zonas conflagradas pelos conflitos gerados pelas disputas por pontos de venda de drogas localizados nos bairros do município), elaborado pelas Polícias Civil e Militar em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, RS.

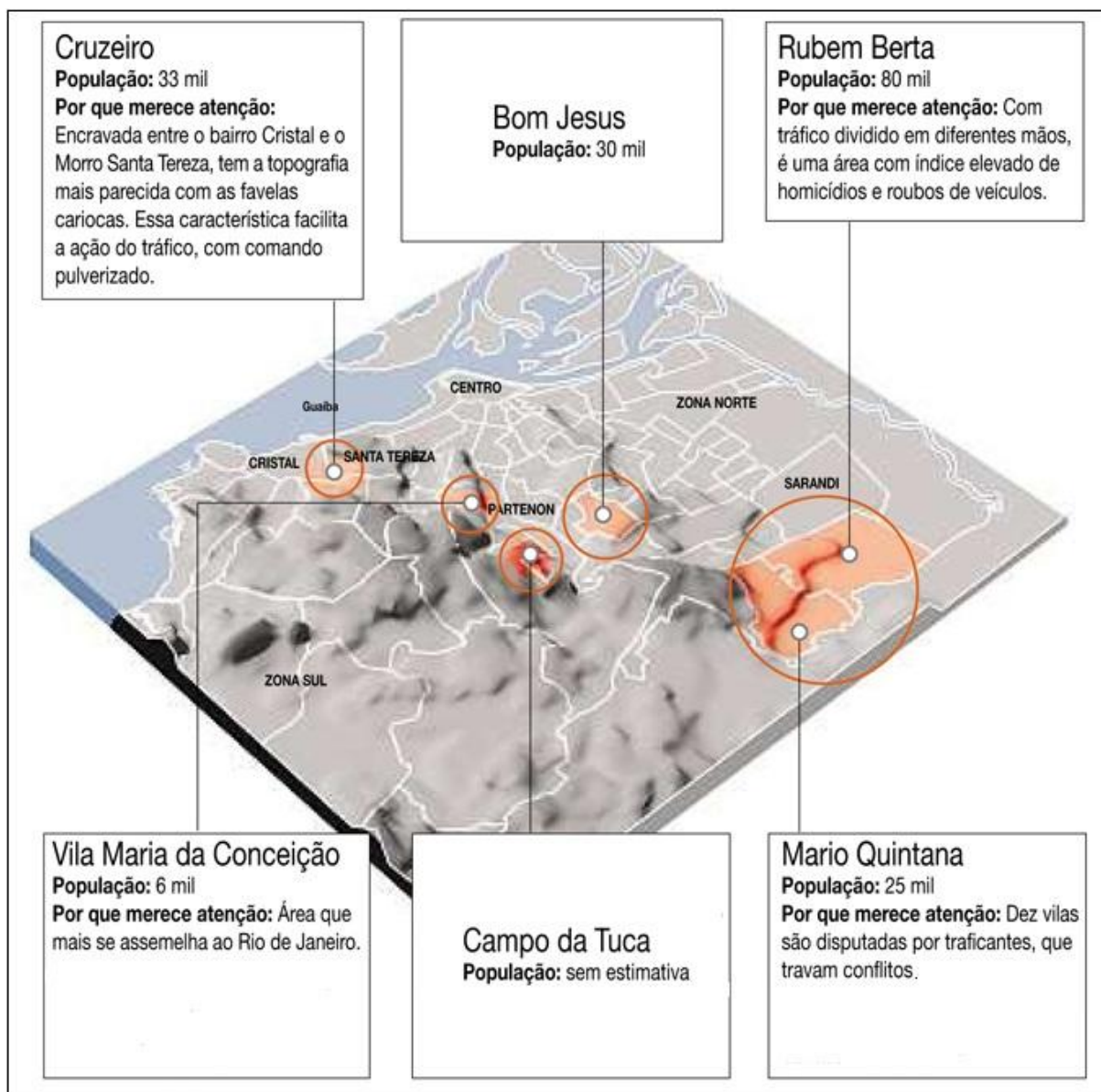
Além disso, essa figura enfatiza as principais zonas conflituosas nas favelas de Porto Alegre e suas características de localização, população e domínio do tráfico de drogas, suas similitudes com as organizações criminosas do tráfico do Rio de Janeiro e São Paulo e suas consequências danosas para os moradores<sup>11</sup>, na condição de vítimas de um contexto social. Conforme descrito, apresentamos a figura 2 com os detalhes desse processo de fragmentação dos espaços urbanos em Porto Alegre/ RS.

---

<sup>11</sup> “Longe de estarem à margem os favelados estariam bastante integrados ao sistema, ainda que em uma condição desprivilegiada. Economicamente, a grande maioria dos moradores das favelas seria composta por trabalhadores explorados, pilares da economia capitalista. Politicamente, a população favelada estaria enredada nas malhas do clientelismo, muitas vezes contribuindo para a manutenção das estruturas políticas reacionárias, que, em última análise e a longo prazo, a prejudicavam. Por último, culturalmente, os favelados partilhavam muitos dos valores dos não-favelados. Logo, *exploração* (mas também *acomodação*), e de forma alguma *marginalidade*, indicaria a real situação das populações faveladas.” (SOUZA apud PERLMAN, 1981).



Figura 2 - Zonas conflagradas do crime (Hot Spots) em Porto Alegre, RS, 2010.



Fonte: Polícia Civil, Polícia Militar e Prefeituras.

Adaptação: Janaína Teixeira (2015).

É importante ressaltar que esse levantamento data do ano de 2010, contudo, é notável a contemporaneidade dos fatos, ao longo dos últimos anos. Podemos perceber o recrudescimento dos conflitos nas regiões dos bairros Bom Jesus (zona leste), Santa Tereza (Cruzeiro na zona sul), Maria da Conceição (zona leste), Mário Quintana (zona nordeste), Rubem Berta (zona norte) e Campo da Tuca<sup>12</sup>. Já na zona leste de Porto Alegre há principalmente um acirramento dos confrontos diretos, o que corrobora o aumento do número

<sup>12</sup> Campo da Tuca é um bairro não oficial de Porto Alegre, que está localizado na região sudeste da cidade, no bairro Partenon.

de homicídios nas zonas conflituosas, ditas criminógenas, como os bairros em destaque da cidade de Porto Alegre/RS. Esse padrão dos altos índices de letalidade é comprovado pela opção do governo em proceder com a implantação dos Territórios de paz nos bairros Bom Jesus em 2009, Santa Tereza e Rubem Berta em 2011. Em virtude da contenção de gastos públicos, no governo atual (gestão 2015-2018), essa política pública que visava combater a violência nesses locais perdeu efetividade ao longo do tempo. Dessa forma, entre os fatores que podem determinar a perda da eficácia de tal política pública estão a falta de integração e de planejamento estratégico na aplicação da política.

Entretanto, devemos destacar, ainda neste capítulo, que é de fato possível identificarmos que no trabalho de Teixeira, 2010 era possível identificar o sentimento de topofilia entre os moradores das favelas, como mencionou em seu estudo de caso Teixeira (2010), em entrevista a 75 moradores da Vila Mato Grosso (DEM HAB, 1995), popularmente conhecida como “Vila do Cantão”, situada no bairro Cristal<sup>13</sup>. Nesse sentido, 33% dos entrevistados afirmavam que a vila era *um lugar bom de morar* ou a caracterizavam como *um lugar calmo*, conforme a tabela na sequência:

Tabela 2 - Percepção socioambiental - Conveniências de morar na Vila Mato Grosso.

RESPOSTAS À PERGUNTA: QUAL A VANTAGEM DE MORAR NESTE LOCAL?	PERCENTUAL	Nº ABSOL.
<b>Bom de morar / Lugar calmo</b>	<b>33%</b>	<b>25</b>
Não Informado	11%	8
Não pagar água nem luz / Impostos	11%	8
Não pagar Aluguel	9%	7
Nenhuma	9%	7
Próxima ao centro da cidade	8%	6
Próximo ao ponto de ônibus	7%	5
Próximo aos equipamentos públicos de primeira necessidade	7%	5
Sociabilidade	5%	4
<b>Total geral</b>	<b>100%</b>	<b>75</b>

Fonte: Janaína Teixeira, (2010).

Org. Janaína Teixeira, (2015).

A partir da tabela, podemos observar que somente as conveniências de não pagar os impostos, por residirem em uma AEIS (conforme o Estatuto da Cidade da Lei federal nº

<sup>13</sup> Por ter características de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e de indicadores socioeconômicos (IBGE) semelhantes com os apresentados pela área de estudo, utilizamos essa localidade para a análise e exemplificação de topofilia em áreas urbanas pobres ou vilas. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Urbano dos Municípios, essa região pertence ao bairro Santa Tereza.

10.257, de 10 de julho de 2001, Área Especial de Interesse Social (AEIS)<sup>14</sup> com o status pendente de regularização fundiária até o momento), não justificariam o fato de esses moradores gostarem de morar na Vila Mato Grosso. Além desse ponto, os moradores afirmam que o local é mais tranquilo de viver, em comparação com suas experiências anteriores de vizinhança e residência. É notável o sentimento de pertencimento entre os moradores, por meio dos laços familiares e relações de confiança estabelecida ao longo do tempo de moradia naquele local. Nesse trabalho e a partir dos textos de Perlman (1977), por exemplo, podemos notar o sentimento de topofilia até mesmo no sentido de funcionalidade da favela, pois havia pessoas que gostavam de morar na "vila", por que nasceram naquele lugar, os pais moravam há muito tempo ou por ser onde moravam os amigos. Como destaca J. Perlman, (1977), ressaltando essa relação de troca mútua entre os vizinhos:

A favela propicia uma comunidade onde se pode contar com amigos e vizinhos para favores recíprocos; sempre existe alguém com quem deixar as crianças; há um vizinho com geladeira, onde o leite do bebê pode ser conservado fresco no verão alguém tem uma máquina de costura para um conserto rápido. Além disso, é possível comprar mantimentos a crédito nos comércios locais (ainda que por preços mais altos), de maneira que, mesmo se o dinheiro faltar, é possível alimentar a família. (PERLMAN, 1977, p. 236).

Além das interações sociais de auxílio, muitos moradores se sentem mais seguros, pois sabem que os patrões do tráfico que controlam a área dão "segurança" para os moradores e pessoas de outras facções ou ladrões não importunam os moradores. Além disso, esses líderes oferecem algumas benesses, como cestas básicas e dinheiro para comprar o gás. Em muitos casos, os traficantes têm poder de polícia no interior das comunidades, atuam recuperando mercadorias roubadas e restituindo o dinheiro furtado dos moradores da favela. Isso ocorre graças ao fato de que nesses locais a segurança pública costuma ser morosa e muito burocratizada.

---

<sup>14</sup> Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Devem estar previstas no Plano Diretor e demarcadas na Lei de Zoneamento. Podem ser áreas já ocupadas por assentamentos precários, e podem também ser demarcadas sobre terrenos vazios. No primeiro caso, visam flexibilizar normas e padrões urbanísticos para, através de um plano específico de urbanização, regularizar o assentamento. No caso de áreas vazias, o objetivo é aumentar a oferta de terrenos para habitação de interesse social e reduzir seu custo. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Fonte: Estatuto das Cidades, PMPA, 2015.

Como forma de exemplificar a relação de pertencimento constituída pelas diferentes formas de sociabilidade identificadas nas favelas, apresentamos o relato de uma moradora em entrevista<sup>15</sup> concedido à pesquisadora em outubro de 2014:

Descrição do relato: A. (moradora de uma das comunidades) que teve seus pertences roubados próximo à escola em que estudava. Essa retornava a pé da escola em companhia do sobrinho e de uma colega que, durante a abordagem, reconheceu um dos assaltantes e por esse motivo não foi roubada também. Ao chegarem próximo de suas residências, as moças relataram, aos “seguranças” do ponto de vendas de drogas, o fato e apontaram uma das pessoas que havia participado do roubo. Esses se reuniram e foram ao encontro dos ladrões e recuperaram os pertences da moça e do jovem que as acompanhava, no momento do assalto.

Nesse caso os moradores se sentem mais atendidos pelos traficantes do que pelo poder público. Observamos que de fato existe uma inversão muito forte de valores em virtude do esgarçamento do tecido sócio espacial. Onde se confia muito mais nos bandidos do que na polícia, pois os traficantes estão mais próximos e mantêm uma relação de vizinhança nessas comunidades.

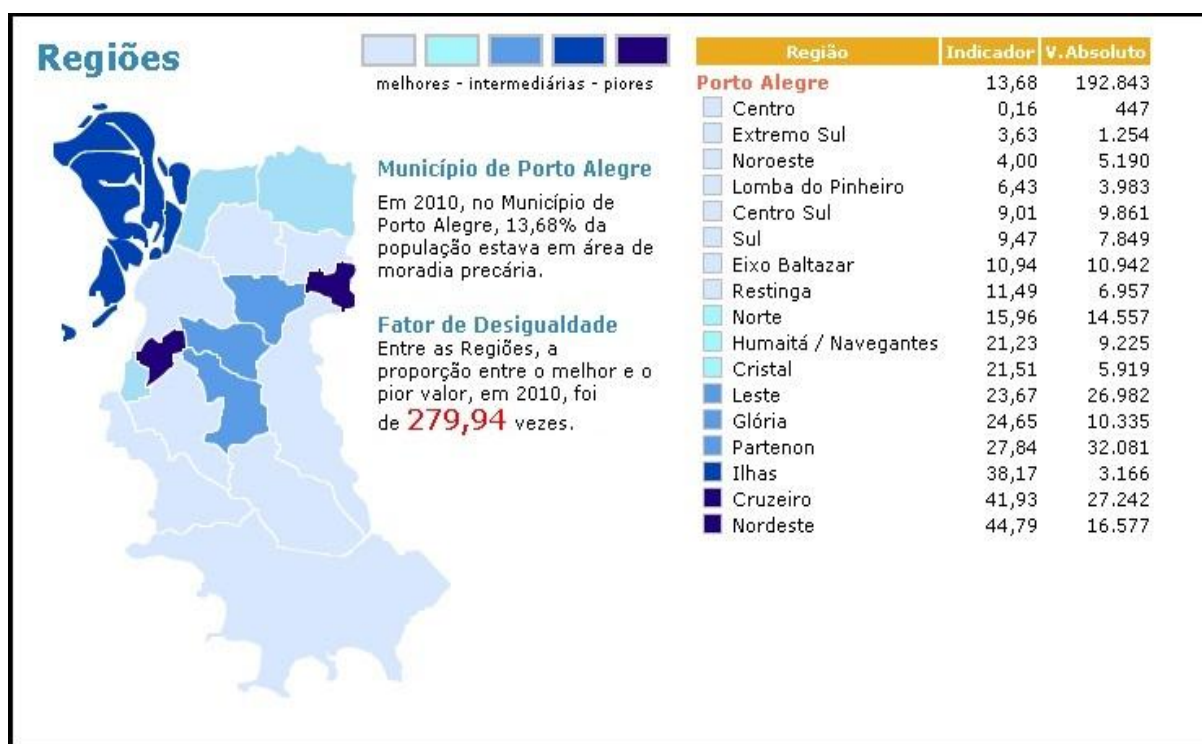
Com base nos trabalhos de Bonetto (2013), Teixeira (2010) e no relato exposto, é possível afirmar que existe um sentimento de pertencimento e de topofilia nas comunidades, uma vez que nesses locais se recriam as mesmas formas de sociabilidade que estão presentes no âmbito da cidade, porém em dimensões territoriais restritas aos limites das favelas. Nessas áreas urbanas pobres estão difundidos códigos de ética próprios, valores intrínsecos a uma sociabilidade violenta que se interpenetra com as rotinas dos moradores-trabalhadores, os quais convivem em uma realidade que transita entre a “paz armada” dos traficantes e o trauma constante da violência urbana de cada dia, que está em toda a parte. No entanto é imprescindível salientar que essa realidade vem sofrendo alterações nos últimos seis anos, em virtude do aumento da criminalidade violenta e das novas configurações das organizações criminosas que atuam na região pesquisada. Essas estabelecem relações mais fluidas e de transitoriedade nesses locais, acirrando a fragmentação sócioespacial.

A seguir, apresentamos uma figura do ObservaPoa que mostra as regiões com maior concentração de moradias precárias em Porto Alegre no ano de 2010, com base nos dados do IBGE e conforme a designação dos aglomerados subnormais<sup>16</sup>.

<sup>15</sup> Em anexo o registro de um parente da vítima do assalto à Secretaria de Segurança Pública e a resposta à reclamação via e-mail. Os nomes dos entrevistados foram omitidos por medida de preservação destes.

<sup>16</sup> Conforme o IBGE é considerada favela – ou “aglomerado subnormal” – regiões que têm pelo menos 51 domicílios, com ocupação ilegal e em terreno inadequados para urbanização. Dentro desses parâmetros, o Rio Grande do Sul tem registradas 223 favelas em 23 municípios – cerca de metade delas (108) na Capital (IBGE, 2014).

Figura 3 - Percentual da População Urbana que Reside em Favelas



Fonte: <portoalegremanalise.procempa.com.br>

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Segundo os dados presentes na figura, 13,68% da população de Porto Alegre reside em áreas de moradia em situação irregular, isto é, vivem em aglomerados subnormais e em condições precárias de saúde, infraestrutura urbana, saneamento básico, mobilidade e segurança.

No gráfico ainda podemos observar em destaque que, entre o melhor e o pior valor dentre as regiões do Orçamento Participativo no município, existe uma diferença de 279,94 vezes com relação ao fator desigualdade. Os dados reforçam a ideia de que esses locais estão naquelas regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais preocupante, como a região das Ilhas, da Cruzeiro e Nordeste do município. Consequentemente, as famílias de baixa renda são as mais vitimizadas pela criminalidade violenta nos últimos anos, o que acaba impactando negativamente na qualidade de vida dessa parcela da população. Além disso, ainda é possível visualizar no quadro os valores em percentual por região, bem como os números absolutos.

Dessa forma, seja através das precariedades de equipamentos urbanos, seja pelo domínio do crime organizado, essas comunidades se tornaram foco de topofobia na cidade, uma vez que se caracterizam como locais inseguros e propensos à violência. Essa impressão é

divulgada pelos meios de comunicação e reforçada pelas notícias de jornal, pois os homicídios por motivos banais se tornaram comuns nesses locais. Ressaltamos que o sentimento de insatisfação e medo se reproduz internamente nos bairros em que predominam os conflitos pelos pontos de tráfico de drogas, visto que os moradores, sem condições de mudar de endereço, suportam uma rotina de tensão e insegurança constante por morar próximo das zonas de conflito causado pelo tráfico de drogas.

A topofobia se expressa de diversas formas, sendo a mais preocupante delas aquela em que são impostas, aos indivíduos de uma determinada região, restrições em seus horários de sair ou para retornar para casa, o chamado “toque de recolher”, além da restrição relacionada às pessoas com quem conversar e o teor dos diálogos, minando as relações de sociabilidade local. Nesse sentido, os próprios moradores sentem embaraço de mencionar onde moram ou de relacionar-se com os moradores de outros bairros. Essa conduta gera uma segregação social e o esfacelamento do espaço vivido, pois se abandonam as interações sociais em nome de um mínimo de autopreservação. Além disso, quem vive nas favelas não pode assegurar-se de um serviço de segurança particular ou da proteção plena do Estado.

No entanto é importante não sermos generalistas, uma vez que “as desigualdades sociais antecederam de muito os problemas específicos que se relacionam com a hiperurbanização e os aglomerados subnormais” (Perlman, 1977, p. 291). De fato, ocorrem crimes, atos violentos e uma série de arbitrariedades nas favelas, porém esses acontecimentos também se dão em outros locais, no meio urbano e no rural. É necessário que exista um cuidado ao lidar com a ideia de uma territorialização do crime ou da violência, a fim de evitar o preconceito de classe que tanto contribui para reforçar o mito da marginalização dos pobres e ainda para o acirramento da segregação espacial.

Podemos encontrar uma série de trabalhos desenvolvidos a partir de uma cultura da sociabilidade de paz nas comunidades carentes, tais como a pesquisa *As percepções topofilicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implantação do Orçamento Participativo* (Bonetto, 2013). Esse trabalho destaca a importância de viver em comunidade, do sentimento de pertencimento, identidade e como as lideranças locais se organizaram em coletividade para terem suas demandas por infraestrutura e urbanização adequadas atendidas junto aos órgãos públicos. Esse processo ocorreu a partir do Orçamento Participativo, o qual requer o engajamento da população, a qual elege, através de reuniões, as prioridades para melhoria da qualidade de vida no bairro.

Esse é um exemplo louvável dos moradores de uma região pobre da cidade e que possui um histórico de discriminação e de violência, mas que reuniu planejamento

coordenado e entusiasmo para mudar a realidade de periferização que o bairro Restinga representava. A partir desse trabalho de muitas mãos, conquistou visibilidade perante os administradores públicos e notoriedade no fazer política participativa, no despertar da topofilia, no sentimento de pertencimento de adoção do bairro, antes tão marginalizado.

Desse modo, a topofobia, retratada pela relação de aversão materializada pelo medo, produziu as denominadas ‘edge cities’, cidade dentro de cidades (Sposito, 2003). Essa foi a alternativa que foi apresentada e adotada pelos agentes dessa produção do espaço urbano, e proliferou-se enquanto cultura que norteia o consumo desses novos “produtos” imobiliários - difundidos na composição do espaço social - e sugerem a necessidade de auto-segregação de uma parte dos moradores das cidades. Assim, notamos a força com que se consolidou o ideal do condomínio fechado como sinônimo de segurança, os quais se apresentam, na maior parte do tempo, descolados da rede urbana externa e sob vigilância permanente.

No caso das áreas urbanas pobres, apresentamos um enfoque a partir das conveniências e inconveniências de morar em locais desprivilegiados, as quais refletem na solidariedade e no convívio que aproxima as pessoas pela condição de pobreza e em virtude de dividirem o mesmo espaço. Assim, a busca por laços de pertencimento e topofilia com o local agrega as pessoas ao ponto de unirem forças para a obtenção dos equipamentos públicos e para a visibilidade das demandas locais, ainda que situadas na periferia das áreas de poder político e econômico. Também é possível notar, nas favelas, relações de topofobia, pois a sociabilidade violenta é uma constante que atua como um fator de desagregação social, que prejudica as interações com o entorno desses bairros pobres, marcados pela violência. Contudo, a favela não se restringe ao crime a atos delituosos, ela é plena de possibilidades e de criatividade pulsante.

No bairro Santa Tereza é comum as lideranças comunitárias reunirem-se a fim de organizar festas de Natal, Páscoa e festa Junina para as crianças de famílias carentes. Essas pessoas se unem a alguns voluntários, selecionam um espaço público (praça ou rua do entorno) e instalam brinquedos e barracas de doces, cachorros-quentes e refrigerantes para celebrar as datas comemorativas. Eventualmente, essas comemorações são abalizadas por muita música e brindes para atrair a participação do público adulto e jovem. Além disso, ao final das festas os organizadores entregam presentes, oriundos de doações, às crianças inscritas previamente. Ou seja, existe a tentativa de criar momentos de confraternização e de fazer uso dos espaços públicos, no sentido de reforçar os laços de amizade e sociabilidade local.

Cabe destacar ainda que essas áreas desprivilegiadas são receptivas às inovações, às trocas intelectuais, aos aprendizados, para isso basta que haja investimento de pessoas, de parcerias público-privadas, além de engajamento social. Entendemos que o que faz um ambiente topofóbico ou topofílico é a qualidade das relações que se estabelecem nesses lugares. As representações e as vivências são gravadas na paisagem por pessoas, por suas ações e omissões, pelo medo e pela coragem de abstrair esse medo, que muitas vezes não é referente à paisagem, mas do outro, que faz parte desse contexto territorial e socioeconômico.



### 3 AS CONFIGURAÇÕES DO TERRITÓRIO COMO INFLUÊNCIA NO AUMENTO DA CRIMINALIDADE.

Para determinar a geografia da criminalidade violenta<sup>17</sup> e territorializar o crime, optamos por elaborar representações com base em estatísticas e dados governamentais, por sua acessibilidade, ainda que tenhamos conhecimento do uso de diferentes metodologias entre as instituições – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) DATASUS, Secretaria da Segurança Pública do RS, Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa - DHPP - no âmbito do procedimento aplicado em cada tabulação das informações selecionadas nas escalas espaço-temporais. O espaço social abordado para essa análise é o descrito por Milton Santos em seu livro *Por uma geografia nova*, sendo que “o espaço é a matéria trabalhada por excelência”, “uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos” (SANTOS, 1978, p. 137-138). Dessa forma, temos essa percepção ao analisamos o bairro Santa Teresa, no município de Porto Alegre, onde se mantêm as rugosidades no espaço, ainda que esse esteja em constante transformação. Conforme Santos (1998), existe uma intrincada relação entre cidadania e territorialidade:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (SANTOS, 1998, p. 123).

Para o autor, o princípio da equidade está em estabelecer tratamento sem discriminação do cidadão em virtude do seu local de origem, sua classe social ou da localização territorial de sua moradia. Somente dessa forma é possível afirmar que foi alcançado o status de estado democrático de direito legítimo.

---

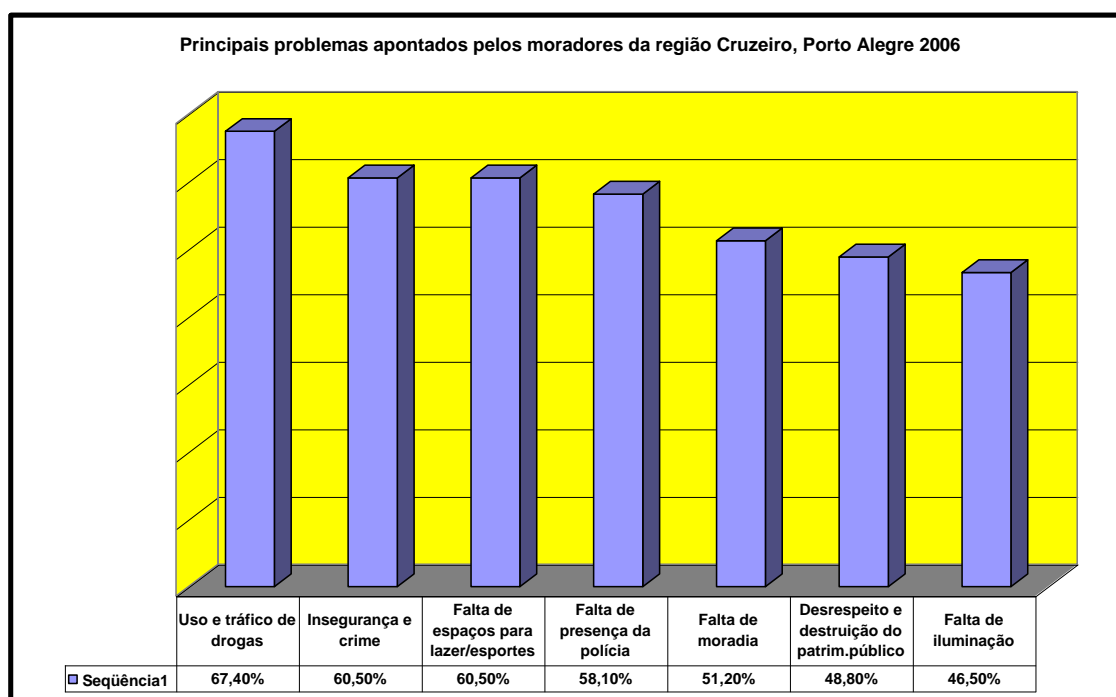
<sup>17</sup> O termo criminalidade violenta é utilizado por Marcelo Lopes de Souza no capítulo 6 “Os novos desafios” para a democratização da cidade e as lacunas no discurso e na agenda da reforma urbana, do livro *Fobópole – O medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*, 2008, p. 224.

### 3.1 O AVANÇO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE COMO OBJETOS DE ESTUDO DA GEOGRAFIA

Ao analisarmos as características e configurações do traçado do bairro Santa Tereza, que apresenta ruas e vielas, percebemos por que esses espaços urbanos pobres são ocupados por organizações criminosas para o uso como ponto de venda de drogas. Tal conformação das favelas no bairro Santa Tereza facilita a dispersão dos grupos que se apropriam de espaços de urbanização precária. Assim, as configurações do território influenciam no aumento das ocorrências de crimes como o tráfico de drogas na região.

A seguir, o gráfico 1 apresenta a pesquisa elaborada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Prefeitura de Porto Alegre, RS, a partir da qual os moradores destacam os problemas mais frequentes vividos no complexo de favelas Vila Cruzeiro do Sul:

Gráfico 1 - Principais problemas apontados pelos moradores da Região Cruzeiro, Porto Alegre, 2006.



Fonte: Pesquisa de Vitimização nas Regiões do Orçamento Participativo Porto Alegre, 2006.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

As respostas dos moradores evidenciam os problemas mais frequentes e que geram maior transtorno de convivência na comunidade. Cabe destacar que esses dados são do ano de 2006, não obstante, na atualidade os problemas são os mesmos. No entanto, notou-se que as

ações tornaram-se mais violentas, mesmo após a instauração da política do desarmamento no Brasil, em vigor desde 2003. Dessa forma, ainda que na última década tenham aumentado os investimentos em segurança pública, esse fato não refletiu em uma redução perene dos crimes letais, cometidos com uso de armas de fogo.

Percebe-se que existe uma facilitação do crime, pois uma vez conhecido o território, as organizações criminosas conseguem controlar os pontos de contato com as vias e ruas próximas, percebendo a movimentação dos policiais e dos oponentes antes dos confrontos. Por esse motivo, são frequentes as trocas de tiros e fugas no interior das vilas ou favelas, uma vez que existem os “olheiros”, jovens que avisam no caso de movimentação estranha ao habitual no entorno dos pontos de venda de drogas. Assim, percebe-se o policiamento ostensivo nas ruas transitáveis, como forma de demonstrar que o trabalho da polícia está sendo feito, no sentido de coibir o tráfico de drogas nas comunidades. Conforme Anderson Lobo da Fonseca:

A opção pela investigação prioriza o combate aos crimes mais danosos, como os grandes crimes econômicos ou contra a vida, que dependem da produção de provas que fundamentem a acusação dos envolvidos. A opção pelo flagrante, pelo contrário, prioriza o combate do pequeno crime cotidiano, por meio de ação policial na rua: a “inteligência” por trás dos flagrantes é a presença policial ostensiva, rotineira, especialmente nas “zonas criminógenas<sup>18</sup>”, reprimindo as classes socialmente marginalizadas. (FONSECA, 2015)

O trecho reproduzido acima é relevante, pois retrata claramente a situação que se vivencia no bairro Santa Tereza, onde há pouco policiamento e investigações incipientes, sendo que os moradores convivem com práticas repressivas que reforçam a ideia de segregação espacial. Sabe-se que a polícia atua nas vilas efetuando flagrantes, apreendendo pequenas quantidades de drogas, dinheiro e algumas armas e realizando abordagens, no sentido de tentar coibir os crimes menores. Esses procedimentos são uma forma de prestar contas às autoridades superiores, enquanto que os grandes traficantes que moram em locais seguros e luxuosos não são importunados. Vive-se uma ilusão que é repetida pela mídia, a qual atribui aos pobres e favelados à violência e o tráfico de drogas, quando sabemos que essa droga que está presente em toda a sociedade tem *donos* muito mais poderosos e inalcançáveis. Enquanto a população em geral acredita que as vilas são focos de violência e criminalidade, os grandes narcotraficantes lucram como o consumo vertiginoso de cocaína mundo afora.

---

<sup>18</sup> A técnica de policiamento por *hot spots*, importada como “zonas quentes de criminalidade”, foi criada nos Estados Unidos e vem sendo introduzida nas metrópoles brasileiras, inclusive para lidar com o problema de baixos efetivos policiais. Essas zonas são, em geral, espaços muito restritos aos quais é atribuída grande parte dos crimes das cidades, com a consequente “criminalização” de todos os moradores, que precisam lidar com o controle militar sobre seu cotidiano.

Ao observarmos um recorte do bairro Santa Tereza, pode-se perceber um aglomerado de pequenos lotes que dão acesso a becos, os quais adentram a outros becos, e essa configuração muito se assemelha a um labirinto de caminhos, atalhos e vias, que se afunilam até um beco sem saída (Figura 4). Essa configuração geográfica possibilita que se estabeleça uma relação de controle do território, pois associado a fatores como má iluminação e calçamento inadequadas, tem-se um cenário propício para pequenos furtos, além do tráfico e consumo de drogas que predominam nesses locais. De fato, existe uma ética entre os criminosos de que nos locais onde se vende drogas, não devem ser cometidos furtos, roubos ou assaltos aos moradores. Contudo, como nesse meio circulam muitos dependentes químicos sem ocupação, esses cometem pequenos furtos para sustentar o vício, roubando roupas dos varais, saqueando o que houver de valor nos pátios, para vender dentro das próprias comunidades. Na maioria dos casos, os traficantes reprimem essas ações, para que a comunidade não fique insatisfeita e chame a polícia, mas eventualmente podem ocorrer tais delitos.

Para a Geografia, o conceito de criminalidade violenta está associado ao processo de fragmentação do espaço social que tornou os crimes violentos contra a pessoa - CVPES e os crimes violentos contra o patrimônio - CVPAT mais frequentes no meio urbano, devido às suas configurações espaciais e ao seu adensamento populacional, fatos que geram relações mais conflituosas (LIRA, 2014, p.107).



As formas como isso se reflete nas vidas dos moradores de favelas é múltipla e perniciosa. As comunidades nas quais eles estão tentando levantar suas vidas e criar seus filhos tornaram-se "espaço em disputa", crescentemente ocupadas por traficantes de médio porte e suas legiões. Os grandes chefes, dizem, vivem no luxo em coberturas na Zona Sul, ou nos Estados Unidos e Europa. A penetrante presença dos traficantes tem tido efeitos devastadores na vida das comunidades. Comparado com trinta anos atrás, existe consideravelmente menos "diversão" no espaço público, menos participação nas associações de moradores, e menos visitas entre amigos e parentes. Participação em qualquer tipo de organização, com exceção das igrejas, declinou enormemente. Independente da idade, o espaço interno da comunidade não é mais usado para lazer e recreação. Esses eram os fatores que antigamente uniam e mantinham a comunidade unida. (PERLMAN, 2002, p.10).

Devido à sua condição de pobreza e aos fatores de desagregação social, os pobres tendem a ser as vítimas preferenciais da violência urbana, seja pela exposição maior ao risco, por dividirem o mesmo espaço com os traficantes de drogas, seja pelo fator histórico de opressão e marginalização da pobreza, processo que ocorre através dos estereótipos sociais, uma vez que as camadas populares têm acesso deficitário aos direitos sociais como a cidadania, a moradia, a educação e a segurança. Como alternativa a histórica inclusão social incompleta ou semi-exclusão a qual estão submetidos, essas pessoas criam os próprios mecanismos de sobrevivência, através das moradias autoconstruídas em locais irregulares, das ligações clandestinas de água, luz e TV a cabo, ou ainda mantendo uma relação de tolerância com pontos de venda de drogas próximos de suas casas.

Uma das possíveis causas dessa situação é a desigualdade socioeconômica, a qual está presente no Brasil e que pode ser notada mesmo na região Sul, conforme o documento *A criminalização da Pobreza - Relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e de outras formas de violência no Brasil*:

(...) Não obstante, a desigualdade do Brasil não pode ser apenas explicada por diferenças regionais, já que também se verifica profunda disparidade dentro das regiões sul e sudeste e nas áreas metropolitanas. Grande parte dos pobres das áreas urbanas se encontra nas periferias das grandes cidades brasileiras – em áreas que também são caracterizadas por baixos níveis educacionais, saúde mais precária, condições de trabalho precárias e maiores níveis de desnutrição. De fato, o alto nível de urbanização do Brasil – 85% em 2007 – representa um sério desafio no que tange à garantia de serviços e emprego e fornecimento de infra-estrutura para a população urbana do país. A polarização sócio-econômica da população brasileira tem sido até certo ponto, reduzida pelas reformas introduzidas pela presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, cujo primeiro mandato iniciou em 2003. O desemprego caiu, a pobreza foi reduzida e a disparidade de renda está sendo amenizada. Entretanto, o Brasil ainda possui uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p.22).

Conforme o trecho supracitado, os fatores sociais e econômicos são preponderantes tanto para identificar uma melhoria na qualidade de vida (em parte), quanto no momento de

medir as desigualdades intrarregionais e locais. O referido relatório aponta que os governos têm tido dificuldade em sanar problemas, os quais são assinalados nas pesquisas e dados estatísticos. Os pontos-chave para a desigualdade e a violência são a regionalização da pobreza e o atraso social. No referido relatório, as áreas periféricas caracterizam-se como pólo de precariedades e, por consequência, são mais suscetíveis à criminalidade violenta e aos crimes letais.

Nesse sentido, o documento *A criminalização da pobreza - Relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e de outras formas de violência* (2009), enfatiza que a desarticulação entre o poder público e as sociedades gera um contexto de descrença na ordem institucional, perda de confiança nas leis e de incertezas com relação à restituição dos valores de civilidade e moralidade extensivas a toda a população.

### **3.1.1 A violência urbana que alcança a todos**

Neste capítulo, faremos uma análise da imagem do *site Onde fui Roubado*, uma plataforma colaborativa que mapeia, através da interação e registro dos próprios internautas/usuários, os locais de ocorrência de Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPAT, os quais são classificados como furto, roubo, assalto a grupo, sequestro relâmpago, arrombamento veicular, arrombamento domiciliar, roubo de veículo, arrastão, arrombamento a loja comercial ou tentativa de assalto. Essa ferramenta é útil pois sinaliza e evidencia um fato que as pessoas já haviam percebido: que a criminalidade violenta possui um aspecto generalizante, isto é, todos são vítimas em potencial.

É importante ressaltar que as estatísticas estão pautadas sobre os registros, que nos servem de subsídio para essa análise. Em absoluto podemos afirmar que não haja crimes nos locais não sinalizados, porém notamos uma tendência de que determinados bairros sejam mais visados pelos criminosos e que as vítimas, por esse motivo, estão recorrendo a essa ferramenta como forma de atrair a atenção dos órgãos responsáveis pela segurança pública na região. Conforme os dados disponíveis no site<sup>19</sup>, as ações ocorrem predominantemente à noite, em 55% dos casos, e 59% das vítimas são mulheres, sendo que são considerados apenas os crimes registrados pelas vítimas, o que corresponde a 64% que fizeram o boletim de

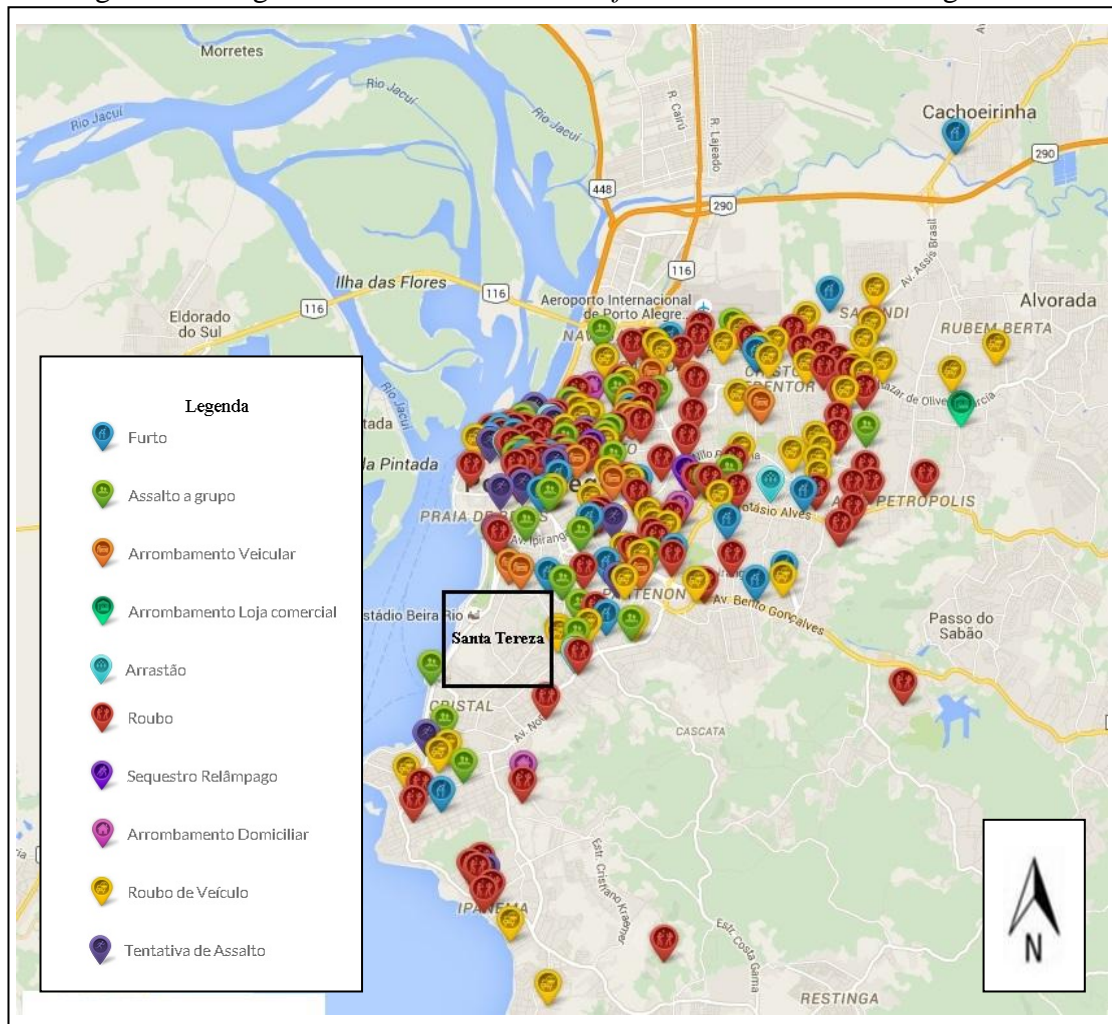
---

<sup>19</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.ondefuiroubado.com.br/porto-alegre/RS>>. Acesso em: 12 fev. 2016. \*\*Atualizado no dia 05 de fevereiro de 2016.



ocorrência (BO), nos últimos 120 dias. Ou seja, ocorreram 276\*\* crimes (registrados) em Porto Alegre, conforme a imagem do site *Onde fui roubado*, reproduzida a seguir.

Figura 5 - Imagem do site interativo *Onde fui roubado* em Porto Alegre – RS



Fonte: [ondefuirobado.com.br/porto-alegre/RS](http://ondefuirobado.com.br/porto-alegre/RS)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Ao observarmos os pontos de localização, além do volume e diversidade das ocorrências, conseguimos ter alguma noção da crise institucional e de segurança pública pela qual estamos atravessando. Porém, esse site não contém dados referentes aos Crimes Violentos contra a Pessoa – CVPES, que são aqueles compostos por homicídios, tentativa de homicídio e de lesão corporal, bem como os de latrocínio, que é o roubo seguido de morte, os quais são os indicadores mais habituais ao tratarmos sobre a violência urbana. Entendemos que todo o ato que oprime e restringe a liberdade das pessoas é, de fato, um ato de agressão, logo, os crimes violentos contra o patrimônio – CVPAT em números mais representativos nos bairros, são um indicativo de uma nova espacialização da criminalidade violenta. Nesse



sentido, a ideia de que haveria uma predisposição dos bairros pobres serem os maiores concentradores da criminalidade violenta, como citou Janice E. Perlman (2002) trata-se de um estereótipo a ser debelado.

As favelas costumam ser observadas a partir de parâmetros definidos pelos grupos sociais de maior poder econômico, político e cultural, e dessa forma, passam a ser caracterizadas pelo que, aparentemente, elas não teriam em comum, em termos materiais e/ou culturais com a metrópole. A definição dos espaços populares pela negação tem sido um elemento recorrente desde a instituição dos primeiros espaços habitados pelas populações de baixa renda nas cidades brasileiras. (PERLMAN, 2002, p.3).

Assim, as favelas são descritas por esses grupos sociais dominantes como um local que destoa da ordem instituída, recebendo outros atributos que reforçam o preconceito sobre essas áreas urbanas. No caso do bairro Santa Tereza o que notamos é que, ao longo dos últimos 30 anos, aumentaram os casos de crimes violentos contra a pessoa – CVPES, em virtude do avanço das disputas entre organizações criminosas pelo controle dos pontos de tráfico de drogas na região. O que fica evidente é que espaços vazios – e com forte fragmentação do tecido urbano – são utilizados tanto para a prática de ações construtivas, quanto para ações não construtivas ou degradantes.

Evidentemente, as autoridades da segurança pública buscam fazer o controle social no sentido de minimizar as consequências da guerra do tráfico de drogas nas áreas conflagradas do bairro Santa Tereza. Contudo, devido à falta de políticas de longo prazo de prevenção ao crime, esse trabalho é feito de forma parcial e sem o devido seguimento. Dessa forma, uma onda de assaltos tem ocorrido no município inteiro de maneira indiscriminada, uma vez que esses crimes são cometidos com maior frequência nas áreas urbanas e das formas mais violentas, pois muitas destas ações ocorrem com uso de armas de fogo.

Ao observarmos a figura número 5, percebemos que não há tantos crimes violentos contra o patrimônio – CVPAT indicados nos limites do bairro Santa Tereza, e esse fato pode ser atribuído à subnotificação das ocorrências, algo que é passível de ocorrer em todo o município. Porém, também há a possibilidade de que, como se trata de uma região onde atuam os traficantes de varejo de drogas, é comum que nesses locais não ocorram crimes como assaltos a mão armada, furto a veículos, além de seqüestros relâmpagos, no sentido de minimizar a presença da polícia, o que costuma afugentar os clientes das áreas ocupadas pelo varejo do tráfico de drogas. O intuito é mostrar como uma imagem do *Google Maps*, que está disponível a todos, pode ser utilizada como uma fonte de interatividade e como um canal de informação e consulta em tempo real sobre a distribuição dos delitos na cidade.

Evidentemente, pode haver uma notificação abaixo do esperado em relação aos crimes, “uma vez que muitas vítimas, sobretudo nas ocorrências de menor gravidade (lesões corporais e furtos, por exemplo) não recorrem à polícia e ao registro do boletim de ocorrência” (LIRA, 2014, p. 35), porém sua validade está na possibilidade de observar o avanço do problema da alta criminalidade e dos crimes violentos contra o patrimônio no meio urbano e sua distribuição de forma heterogênea no território.

Portanto, concluímos que o bairro Santa Tereza, que faz parte da política do Pronasci do governo federal, intitulado Territórios de paz e implantado em 2011, juntamente com os bairros Rubem Berta, Restinga e Lomba do Pinheiro, no município de Porto Alegre, têm em comum a convivência muito próxima com a criminalidade violenta. Muitas vezes, os meios de comunicação comparam esses bairros aos cenários de guerra, pois durante os conflitos armados entre as facções criminosas ou nas ações policiais repressivas ao tráfico de drogas, o contexto de hostilidade e imprevisibilidade dos confrontos gera uma sociabilidade violenta, em virtude dos assassinatos e das disputas pelos pontos de tráfico nessas regiões.

A política dos Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) foi implementada em áreas conflagradas do Estado, onde o índice de casos de homicídios é elevado. Esse programa tem o intuito de promover ações sociais de prevenção à violência, por meio de um projeto de inclusão social, proteção aos vulneráveis e aplicação de uma polícia comunitária que atue em parceria com as lideranças locais, entre outras medidas, para a redução da violência e da criminalidade urbana. Apesar dos esforços e do impacto que o programa revelou inicialmente, com as trocas de governos e com algumas decisões político-administrativas, o Pronasci perdeu eficácia no âmbito nacional. Além disso, teve, paulatinamente, os recursos e investimentos reduzidos, até que, por contenção de despesas, o governo estadual optou por retirar o policiamento dos territórios de paz. Dessa forma, as sedes e postos de vigilância foram abandonados.

Como consequência da falta de investimento e continuidade do programa, os Crimes Violentos contra a Pessoa - CVPES e os Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas – CTDI voltaram a crescer nessas áreas, ao passo que os Crimes Violentos Contra o Patrimônio – CVPAT se elevaram nas áreas centrais, como roubo a veículos, furtos e assaltos a mão armada (Cf. figura 19).

Desse modo, a espacialidade da violência em Porto Alegre caracteriza-se por ter um comportamento dinâmico nesses territórios do crime, que se expandem ou se retraem de acordo com a oportunidade de ação dos criminosos e a relação custo-benefício para os infratores, uma vez que nos locais sem segurança e com vítimas em potencial os delitos

tornam-se mais frequentes. No entanto, naqueles lugares em que as chances de lograr êxito forem menores devido a uma maior vigilância, maior efetivo policial, ou até mesmo por haver mais segurança por conta de melhor luminosidade ou uso dos espaços pelo público em geral, os crimes violentos tendem a diminuir, pois haveria um contexto menos favorável aos Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPAT e contra a pessoa, concomitantemente.

As autoridades em segurança pública (SSP-RS) destacam que muitas vezes o principal causador do aumento da violência são a falta de um planejamento urbano que minimize os problemas relacionados ao crescimento das cidades, e de infraestrutura dos serviços de atendimento social, além da má gestão dos recursos humanos e financeiros. Dessa forma, uma das maiores reivindicações das camadas populares residentes em áreas urbanas pobres é de políticas públicas de prevenção ao crime violento, além de mais policiamento ostensivo nas vias públicas, conforme pesquisa de Vitimização nas Regiões do Orçamento Participativo de Porto Alegre - 2006, produzida pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM).

Ao considerar os dados apresentados pelo Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre - MAPASEG/2014/2015, percebe-se um esforço da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) em desenvolver debates e estudos com o intuito de resgatar a cidadania das populações em situação de alta vulnerabilidade social. O CEDECONDH busca sensibilizar os gestores públicos em prol de uma cidade mais segura e com uma infraestrutura integradora dos espaços. Neste sentido, se faz necessário um sistema de intervenção policial humanizada, que estabeleça uma interface nas comunidades, com base em um modelo de segurança cidadã.

### 3.2 GEOGRAFIA DO CRIME E GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA: SEMELHANÇAS E (DES) SEMELHANÇAS

A geografia do crime está mais relacionada aos mapas de criminalidade, os quais são elaborados por governos e instituições que visam produzir estatísticas por meio de bancos de dados. Esses bancos de dados visam abastecer o governo de informações, no sentido de identificar onde ocorrem e quais as modalidades de crimes predominantes em cada região.

Em um contexto mais generalizante, a geografia do crime atua como ferramenta para a prevenção dos delitos ditos comuns e mapeáveis, tais como roubo de veículo, furtos, assalto à mão armada, estupro, tráfico de drogas e homicídios. Muitas vezes, a criminalidade pode ser

dimensionada pelos levantamentos das Secretarias da Segurança Pública (SSP's) e pelo Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), que organizam seus relatórios com base nas ocorrências das operações de rotina. Também são utilizados para elaborar os trabalhos os dados colhidos nas DEAM - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes<sup>20</sup> (DECA).

A geografia do crime está bastante presente no contexto das mega operações de alcance local e global. Uma vez que crimes como o narcotráfico assumiram uma escala intercontinental, nesse sentido a geografia do crime auxilia no mapeamento dessas interconexões, a fim de coibir as ações do tráfico interno bem como o uso indevido das fronteiras para o transporte de drogas e armas. Dessa forma, os setores de inteligência policial<sup>21</sup> atuam no combate ao crime organizado internacional a partir de programas e softwares de georreferenciamento, associados ao mapeamento de manchas de criminalidade, *clusters* de análise de dados estatísticos. Nesse sentido, a geografia do crime contribui para os resultados positivos na consolidação de planos estratégicos de combate ao crime, para as políticas da segurança pública e para as atividades de pesquisa geocientífica relacionadas à violência e à criminalidade.

A geografia da violência é um conceito mais amplo que abrange as diversas formas de violações, tais como agressão físicas morais e psicológicas que podem ser atribuídas a um indivíduo, a um grupo ou até mesmo ao Estado, sobre os seus governados. De fato, a geografia da violência tem como base as análises de diferentes territorialidades, das disparidades socioeconômicas, assim como as disputas por espaço, principalmente, pelas vantagens que esse pode agregar ao indivíduo ou ao grupo que exerce a violência. No caso, o crime organizado atua impondo suas leis no momento em que, nesses lugares, são preexistentes fatores como as violações de direitos dentre as quais podemos citar a ausência do papel do Estado, a falta de acesso à informação, "(...) e a enorme deterioração das condições da segurança pública nos municípios, a partir de 2003, conforme pesquisa do SIM/MS/DATASUS". (CERQUEIRA; LOBÃO; CARVALHO, 2007, p. 145).

---

<sup>20</sup> "Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade." (ECA, Lei 8.069/1990).

<sup>21</sup> DeLadurantey (1995, p. 383, apud Dantas; Souza, 2004, p. 1, trad. livre) define a expressão inteligência da seguinte maneira: "É o conhecimento das condições passadas, presentes e projetadas para o futuro de uma comunidade, em relação aos seus problemas potenciais e atividades criminais. Assim como a inteligência pode não ser nada mais que uma informação confiável que alerta para um perigo potencial, também pode ser o produto de um processo complexo envolvendo um julgamento bem informado, um estado de coisas, ou um fato singular. O 'processo de Inteligência' descreve o tratamento dado a uma informação para que ela passe a ser útil para a atividade policial."

Assim, existe a tendência da espacialização dos crimes em locais em que já é possível notar uma geografia da violência, e logo se tem uma sobreposição da geografia do crime. Nesse sentido, a geografia da violência precede a geografia do crime, porém o oposto raras vezes ocorre, uma vez que os crimes acontecem no momento em que existam condições, ou melhor, oportunidades para que ocorram. O papel do Poder Público é atuar como um agente modulador da violência, seja por meio do poder de polícia, em suas tentativas de estabelecer o controle social, seja norteador as práticas de coerção das camadas populares. O Estado atua como coautor no processo de fragmentação do espaço urbano, pois parte deste as permissões para o loteamento e organização estrutural das cidades, ou ao realizar a gestão dos recursos que serão destinados para o atendimento das demandas da segurança pública e da habitação, por exemplo.

Neste trabalho, propomos uma associação entre os dois conceitos apresentados: a geografia da criminalidade violenta, que permeia as relações sociais no meio urbano, e as territorialidades impostas pelos grupos de traficantes, em contraponto com as populações de baixa renda, as quais enfrentam problemas relacionados à criminalidade violenta e à ilegalidade em seu meio. Essas circunstâncias os tornam potencialmente vulneráveis, tanto à opressão do Estado, por dividirem espaço com as facções criminosas, quanto à ação dos grupos armados que visam o controle das favelas. Conforme descreve Souza (2012),

A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é, assim, uma rede complexa, unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que, no espaço concreto, esses nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência econômica (mercado consumidor), formando uma malha significativamente complexa. (SOUZA, 2012, p. 92).

Ou seja, evidencia-se uma privatização formal do solo urbano, por meio da associação entre Estado e o mercado imobiliário, e uma “desestatização” informal nas áreas urbanas pobres, de forma que os traficantes buscam o domínio destas por intermédio da força, e decidem sobre a mobilidade e acessibilidade nestes espaços segregados, devido ao enfraquecimento do papel do Estado. Corroborando com essas ideias cabe citar Maricato, (2003) que lista os problemas enfrentados pelas camadas pobres no que tange à moradia irregular.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de

saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. (MARICATO, 2003, p.154).

Conforme a autora, a desigualdade social, que aparece fortemente nas áreas urbanas empobrecidas do Rio de Janeiro e em Porto Alegre, por exemplo, demonstra também a precarização da vida urbana entre as populações afrodescendentes, as quais são mais discriminadas e afetadas pela pobreza e, conseqüentemente, pela violência.

A geografia da violência surge em um contexto de negação dos direitos civis e perda da qualidade de vida no meio urbano, em detrimento dos interesses macroeconômicos do Estado. Nesse sentido, os desprivilegiados tendem a sofrer mais com a série de problemas de ordem estrutural e ambiental, como o inchaço das cidades, nas quais as deficiências se tornaram mais evidentes por meio da disputa por espaço que envolve desde o direito à habitação digna até a especulação imobiliária, caracterizada pelos “vazios urbanos”, associados a uma profunda desigualdade social.

Esse processo gerou verdadeiros bolsões de miséria e criminalidade, que deveriam ser problematizados, pois é um dos efeitos colaterais do processo de urbanização que se deu de maneira acelerada em um curto período. Como resultado dessa lógica da mercantilização da cidade, produziu-se um exército de marginalizados sociais, e uma forte fragmentação do espaço vivido.

### 3.3 A DESIGUALDADE SOCIAL COMO UM VETOR DE VIOLÊNCIAS NO BRASIL.

A pobreza foi apontada por estudiosos ao longo de muito tempo como sendo uma das principais causas da degradação do meio ambiente e dos problemas sociais, entre eles a violência. Contudo, os trabalhos contemporâneos como *O nível por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*, de Wilkinson & Pickett (2015), afirmam que a desigualdade é o maior fator de desagregação social, visto que a pobreza seria uma das conseqüências de uma conjuntura social de grandes disparidades sociais.

O fenômeno da urbanização e o desenvolvimento industrial acelerado tiveram como resultado o inchaço das cidades, além de problemas de infraestrutura, que motivaram as ocupações em áreas periféricas. Essas ocupações contribuíram para a formação dos bolsões de

pobreza (LIRA, 2014). Como consequência, esse processo gerou uma população marginalizada, isto é, destituída de seu “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1969). Dessa forma, as populações desfavorecidas passaram a ocupar as áreas impróprias para moradia, propensas a alagamentos, desabamentos e inundações. Assim, conforme Lira, “à medida que as estruturas urbanas se definiam em tal tendência as contradições sociais emergiam e as desigualdades econômicas afluíam, evidenciando a segregação espacial da cidade.” (LIRA, 2014, p.78).

A criminalidade violenta surge em um contexto de instabilidade social, no qual os direitos de morar, de ser assistido pelo Estado e de ter acesso à visibilidade social por parte das camadas em situação de vulnerabilidade são negligenciados. Assim, nas discussões políticas predominam as necessidades do mercado financeiro, como ressalta Milton Santos (1998) em sua análise:

Mercado e espaço, forças modeladoras da sociedade, como um todo, são conjuntos de pontos que asseguram e enquadram diferenciações desigualizadoras, na medida em que são, ambos criadores de raridade. E como o “mercado é cego, para os fins intrínsecos das coisas”, o espaço assim construído é, igualmente, um espaço cego para os fins intrínsecos dos homens. Daí a relação íntima e indissociável entre a alienação moderna e o espaço. (SANTOS, 1998, p.60).

Ao longo das leituras dos trabalhos que tratam da violência urbana, percebemos que as normas comerciais, do setor imobiliário, das agências de turismo, do tráfico de entorpecentes, e do sistema financeiro estão amalgamadas por um interesse em comum: o lucro, sendo que o Estado é somente mais um ator nesse contexto de aparente desordem social.

Por exemplo, para que o tráfico de drogas e armas seja bem sucedido, é necessário que alguns dos agentes das alfândegas estejam inseridos no esquema de facilitação do fluxo das mercadorias, que alguma instituição financeira seja eficiente no processo de “lavagem de dinheiro” e que os políticos corruptos estejam satisfeitos com as perspectivas das vantagens nos negócios, e esses políticos são, via de regra, ou investidores, ou sócios, ou sócio-investidores. Além disso, a polícia deve estar neutralizada, através de propinas e da corrupção. Conforme Marcelo Lopes de Souza afirma,

O legal e o ilegal se acham, cada vez mais, dialeticamente imbricados, em meio a relações espúrias de interdependência – da lavagem de dinheiro sujo á corrupção policial. As forças por trás da economia ilegal são, ademais, poderosíssimas. Da escala local à global, múltiplas são as conexões e numerosos os agentes envolvidos. Até que ponto a face legal do Estado-nação pode contrapor-se a vetores tão poderosos como o tráfico internacional de drogas e armas, os interesses aninhados no interior do sistema bancário - financeiro internacional, etc.? Até que ponto agentes vinculados ao lado legal (administradores, policiais, políticos...) têm

capacidade para encontrar ( e interesse em ) soluções de largo alcance e duradouras? (SOUZA, 2008, p.254).

Em seu livro *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*, Zaluar (2004) faz referência a essa forma de simbiose entre as instituições formais e o crime organizado, e como se articulam a partir das configurações socioespaciais.

Assim sendo, os efeitos da pobreza e da urbanização acelerada sobre o aumento espetacular da violência nos últimos anos não serão compreendidos se não analisarem os mecanismos institucionais sociais do crime organizado. Este atravessa classes, tem organização empresarial e não sobrevive sem o apoio institucional das agências estatais incumbidas de combatê-lo. Ou seja, as próprias instituições encarregadas de manter a lei torna-se implicada com o crime organizado. Sem isso não seria possível compreender a facilidade com que armas de drogas chegam às favelas e bairros populares (...). (ZALUAR, 2004, p. 31).

Dessa forma, essa máquina público-privada de fazer dinheiro apresenta alguns efeitos colaterais, entre eles as narcoguerras, a perda de vidas humanas em virtude dos conflitos armados, além da desterritorialização e reterritorialização do espaço produzido, sob a necessidade de fazer com que as mercadorias lícitas e ilícitas cheguem o mais rápido possível aos seus consumidores. Para tanto, as barreiras morais e os valores éticos são relativizados. Nesse sentido, um governo demasiadamente burocrático, políticas públicas de fiscalização e controle frágeis, associadas à desigualdade social, facilitam a proliferação de disputas por territórios entre as facções e milícias e, conseqüentemente, a criminalidade e a violência tornam-se exacerbadas.

Muitas vezes temos dificuldade de distinguir os processos, pois fomos doutrinados a considerar somente os resultados, vê-los isoladamente, e a não questionar os porquês. Somos tolhidos, desde a escola, em nossa habilidade de questionar, ou seja, na capacidade de fazer as perguntas certas a quem lhes cabem. Por tais motivos ficamos estarecidos ao saber que tantos jovens negros favelados são mortos por policiais em ações denominadas “autos de resistência”, e em saber que os responsáveis por tais atrocidades tenham penas brandas, apesar da repercussão negativa para essas corporações. Cabe questionar então a lei que legitima o ato de matar em virtude da menção de resistência do jovem. De fato, a lei existe e foi idealizada para proteger a integridade física do agente público que age no desempenho de sua função. Porém, as autoridades que elaboraram essa lei não contavam com a astúcia do policial desonesto, corrupto, homicida, que faz uso de sua condição de agente público para subjugar e burlar a ordem institucional, “uma vez que não há investigação nem fiscalização adequada para saber em que condições se deram a abordagem policial” (MISSE, 2011).



A lógica vigente é a lei de mercado, e como os excluídos sociais não dão lucro imediato aos donos de bancos, aos agentes imobiliários, aos narcotraficantes e, no caso desses últimos, no máximo se prestam a mão de obra barata, predomina a lei do mais forte. As camadas de baixa renda estão instaladas nos piores lugares (que são os espaços degradados ambientalmente e de infraestrutura problemática), logo, serão as vítimas preferenciais da criminalidade e da violência em um contexto de brutal desigualdade social e fragilidade do poder público. Nesse sentido argumentou Milton Santos, ao reforçar que “a localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. (...) muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para suprimir ou atenuar.” (SANTOS, 1998).

Nesse sentido, o bairro Santa Tereza possui algumas peculiaridades, pois é composto de um misto de famílias de classe média e classe média alta, (representada pelas UDHs Santa Cruz e Jardim Medianeira), que são adjacentes de um complexo de vilas/favelas (representados pela Vila Malvina, Vila Tronco, Vila Cruzeiro do Sul), essas últimas com níveis variados de pobreza e com indicadores que refletem as condições de vulnerabilidade e subdesenvolvimento em uma região não periférica da cidade, porém que detém todas as características de áreas suburbanas, entre elas a precariedade dos equipamentos públicos, o problema no tratamento do lixo doméstico e o forte processo de favelização em áreas impróprias para moradia. Entre outros, há uma série de problemas relativos à configuração do meio urbano no que tange às moradias autoconstruídas, como os alagamentos, as dificuldades de implementação de obras de melhoria na infraestrutura das redes de água, esgoto (saneamento básico), luz e internet. Com relação às conformações da vida nessas comunidades, podemos fazer referência ao trabalho de Lira (2014) que,

Identificou certa inquietude por parte dos moradores em relação ao serviço de entrega das correspondências. De acordo com o relato de vários entrevistados, na maioria dos bairros desprivilegiados as correspondências pessoais são depositadas em caixas comunitárias, o que facilita extravios e compromete o sigilo da comunicação escrita dos moradores. Ainda com base nos moradores, foi constatado que os funcionários dos Correios não são designados a distribuir as correspondências em boa parte dos bairros pesquisados devido à insegurança, em relação à violência, típica dessas localidades. O tratamento diferenciado prestado pelos Correios é um exemplo de como as áreas desprivilegiadas da cidade não estão totalmente filiadas aos serviços coletivos urbanos. (LIRA, 2014, p.118).

É possível perceber, nas UDHs mais pobres do bairro Santa Tereza, essa mesma forma de tratamento, pois tanto os Correios quanto as transportadoras particulares seguem norma e não fazem entregas em locais definidos como “área de risco”, o que caracteriza um ato

discriminatório com relação aos moradores. Dessa forma, esses moradores se veem obrigados a se deslocar até os Centros de Distribuição dos Correios (CDC) para retirar suas correspondências e encomendas. Além dos serviços de Correios, percebemos essa diferenciação no acesso aos serviços internet ADSL, que são deficitários em qualidade e nas opções de operadoras disponíveis para a região.

Portanto, todo o sistema socioeconômico é passível de ser corrompido, uma vez que esse é composto por pessoas que têm seus próprios interesses e aspirações. Nesse sentido, cabe destacar que pensar o espaço social é refletir sobre economia, cultura, geopolítica e valores morais e de cidadania. A desigualdade social perpassa esses aspectos que compõem a coletividade, contudo, o que podemos notar é que prevalece um senso de individualismo que somente se desfaz - momentaneamente - na oportunidade em que grupos criminosos se organizam para controlar um território e dele extrair a maior lucratividade possível. De fato, existem outras formas de associação e organizações que agem a partir de suas próprias motivações. Contudo, as quadrilhas detêm um potencial de articulação e de logística que mobiliza um grande contingente de pessoas e que atuam com uma efetividade em escala empresarial.

Os espaços urbanos desprivilegiados são ocupados de forma arbitrária porque o Estado deixou de se fazer presente por meio de políticas públicas eficazes e do combate efetivo ao tráfico de entorpecentes, além da aplicação de metodologias modernas de prevenção ao crime nas áreas desprivilegiadas e no seu entorno. Por sua vez, o mercado da segurança privada produz e oferece as inovações tecnológicas de monitoramento, os sistemas de controle de tráfego. Contudo, na maioria dos casos, esses produtos somente estão a serviço da máquina pública para proteger o patrimônio e gerar alguma forma de receita e, eventualmente, para segurança de um grupo seleto de pessoas.

Dessa forma, analisando os números da violência urbana, percebemos que existe uma atenuação de poder em virtude da perda de controle do Estado, principalmente sobre as camadas sociais desassistidas, que se tornaram alvo fácil para criminalidade. Ao mesmo tempo, o mercado formal dita suas regras de negociação junto aos órgãos públicos que, em nome das boas relações com o comércio exterior, faz concessões contratuais, oferece benefícios fiscais, financia infraestrutura urbana e flexibiliza as leis trabalhistas como forma de atrair capitais estrangeiros.

Esse processo, que recebeu o nome de neoliberalismo econômico, fez aumentar as disparidades socioeconômicas e suas consequências nefastas para toda a sociedade, a qual sofre com a dificuldade de acesso a serviços públicos de qualidade (saúde, educação,

previdência social e emprego), com a perda da sensação de segurança e, principalmente, com o risco de ser a próxima vítima de um crime violento. Para mudar essa realidade, é necessária vontade política na aplicação das leis e engajamento das organizações sociais que lutam pela manutenção dos direitos civis, por uma segurança pública cidadã e por políticas inclusivas, de prevenção ao crime e redução da desigualdade social.

## 4 OS JOVENS E A VIOLÊNCIA

Os mais afetados pela violência são os moradores de bairros mais pobres da cidade, que não têm assegurados os direitos econômicos, sociais e culturais estabelecidos nas normas internacionais e na Constituição brasileira. (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p.32).

Os jovens têm sido os mais atingidos pela desigualdade social, no sentido de terem suas vidas alteradas em virtude das mudanças econômicas e políticas na América Latina e no Brasil. Trabalhos como os Relatórios da Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal) sinalizam para essa preocupante realidade. Através do Observatório de Juventude para a América Latina e o Caribe (Juvelac), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no Brasil elaborou o estudo “Crianças no Narcotráfico”, o qual traz dados sobre a evolução do percentual dos “nem nem”, crianças e jovens que não vão à escola e não trabalham, sendo que esses jovens estão entre os mais vulneráveis em termos de escolaridade e empregabilidade. Além disso, o estudo da Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe), citado por Salazar, aponta que o abandono escolar precoce e a dificuldade de inserção no mercado formal geram uma massa de pessoas desempregadas e sem perspectivas, conforme o trecho a seguir:

En América Latina hay unos 30 millones de jóvenes que no estudian ni trabajan remuneradamente los llamados “ninis”, cerca de 22% del total de los cerca de 160 millones de jóvenes de entre 15 y 29 años de edad que viven en la región latinoamericana, de acuerdo con la Cepal.(...) Aunquelos dos ejes principales de la inserción social de los jóvenes son La educación y el empleo, también se requieren políticas en materia de salud, violencia, participación política y acceso a La tecnología y la cultura (SALAZAR, 2015)

No caso do relatório do Ministério do Trabalho e Emprego (2002) no Brasil, são mais enfáticos ao apresentarem pesquisa realizada no Rio de Janeiro. Nessa pesquisa, identificaram a ocorrência de muitas mudanças no perfil populacional nos últimos dez anos, como o aumento da participação feminina, além de dados sobre educação e envelhecimento (SILVA, 1992 a 2002). Portanto, os jovens em situação de vulnerabilidade tendem a deixar a escola precocemente e, como consequência disso, suas chances de ingressar no mercado de trabalho formal são menores.

Os estudos apontam que países latino-americanos como o Brasil enfrentam uma crise de subempregabilidade dos jovens, com o agravante de muitos dessas jovens acabam atuando

no tráfico, recrutados pelas facções criminosas. A partir da análise desse fenômeno social, é necessária uma revisão da legislação no que tange ao sistema de proteção dos jovens, seja para promover a inclusão social destes por meio de mais oportunidades no mercado formal, seja para melhorar em termos de infraestrutura e qualificação profissional, os centros de acolhimento e escolarização de jovens e adultos. Uma vez que muito adolescentes pobres encontram um significado para suas vidas (sensação de pertencimento, ascensão social, poder de consumo) ao se agregarem às organizações criminosas, esses jovens estão imersos em uma sociabilidade violenta e vivem em um contexto de forte desigualdade social e de privação das condições necessárias para o seu desenvolvimento pleno como cidadãos.

#### 4.1 A SOCIABILIDADE VIOLENTA COMO FATOR CAPAZ DE ALTERAR AS TRAJETÓRIAS DE JOVENS RESIDENTES EM BAIRROS POBRES DE PORTO ALEGRE, RS.

Discriminação, educação de má qualidade e falta de oportunidades inevitavelmente levam uma proporção dos jovens brasileiros – homens jovens e pobres em especial – a se voltarem para o crime, quer seja crime de rua ou atividades criminosas mais organizadas. (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p.24).

Como o percentual de jovens fora de escola e sem emprego formal são altos nas áreas pobres urbanas, esses estão mais sujeitos a serem recrutados pelas organizações criminosas, para executar as mais diversas atividades, e se envolver no mundo crime como uma possível forma de minimizar a situação de extrema pobreza. Nesse sentido, Héctor Castillo Berthier, analista de segurança da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) ressalta:

Eles são recrutados para trabalhar como “mulas” de drogas, olheiros e até como agentes do crime. Pois se trata de uma mão-de-obra barata, caso sejam capturados cumprem penas mais curtas, e são mais fáceis de controlar”. E ainda “a falta de oportunidades de estudar ou trabalhar, pobreza, inadequação ou o simples desejo de obter reconhecimento, dinheiro, luxo e armas são considerados os principais fatores para os adolescentes envolverem-se com o narcotráfico. (BERTHIER, 2013).

A possibilidade de obter uma fonte de renda e estar integrado a um grupo criminoso contribui para expor esses jovens à exploração de sua força de trabalho e à violência letal. Para Abramovay (1999, p. 11):

Hoje, os jovens são os que mais matam e morrem. São também a maioria dos que são presos. Os jovens que vivem entre a vulnerabilidade pessoal e social, e em ambientes familiares desfavoráveis, podem ter tendências comportamentais violentas; entretanto, deve-se ter cuidado ao fazer tais generalizações porquanto algumas pessoas criadas em ambientes violentos rejeitam esse comportamento. Ao mesmo tempo, o jovem pode ser criado em ambientes não-violentos e ser propenso a atitudes violentas. Os crimes e as contravenções podem ser entendidos como resultantes de valores adquiridos do grupo social do indivíduo, associados à incapacidade do Estado e da sociedade de criar meios para ascensão social. Comprovadamente, existe uma relação dialética entre o indivíduo e as condições sociais que o rodeiam. A escolha pode ser, portanto, aceitar ou rejeitar o que é oferecido ao indivíduo. (ABRAMOVAY *apud* SILVA, 2002, p. 34).

A violência juvenil acarreta muitas mortes na faixa etária dos 15 aos 29 anos, por consequência dos problemas sociais. Os jovens são as principais vítimas de mortes violentas nas áreas urbanas, mais especificamente nas comunidades pobres e de alta vulnerabilidade social no Brasil. Nesse sentido, Muggah e Cerqueira afirmam que:

Letalidade não é distribuída igualmente na sociedade, mas atinge desproporcionalmente os homens jovens, negros e com baixa escolaridade. O Brasil é um dos países mais violentos o planeta, onde 1,3 milhão de pessoas foram assassinadas desde 1980, sendo que o problema se agrava a cada dia. Nesse período, a taxa de homicídios aumentou 150%, levando-nos a uma situação em que mais 56 mil vidas são perdidas a cada ano, segundo os registros oficiais. Esta tragédia não é consequência de uma cultura latente de violência, mas deve-se, em parte, ao fracasso das políticas públicas para prevenir mortes evitáveis. O crescimento dos homicídios pode ser explicado por uma combinação de fatores de risco. Não obstante a expressiva redução da pobreza observada nos últimos anos, a persistente e alta desigualdade social joga um papel-chave. A farta disponibilidade de armas de fogo e munição é outro fator crítico, na medida em que mais de 70% das vítimas fatais são atingidos por elas. Outro elemento que contribuiu para a hipercriminalidade foi a escalada do tráfico de drogas psicoativas ilícitas, no rastro do aumento no seu consumo, de 700% na última década. (MUGGAH e CERQUEIRA, 2014).

Esse trecho apresenta alguns dos principais fatores que motivam as mortes dos jovens pobres no meio urbano. Destacamos o avanço do tráfico de drogas e armas, associado à violência e à desigualdade social como fatores que elevaram as taxas da letalidade juvenil nos últimos 30 anos. Dessa forma, o município de Porto Alegre e o bairro Santa Tereza tendem a acompanhar as estatísticas nacionais, pois nos bairros pobres e de periferia da Capital o perfil de homicídios em que muitas das vítimas fatais são jovens, negros, na faixa dos 15 aos 29 anos com ensino fundamental incompleto, predominam nos estudos sobre letalidade juvenil. Nesse sentido, o relatório da Secretaria da Segurança Pública de Porto Alegre (SSP-PMPA) apresenta um quadro com a evolução dos homicídios de jovens com esse perfil em destaque.

Gráfico 2 - Percentual de mortes por homicídio de jovens negros do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa faixa etária, cor e sexo, no bairro Santa Tereza (OBSERVAPOA, 2014)



Fonte: SIM (Sistema de Informações de Mortalidade)/SMS (Secretaria Municipal da Saúde).

Org.: Janaína Teixeira (2015).

O gráfico acima, retirado no site do Observatório da cidade de Porto Alegre (OBSERVAPOA), apresenta os dados de homicídios dos anos de 2010, 2011 e de 2012, sendo que nesse ínterim houve aumento contínuo no número dos assassinatos de jovens negros no bairro Santa Tereza. Podemos atribuir essas mortes, em grande parte, ao aumento dos casos de envolvimento dos jovens com o crime organizado que atua nesta região, bem como ao alto nível de vulnerabilidade social que esses jovens encontram em seu entorno. Segundo Silva (2003, p. 103) o fenômeno da territorialização da violência atinge os jovens de forma preponderante:

Territórios demarcados: Uma das principais causas da morte provocada ou sofrida pelos jovens é o fato de os grupos criminosos usarem a demarcação territorial como estratégia na disputa por poder. Os mecanismos utilizados por eles para estabelecer limites e demarcação de seus lugares e, por conseguinte, suas fronteiras reais e simbólicas, acabam definindo a sua própria identidade e seu campo de ação. (...) A marca simbólica da territorialização é tão forte que, mesmo sem fazer parte da rede social do tráfico, muitos jovens incorporam os códigos da facção dominante e estabelecem, a partir disso, a sua relação com a cidade e com o outro. Este pode ser

aquele que não mora em sua comunidade ou em uma comunidade dominada por outra facção criminosa. (SILVA, 2003, p.103).

Já no trecho a seguir, destacam-se alguns dos fatores para o ingresso dos jovens no mundo do crime. Entre esses está a forma como os jovens são acolhidos em suas famílias, as oportunidades apresentadas e, principalmente, os laços afetivos estabelecidos ao longo de seu desenvolvimento. De fato, uma sociabilidade violenta contribui grandemente para a delinquência juvenil.

Por que uns e não outros? Sobre os fatores responsáveis pelo ingresso de crianças no tráfico de drogas, as respostas variam de acordo com o grau, maior ou menor, de valorização do papel do indivíduo ou da estrutura social nas práticas desse. Crianças e jovens empregados no tráfico, usuários de drogas e familiares dos que se empregam no negócio apontam a opção individual como o elemento fundamental do ingresso. Assim, a identidade com o grupo, a adrenalina e, principalmente, o desejo de consumir seriam os fatores fundamentais para o ingresso da criança no comércio de drogas. (SILVA, 2003, p.109).

Cabe destacar que a violência não atua somente sobre os jovens negros residentes das áreas pobres; contudo, esses são os mais vitimados em virtude de um conjunto de fatores que os tornam presas fáceis de cooptação pelo tráfico de drogas. Nos confrontos entre facções criminosas e nas ações denominadas “autos de resistência policial” são esses os jovens que mais sofrem a violência e a brutalidade das ruas. Nessas situações, os policiais, na maioria dos casos, são as únicas testemunhas e autores dos relatos às autoridades. Contudo, em termos nacionais, os números dos chamados “autos de resistência” são subestimados em face da fragilidade na transparência e controle das organizações policiais no Brasil, conforme documentado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com base em levantamento de dados referente ao ano de 2013.

Vitimização de letalidade policial: Esse estudo apontou que 490 policiais tiveram mortes violentas no ano de 2013. Nos últimos 5 anos a soma é de 1770 policiais vitimados. No mesmo período, as polícias brasileiras mataram o equivalente ao que as polícias dos EUA em 30 anos. Ao menos seis pessoas foram mortas por dia pelas polícias brasileiras em 2013. Conforme estatística 81,8% do total de mortes registradas foram cometidas por policiais em serviço; enquanto 75, 3% das mortes ocorreram fora de serviço. (LIMA, 2014, p.6).

Os indicadores da Secretaria da Segurança mostram um aumento de 4 para 12 assassinatos no bairro, fato que revela uma tendência a exposições e situações de agressividade e violência por parte dos jovens, os quais estão em constante conflito social devido à guerra do tráfico praticada nessas comunidades. Ressaltamos que esses números acompanharam os dados municipais para o mesmo período (2001 a 2012), uma vez que



somente em Porto Alegre tivemos um total de 122 homicídios de jovens no ano de 2012. No próximo capítulo, iremos relacionar as práticas dos crimes letais aos espaços de pauperados onde vivem famílias em situação de alta vulnerabilidade social.

#### 4.2 A PRÁTICA DE CRIMES LETAIS ASSOCIADOS AOS ESPAÇOS CONFLITUOSOS E A POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Os crimes letais, isto é, aqueles que envolvem uma situação de um delito seguido de homicídio da vítima, aumentaram no Brasil nos últimos tempos. Essa mudança está distribuída no território de acordo com o volume populacional, com maior recorrência nas cidades e regiões metropolitanas. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios, que se utiliza dos dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, nos bairros de classe média e média alta de Porto Alegre, como o bairro Boa Vista, por exemplo, o número de homicídios de jovens negros foi zero, seja por motivo de uma densidade populacional desigual entre os bairros, (de acordo com seu perfil demográfico), seja pelos critérios das abordagens e formas de interações entre as polícias e os cidadãos conforme sua condição social e local de moradia. Em muitos casos, podemos notar a presença de um racismo institucional<sup>22</sup>, que reforça a ideia de uma sociabilidade violenta fortemente atrelada ao espaço no qual se vive. Conforme afirma Soares (2014):

O processo de precarização das condições de vida nos bairros mais pobres, associado ao dismantelo de equipamentos públicos como a escola, costumam se ampliar em diversas privações que a população dessas áreas vivencia, seja no âmbito do desemprego, seja na falta de serviços básicos de qualidade (saúde, educação, segurança, lazer). O elevado grau de carência naqueles bairros e a ausência do Estado favorecem o crescimento da criminalidade e da violência no cotidiano da população. (SOARES, 2014, p.187).

Em consonância com o autor, reforçamos que tal critério de exclusão propicia o surgimento de outras formas de violências, bem como a diferenciação na conduta empregada

---

<sup>22</sup> O conceito de racismo institucional, ou racismo sistêmico, foi criado em 1967 por Carmichael e Hamilton (King, 1996 apud Werneck, 2004) e refere-se à forma de racismo que se estabelece nas estruturas de organização da sociedade, nas instituições, traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos racialmente dominantes. Segundo definição utilizada pela Comissão Britânica para Promoção da Igualdade Racial (Commission for Racial Equality – CRE/UK) o racismo institucional é: “A incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem racial/étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que contribuem para a discriminação por meio de preconceito não intencional, ignorância, desatenção e estereótipos racistas que prejudicam determinados grupos raciais/étnicos, sejam eles minorias ou não.”

pelo poder público nessas áreas urbanas pobres, ao mostrar-se incapaz de atender às demandas da população. No sentido de buscar alternativas ao processo de desagregação das comunidades e fragmentação dos espaços motivados pelo medo, são necessárias a implementação de políticas de Segurança Cidadã, conjugada a ações sociais e de prevenção aos crimes violentos contra a pessoa – CVPES. Sabe-se que a ausência de equipamentos comunitários públicos<sup>23</sup> de educação, cultura, saúde, lazer e similares afasta as pessoas desses locais, tornando-os inseguros, uma vez que em muitos casos há a ocupação dos espaços urbanos mais fortemente em horário comercial, notando-se um esvaziamento de fluxos no tempo restante. Dessa forma, esses locais se tornam um foco de insegurança e de criminalidade para aqueles que os frequentam. Assim, uma política de reestruturação organizacional das polícias responsáveis pela segurança pública, que atuasse de forma conjunta nas investigações criminais e no policiamento ostensivo, melhoraria a relação da população com essas corporações.

Nesse sentido, o processo de desmilitarização das forças policiais seria uma alternativa ao modelo que aí está, pois traria novas metodologias de treinamento dos agentes civis e militares, com um caráter mais voltado para a proteção dos cidadãos e para a qualificação do trabalho técnico e científico dos agentes. Isso permitiria a implantação de um sistema integrado de segurança cidadã, com foco na prevenção do crime e na preservação dos direitos humanos. Desta forma, com maior diálogo entre as instituições, haveria uma evolução nos métodos de resolução dos inquéritos policiais, pois problemas como a morosidade dos trâmites e os entraves burocráticos nos processos criminais são os maiores responsáveis pela sensação de impunidade que está disseminada no meio urbano.

De fato, mediante a precarização dos serviços e equipamentos públicos, os maiores prejudicados são os moradores dessas comunidades, os quais se sentem desassistidos de condições mínimas de convivência na cidade. Essas famílias têm grande dificuldade de acesso aos serviços dos órgãos públicos, de tratamento médico, e de inclusão social. Ainda que existam programas de governo, como o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), da Prefeitura de Porto Alegre em parceria com o governo federal pelo plano “Brasil Sem Miséria”, que buscam promover a integração social das famílias em situação de vulnerabilidade, existe um longo caminho a ser percorrido no sentido de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no município.

---

<sup>23</sup> BARREIROS, M. Conceituações - Equipamentos Urbanos e Comunitários. Dissertação de Mestrado. [trecho] Disponível em: <[http://barreiros.arq.br/textos/conceito\\_equipamentos.pdf](http://barreiros.arq.br/textos/conceito_equipamentos.pdf)>. Acesso em: 04 jan. 2016.

Notamos que as medidas sociais que têm sido adotadas apresentam alcance moderado e se restringem a algumas localidades em que o acesso dos (as) agentes dos programas sociais é permitido pelas facções criminosas, e onde são desenvolvidos trabalhos de inclusão digital e de ressocialização de jovens infratores.

Todavia, são necessários esforços redobrados para mudar a mentalidade da população, pois o contexto social tem grande influência sobre as decisões dos jovens e, em virtude de alguma relação de parentesco ou de amizade, a probabilidade de reincidência em crimes é alta, por motivos fúteis, como mencionou o ex-comandante-geral da Brigada Militar (BM) e professor Sérgio Abreu, no seminário *Porto Alegre Pode Vencer a Violência*, realizado em 2014. Em sua fala, Abreu destacou que mais de 10,5% das pessoas que ingressam nos presídios gaúchos são jovens, a maioria desses em decorrência do delito aspiracional, ou seja, "eu quero encurtar o caminho para ter aquilo que os outros têm." Dessa forma, os jovens são impelidos a delinquir contra o patrimônio e contra a vida, utilizando-se, em alguns casos, de extrema violência, para obter a satisfação das suas ambições pessoais. Lira (2014) destaca alguns dos motivos para esse comportamento:

Em meio à desestruturação familiar, descrédito e insegurança social, falta de espaço e escolarização para um trabalho qualificado, ineficiência dos serviços e equipamentos coletivos que proporcionem condições básicas, ambiente degradado, apelo midiático ao consumismo exacerbado e a espetacularização da violência, parte dos adolescentes e jovens dos bairros desprivilegiados passam a ver os traficantes, que possuem cargos mais altos (soldados, vapor, fiel, subgerente, gerente da boca, gerente geral, dono) como modelo de heróis. (LIRA, 2014, p. 110).

Nesse contexto, ainda podemos citar o artigo intitulado *Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos* (2004), de Alba Zaluar, no qual a autora descreve estudos etnográficos acerca do "ethos guerreiro" e da hipermasculinidade que os jovens ostentam através de bens materiais, buscando apreço social a partir de uma vida de crimes, nos quais fazem uso de agressividade e desumanização de suas vítimas, exaltando atos violentos e impassibilidade extrema:

Esses estilos de masculinidade exacerbada ou de exibição espetacular de protesto masculino criaram o contexto social do conflito armado localizado, mas sem fim, que alguns chamam "guerra molecular" (Zaluar, 1997; 2004), que opera pela desumanização do inimigo, o que justificaria as atrocidades cometidas contra eles. (ZALUAR, 2004, p. 349).

O comportamento dos jovens facilita a disseminação da violência, à medida que a cada ano os números destacam a precocidade com que esses adolescentes se envolvem com as

organizações criminosas<sup>24</sup>, em virtude de sua situação de vulnerabilidade social e falta de perspectiva de vida, como destacado no estudo de Zaluar (2004). Dessa forma, a presença do tráfico aparece como uma das causas do aumento da criminalização dos jovens, o que dificulta o processo de ressocialização por uma série de características socioculturais históricas. Nesse sentido, cabe destacar o trecho em que a autora retoma seu texto de 1985 para reforçar os argumentos:

O tráfico de tóxicos oferece, de fato, aos jovens em dificuldades no mercado de trabalho, a oportunidade de ganhar dinheiro que aumenta à proporção que se sobe na hierarquia desta vasta rede organizada do tráfico. “Ninguém é bandido porque quer” é uma frase que nos traz para o terreno das determinações, das explicações objetivistas. E elas são múltiplas. Apontam para a falta de assistência do governo, a pobreza cada vez maior entre as famílias de trabalhadores, a polícia corrompida, as atrações e facilidades do tráfico, o exemplo e sedução dos bandidos da vizinhança, a revolta que os métodos violentos provocam. (ZALUAR, 1985, p. 151-153).

De acordo com os apontamentos da autora, os jovens são levados a práticas de delitos e se envolvem com o tráfico de drogas, pois encontram dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, em virtude do abandono social, falta de perspectivas de vida (baixa escolaridade, famílias desestruturadas, sociabilidade violenta; entre outros). Na maior parte das vezes, o Estado tem oferecido, em parceria com algumas instituições públicas e privadas, algumas alternativas aos jovens em situação de vulnerabilidade social, como o *Projeto Pescar*, *Jovem Aprendiz*, ou *Projovem urbano*, do governo federal<sup>25</sup>, que requerem o vínculo escolar do adolescente para assegurar o acesso ao programa de profissionalização. Contudo, os jovens de áreas pobres são atraídos pela ilusão de dinheiro fácil e pela certeza da impunidade, ainda que tenham consciência dos riscos ao qual estão se expondo perante as gangues rivais e os grupos de milicianos. Para Lima, (2009),

A imputabilidade penal é a condição ou qualidade que possui o agente de sofrer a aplicação de pena. E, por sua vez, só sofrerá pena aquele que tinha ao tempo da ação ou da omissão capacidade de compreensão e de autodeterminação frente ao fato. Assim a imputabilidade é a capacidade de o agente no momento da ação ou da

---

<sup>24</sup> Muitas vezes os jovens são coagidos a assumir a autoria dos crimes de homicídio e latrocínio perpetrados por criminosos adultos, como forma de inserção nos grupos e assim participam dos crimes. Na condição de “aprendizes” visto que têm penas mais brandas (de até anos de internação / reclusão). Sendo que após completarem 18 anos nada constará em suas fichas policiais. Dessa forma os jovens são facilmente aliciados gerando uma série de incongruências nos inquéritos e distorções da realidade.

<sup>25</sup> Entendo que o problema é que muitos jovens abandonaram a escola precocemente e não conseguem emprego formal, pois tiveram alguma dificuldade de adaptação ao modelo de ensino, ou por problemas familiares, são os chamados “nem nem”. Muitos desses jovens reclamam que o valor da bolsa auxílio do governo é baixo se comparado ao que conseguem obter no trabalho no tráfico, e nesse têm uma carga horária mais flexível, apesar dos riscos.

omissão entender o caráter ilícito do fato e determinar-se frente a tal fato. No caso de menores de dezoito anos o Código Penal declara no *Art. 27 – Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial*. Nesse caso o legislador considera que esse tem desenvolvimento mental incompleto. Trata-se de uma presunção absoluta. (LIMA, 2009).

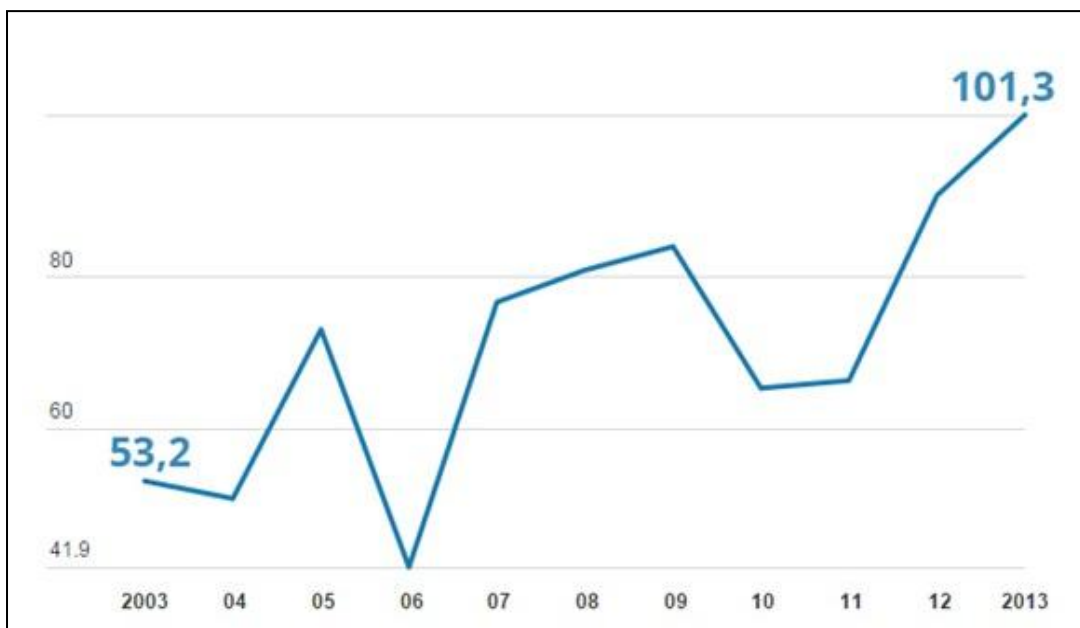
Ainda que amparados pelo Código Penal (PC) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por isso estejam sob uma forma específica de penalidade, os jovens em situação de vulnerabilidade são os mais atingidos pela violência letal. Dados apontados nas pesquisas sobre os homicídios no Brasil são bastante significativos e demonstram que nesses casos os jovens são assassinados em virtude de seu envolvimento com algum tipo de atividade ilícita. Seja nos confrontos armados com a polícia, seja em acertos de contas entre gangues rivais, nota-se que muitas dessas mortes ocorrem nas proximidades dos endereços das vítimas ou em locais que costumam frequentar, nas ruas, praças e bares adjacentes.

As abordagens policiais aos jovens moradores de comunidades carentes costumam ser agressivas e se tornaram prática comum, uma vez que essa forma de tratamento tornou-se aceitável socialmente, em virtude da criminalização da pobreza, até mesmo pelos meios de comunicação. Assim, “a discriminação no Brasil tem muitas dimensões, incluindo gênero, cor da pele, etnia, local de residência e status sócio-econômico”. (A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - RELATÓRIO, 2009, p.68).

Os dados disponíveis no site do Observatório da cidade de Porto Alegre seguem uma tendência observada no município, segundo pesquisa apresentada no "Mapa da Violência: Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil", de autoria do sociólogo Julio Jacobo. Nesse sentido, sua pesquisa aponta uma taxa de crescimento de 90,4% no número de homicídios de jovens nos últimos 10 anos (2003 a 2013) em Porto Alegre.

A vitimização juvenil destaca a frequência de mortes violentas, seja no trânsito, por motivos banais, seja nos confrontos armados e em perseguições policiais, dos jovens envolvidos no narcotráfico (gráfico):

Gráfico 3 - Taxa de homicídios (por 100 mil) de adolescentes (16 e 17 anos), Porto Alegre.



Fonte: WAISELFIZ (2015)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

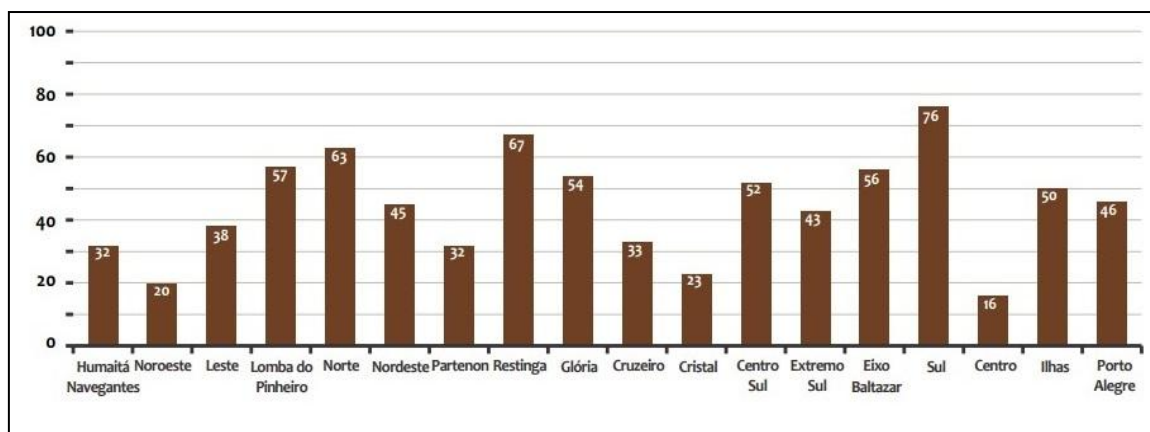
Conforme pode ser observado, o gráfico destaca a elevação dos casos de assassinatos de jovens (entre 16 e 17 anos) em Porto Alegre. Trata-se de um levantamento veiculado em um jornal local que faz referência a esse índice na última década, o que reforça essa análise, ressaltando o perfil das vítimas. Também é possível mencionar o bairro Santa Tereza, que se caracterizou como um dos bairros mais violentos da Capital nos últimos anos. Segundo a reportagem veiculada em junho de 2015:

A maioria das vítimas é do sexo masculino (93%) com quatro até sete anos de estudo (62,1%). Proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros do que brancos. O principal instrumento utilizado nas agressões foi a arma de fogo, presente em 81,9% dos homicídios de adolescentes de 16 anos e em 84,1% nos de 17 anos. Em seguida estão instrumentos cortantes, como facas e estiletes, com 10%. (FINAMOR, 2015).

Dessa forma, os crimes letais se tornaram uma epidemia nessas comunidades e, por consequência, no município. Assim, temos a impressão de que esses episódios não sensibilizam as autoridades competentes, que teriam como uma de suas prerrogativas a defesa dos direitos civis dos cidadãos e a preservação da vida, independente do local onde ocorreu o homicídio. Dessa forma, os bairros desprivilegiados são inseguros e oferecem maiores riscos à integridade física daqueles que frequentam essas áreas urbanas pobres, mais

especificamente as crianças e os adolescentes. O gráfico número 4 mostra os homicídios de jovens por regiões do Orçamento Participativo (OP), conforme levantamento da Secretaria Municipal da Saúde:

Gráfico 4 - Morte por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, sobre o total de mortes dessa faixa etária e sexo por Região do Orçamento Participativo - SMS 2011 (Valores expressos em Percentual)



Fonte: Área de Vigilância Socioassistencial - AVS/ Maio, 2013.  
Org.: Janaína Teixeira (2015).

A partir do gráfico, no qual os números estão distribuídos em Regiões do Orçamento Participativo (ROP), e observando os dados da tabela 3, na sequência, notamos o avanço do número de jovens envolvidos com crimes relacionados ao tráfico de drogas. Segundo dados do Observatório da Segurança Pública de Porto Alegre, são informações relevantes no que se refere aos jovens que trabalham no tráfico, isto é, que atuam ativamente na fabricação (preparação para a venda no varejo) e no tráfico de entorpecentes (art. 13 do Código Penal), entre os anos de 2009 e 2010.

Conforme a tabela 3, na sequência, no ano de 2009 observamos um valor absoluto de 269 jovens, ou um percentual de 28,7% de janeiro a agosto. Esse valor saltou para o alarmante número de 628 casos, ou 47,2 % do total estimado para os meses de janeiro a agosto de 2010. Tais indicadores são relativos aos atos infracionais mais frequentemente cometidos por jovens em Porto Alegre, entre os anos de 2009 e 2010. Esses números apontam um avanço no contingente de jovens que buscam o comércio ilícito de drogas como fonte de renda, o que corrobora a necessidade de políticas públicas mais efetivas, no sentido de coibir os confrontos que se dão na defesa de pontos de venda de drogas, para que haja uma redução dos crimes de alta letalidade.

Os dados dispostos na tabela a seguir apontam o avanço no número de adolescentes que ingressaram no trabalho do tráfico em Porto Alegre, entre os anos de 2009 e 2010.

Tabela 3 - Os adolescentes e o trabalho no tráfico\* (2009 – 2010)

Ato Infracional	Jan - Ago 2009		Jan - Ago 2010	
	Absoluto	(%)	Absoluto	(%)
Fabricação de entorpecentes (Art. 13 CP)	86	9,2	253	19
Tráfico de entorpecentes (Art. 12 CP Lei 6368/1976)	183	19,3	375	28,2
Furto e furto qualificado (Art. 155 CP)	98	10,5	111	8,3
Lesões corporais (Art. 129 CP)	89	9,5	82	6,1
Porte de arma (Art. 14 Lei 10.826)	55	5,9	65	4,9
Roubo e roubo qualificado (Art. 157 CP)	180	19,2	252	18,9
<b>Subtotal</b>	<b>691</b>	<b>73,8</b>	<b>1.138</b>	<b>85,6</b>
Demais infrações	245	26,2	192	14,4
<b>Total</b>	<b>936</b>	<b>100</b>	<b>1.330</b>	<b>100</b>
<b>Trabalho no tráfico</b>	<b>269</b>	<b>28,7</b>	<b>628</b>	<b>47,2</b>

Fonte: Redepro/ FASC/PMPA, elaboração Observatório Segurança Pública/GGIMPOA.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

O relatório do Observatório da segurança Pública (GGIMPOA\*\*<sup>26</sup> - 2011) aponta uma evolução drástica com relação ao número de jovens que se incorporam aos grupos criminosos, uma vez que os poucos anos de estudos que possuem não garantem os mesmos ganhos que esse tipo de atividade implica. É importante ressaltar que esse processo também resulta em um aumento no número de homicídios e prisões entre os jovens na faixa dos 18 aos 29 anos.

Consoante a pesquisadora e psicóloga Marisa Feffermann, (2006) atividades relacionadas ao tráfico de drogas podem ser caracterizadas como uma modalidade de trabalho, ainda que seja uma prática criminosa.

"[...] O tráfico de drogas é um trabalho. Embora informal e ilegal, o tráfico tem regras, obrigações e um contrato a ser cumprido. E, como qualquer atividade capitalista, precisa garantir sua estruturação para manter com segurança o consumo e ponte com seu consumidor. O jovem que entra no tráfico conhece bem o contrato que assina, porém esse mesmo lugar que pode lhe custar à vida, é o que lhe mantém vivo." (FEFFERMANN, 2006).

Nesse trabalho a psicóloga destaca que esses jovens exacerbam a subjetividade dos dias atuais, de uma sociedade de consumo, que é o desejo de “se dar bem”, de vencer a

<sup>26</sup>

(\*) Trabalho no tráfico = fabricação e tráfico de entorpecentes (Art. 13 CP).

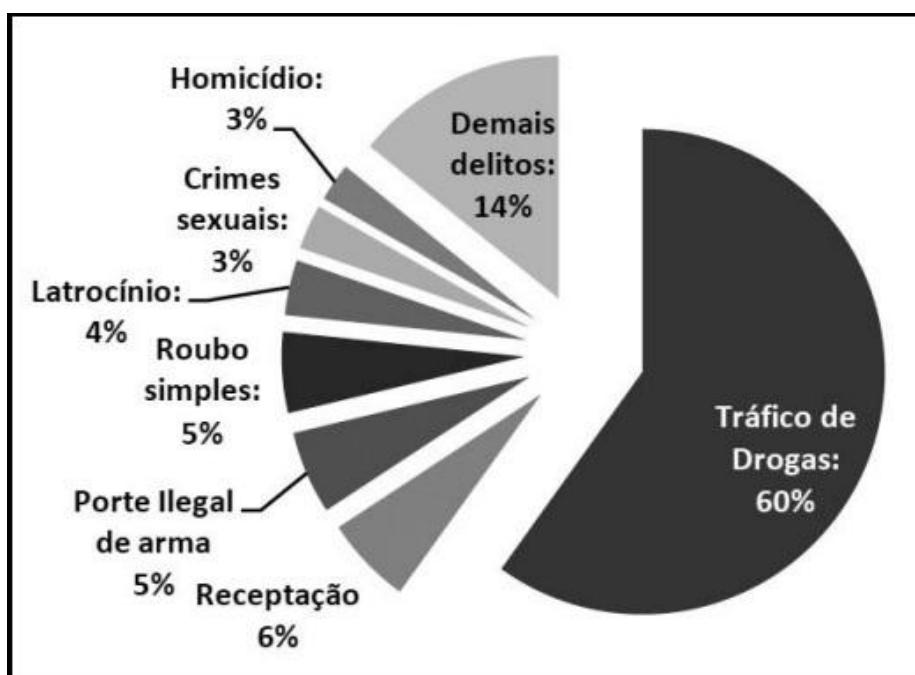
(\*\*) Gabinete de Gestão Integrada Municipal da Prefeitura de Porto Alegre (GGIMPOA).



qualquer custo, inclusive utilizando-se de violência, se necessário. Tais características que geram a sensação de incômodo social e as práticas repressivas contra esses jovens. Nesse sentido, entendemos que as atividades de tráfico de drogas, que geram uma fonte de renda, estabelecem vínculos marcados por hierarquia e normas que todos os implicados buscam guiar-se é uma relação trabalhista informal, distorcida da realidade cotidiana e do que é convencionalmente instituído pelo regramento das leis e do mercado.

No gráfico 5 apresentado a seguir, observa-se o percentual da população carcerária do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) por tipo de delito, no ano de 2013. A partir desses dados, podemos notar a predominância do crime de tráfico de drogas (Art.33 da Lei nº 11.343), que representa mais da metade das pessoas presas no Presídio Central (MAPASEG, 2014):

Gráfico 5 - Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) - População por tipo de delito

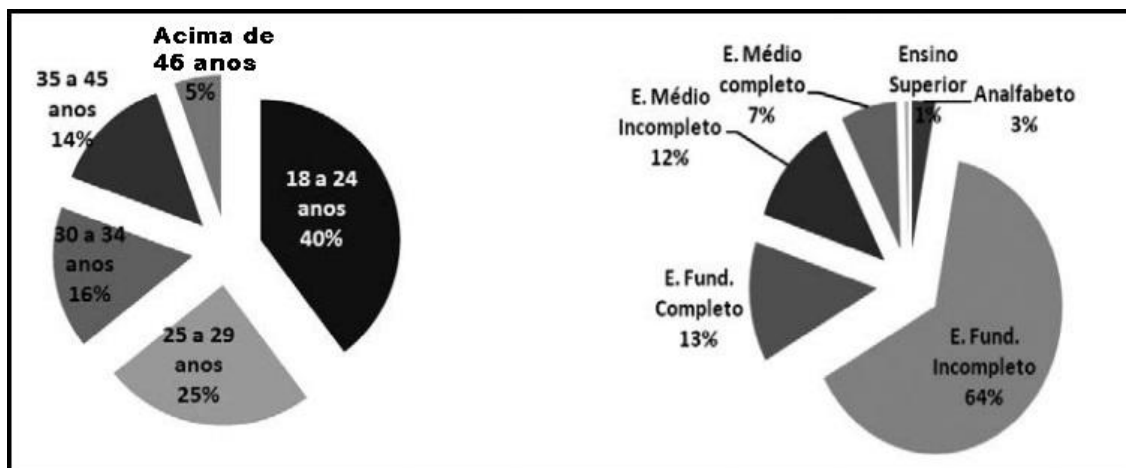


Fonte: MAPASEG, 2014.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

No gráfico 6, observamos o percentual de jovens com idades entre 18 e 29 anos presos no PCPA no ano de 2013, sendo que grande parte por crime de tráfico de drogas. Já o gráfico ao lado, “PCPA - População por escolaridade” apresenta a população de acordo com o nível de escolaridade, com destaque para o índice de 64% que não concluíram sequer o ensino fundamental (MAPASEG, 2014):

Gráfico 6 - PCPA - Por faixa etária e ao lado PCPA - População por escolaridade



Fonte: MAPASEG, 2014.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Mas esses resultados não se limitam ao município de Porto Alegre. Segundo Cano, (2001) em sua pesquisa sobre violência letal, renda e desigualdade social no Brasil, existem correlações entre as taxas de homicídios e indicadores sócio-econômicos (renda, número de quartos, grau de instrução). Cerca de um terço da variação das taxas de homicídios dessas áreas pode ser explicado por fatores econômicos e sociais (Cano, 2001, p.79). Assim, “a população pobre de baixo grau de instrução corre riscos muito maiores de ser assassinada.” (CANO, 2001, p. 79).

Portanto os jovens negros e pobres, moradores de áreas desprivilegiadas, são potencialmente as maiores vítimas dos homicídios dolosos, com uso de armas de fogo. A alta letalidade de adolescentes na faixa dos 13 aos 29 anos está profundamente associada ao tráfico de drogas em áreas conflituosas das regiões metropolitanas. O avanço do número de jovens que estão trabalhando no varejo de drogas ilícitas fez alargarem os riscos de morte nessa faixa etária, e também as prisões por tráfico, fatos que geraram uma crise no sistema carcerário brasileiro.

Os registros de “autos de resistência à prisão” aumentaram para valores preocupantes nos últimos anos, o que chamou a atenção de organizações não governamentais (ONGs) que trabalham em prol da preservação dos direitos humanos. Essas requerem esclarecimentos sobre as circunstâncias de tantos homicídios de jovens nas favelas durante as ações policiais. Assim, em conjunto com a Anistia Internacional, propuseram a mudança da legislação que faz referência aos autos de resistência, a qual tem suas raízes no período ditatorial brasileiro. O objetivo é reduzir a mortalidade dos jovens moradores de áreas pobres e os abusos de autoridades policiais. Podemos atribuir essa violência que envolve os casos de homicídios dos

jovens nas periferias urbanas ao descaso com o sistema educacional e com as instituições responsáveis pelo trabalho de ressocialização dos jovens infratores. Cabe destacar que a assistência social destinada a esses adolescentes é frágil, o que faz com que aumente a probabilidade de reincidência nos crimes, dada a situação de vulnerabilidade social na qual estão inseridos.

É de conhecimento público que o comércio de drogas ilícitas ocorre em diversos locais da cidade, que os traficantes têm as mais variadas aparências, níveis de escolaridade e renda, pois as drogas são consumidas por pessoas de todos os estratos sociais. Ainda assim, existe o estereótipo do criminoso notório, e o jovem negro pobre e morador de favela é o que tem o perfil do traficante (pelos critérios do racismo institucional vigente). Por essa razão é que os presídios de Porto Alegre e do Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, composta de apenados com essas características.

Podemos crer que exista alguma possibilidade de reconquista destes jovens, mas seria imprescindível o apoio às famílias, uma remodelação nas políticas internas dos órgãos responsáveis pela aplicação das medidas socioeducativas e que esses adolescentes pudessem contar com a ajuda de uma equipe multidisciplinar de profissionais da área da saúde, da educação e da assistência social para auxiliá-los nos processos de integração social.

#### 4.3 A DESCRIMINALIZAÇÃO DAS DROGAS ILÍCITAS: UMA ALTERNATIVA PARA RESOLVER O PROBLEMA DA VIOLÊNCIA.

A descriminalização das drogas tem pautado a maioria das discussões que envolvem a problemática da criminalidade e da violência urbana. Existem muitas controvérsias ao avaliarmos os aspectos positivos e negativos da legalização das drogas ilícitas. Em um primeiro momento, o sistema de regulamentação desse mercado deveria gerir toda a cadeia produtiva, bem como o controle de qualidade, os pontos de comércio e a fiscalização desses locais. E em um segundo momento, teria o papel de organizar a demanda por investimentos em capacitação de pessoas e na implantação políticas de redução de danos aos usuários. Além disso, cabe destacar o aperfeiçoamento técnico e gerencial das secretarias de segurança, da saúde, da educação e das agências de regulação, pois entendemos que essas são questões a serem consideradas, contudo os argumentos que corroboram a necessidade de legalização das drogas são, em linhas gerais, mais coerentes.

A legalização permitiria que houvesse o acompanhamento dos usuários e que informações confiáveis e de qualidade fossem veiculadas, no sentido de mostrar os riscos do uso de drogas aos jovens. Esse é o posicionamento de John Grieve, membro da Unidade de Inteligência Criminal da Scotland Yard, em entrevista à revista *Le Monde Diplomatique* (edição 26 – Set/2009). Grieve afirma que a legalização das drogas traria benefícios sociais, como a redução da criminalidade e o reequilíbrio econômico aos países em constante crise política e financeira em virtude do tráfico de entorpecentes.

Com base em pesquisas realizadas na Inglaterra, John Grieve aponta uma série de possíveis soluções que, para serem aplicadas ao Brasil, por exemplo, necessitariam de alguns ajustes para se adequarem às políticas de gestão locais, visto que vivemos em um sistema excessivamente burocrático, no qual os projetos levam tempo considerável para serem aplicados. Além disso, cabe destacar as fragilidades institucionais, que põem em cheque a eficácia dos planos de erradicação dos problemas, especificamente aqueles causados pelo comércio ilegal de drogas, entre os quais a criminalidade violenta e os homicídios.

A posição de John Grieve é bastante clara na defesa da legalização das drogas, contudo, muitas de suas ideias não encontrariam pleno apoio no Brasil, em virtude de questões culturais como, por exemplo, o posicionamento quanto à política de redução de danos aos usuários de drogas, que ainda é vista com desconfiança pelos agentes de segurança pública e também pelos técnicos das áreas de saúde e atendimento social no país.

No trecho a seguir destacado, o sociólogo Luiz Eduardo Soares defende a legalização das drogas, ao apresentar algumas alternativas para reduzir os prejuízos causados aos usuários e para combater o tráfico ilícito de drogas, em prol do enfrentamento deste como forma de combater a criminalidade e os homicídios. Para o autor, a legalização traria os seguintes benefícios:

A legalização permitiria taxar a venda de drogas. O dinheiro poderia financiar a prevenção e o tratamento de usuários. Diante dos preços atuais, mesmo um super imposto de 500% quebraria o comércio ilegal. O tráfico se transformaria em um negócio tão pouco atraente quanto é hoje o contrabando de cigarros. Some-se a isso um controle sobre as armas e a criminalidade despencaria. Os problemas socioeconômicos iriam se manifestar em algum lugar, mas o número dos crimes com morte cairia, porque o número de armas cairia e a fonte de financiamento para comprá-las estaria seca. (SOARES, 2013).

Identificamos pontos de vista que convergem em alguns aspectos, entre os quais o de que é imprescindível que o Estado tenha o controle sobre o que está sob seu território, para preservar a integridade das pessoas. Tanto na regulamentação quanto no controle de

qualidade, percebe-se uma confluência de ideias de que a legalização serviria como uma tentativa de reduzir os impactos negativos oriundos do uso ilícito de drogas, entre os quais podemos citar a criminalização dos usuários e a violência associada ao tráfico.

Observa-se ainda a falta de uma legislação clara no que tange aos crimes de tráfico de entorpecentes, que levam ao encarceramento em massa no país, associados à inércia do sistema judiciário, cuja sobrecarga de processos torna a instituição lenta em suas decisões e análises dos inquiridos. Segundo Saviano, (2014) o problema em combater o tráfico é que a demanda é crescente e envolve raízes comportamentais que requerem uma análise mais complexa deste fenômeno social:

Existe dificuldade em lidar com essa problemática por parte das autoridades, (legais, comportamentais, e jurisdicionais) por que, o uso de drogas está associado a fatores sociológicos, pelo fascínio que os psicotrópicos exercem sobre as pessoas. E seu uso é muito vinculado a fatores relacionados à melhoria de desempenho e principalmente como “válvula de escape” para as mais variadas situações do cotidiano. (SAVIANO, 2014, p.13).

Ainda que haja muitas informações sobre o alto poder destrutivo das drogas, mais especificamente da cocaína, o consumo do entorpecente tem batido recordes a cada ano nos Estados Unidos, no Brasil e na Europa, os três maiores consumidores mundiais (SAVIANO, 2014, p.14). O tráfico de drogas movimentava bilhões de dólares e envolve uma série de negociadores e uma massa de consumidores no mundo todo. Uma vez que o consumo de drogas fosse legalizado, o tráfico perderia em demanda e, por consequência, sua lucratividade e brutalidade seriam suprimidas. O controle da venda aos menores e uma regulamentação da propaganda passariam a ser de responsabilidade do Estado. Conforme Grive, existiria uma redução drástica do crime, uma vez que as disputas pelos pontos de venda de drogas ilícitas seriam reduzidas. Esse ressalta ainda que, com a legalização, o usuário não precisaria roubar para manter o hábito, uma vez que, atualmente, as drogas são muito caras em virtude de sua ilicitude. Haveria menos prisões por furto e a criminalidade e violência associadas ao tráfico de drogas também diminuiria. Nesse contexto, cabe destacar que pesquisas realizadas na Inglaterra apontam que o número de usuários de drogas ilícitas está aumentando:

Cerca de 1,5 milhão de pessoas usa ecstasy todo fim de semana. Entre os jovens, o uso ilegal da droga é visto como normal. Intensificar a guerra contra as drogas não está reduzindo a demanda. Na Holanda, onde as leis do uso da maconha são muito menos repressivas, o seu uso entre os jovens é o mais baixo da Europa. A legalização aceita que o uso da droga é normal e que é uma questão social e não uma questão de justiça criminal. Cabe a nós decidirmos como vamos lidar com isto. Em 1970, na Inglaterra, havia 9.000 condenações ou advertências por uso de droga e

15% de novas pessoas tinham usado uma droga ilegal. Em 1995 os números eram de 94.000 e 45%. A proibição não funciona. (GRIEVE, 2010).

Nesse trecho da entrevista, Grieve defende a legalização das drogas, ao argumentar que as formas de contenção atuais não têm sido eficientes, uma vez que as medidas proibitivas não reduziram o consumo de drogas na Inglaterra, nos últimos 30 anos.

Grieve reforça que o grande problema está centrado na forma como as informações sobre as drogas são veiculadas e a forma como mitos e embustes são disseminados em benefício próprio. O ideal seria a legalização com o esclarecimento aberto e honesto aos usuários e aos jovens, para auxiliá-los a tomar a melhor decisão de usar ou não usar e de como usar. Seria uma forma de reduzir o estigma e a marginalização dos usuários e afastá-los dos riscos de adquirir doenças como a hepatite C ou HIV, por exemplo.

Nesse sentido Grieve reforça que as políticas de redução de danos estão em oposição direta às leis de proibição, pois a proibição acaba por deixar por conta de traficantes violentos a distribuição das drogas e a imposição de suas próprias regras de valoração, ao invés de o poder do Estado, por meio de políticas públicas, regular esse mercado consumidor, a fim de proteger os mais vulneráveis. No artigo, o autor ainda destaca que as pessoas negras correm até dez vezes mais risco de serem presas em virtude do consumo de drogas do que as pessoas brancas. Nota-se que as prisões por uso de drogas recaem sobre as pessoas negras devido ao fator discriminatório implícito nas abordagens policiais, nas áreas pobres urbanas. A legalização terminaria com estereótipos, como a marginalização dos negros e reduziria drasticamente a população carcerária, uma vez que auxiliaria a reduzir as condenações por consumo de drogas. Para Grieve, a legalização das drogas asseguraria a dignidade e integração social aos usuários e a atuação mais efetiva com relação ao tráfico por parte do Estado e da sociedade civil.

Assim o mercado de drogas ilícitas é muito lucrativo representa 8% do comércio mundial (em torno de 600 bilhões de dólares por ano) isso trás implicações globais visto que países produtores de drogas ilícitas não tem o devido retorno de impostos convertidos para sua economia interna, a legalização diminuiria a corrupção e o intervencionismo internacional. Proibir o uso não tem efetividade e a legalização não é a solução absoluta, porém, essa serve para que a sociedade encare os problemas criados pelo uso e criminalização das drogas, e ressalta que é primordial que haja uma política pragmática e eficaz sobre as drogas. (GRIEVE, 2010).

Complementado os argumentos expostos por Grieve e Soares, podemos citar o livro *Zero zero zero* (Saviano, 2014) que descreve todo o caminho da cocaína desde os produtores, passando pelo tráfico, dos mais diversos modos e meios, até os consumidores finais, que se

espalham pelo mundo inteiro. Nessa obra, fica evidente a estreita relação entre o mercado formal e o informal, a alta lucratividade e o poder de destruição que o tráfico internacional de drogas causa nas economias locais.

A cocaína é um combustível. A cocaína é energia, devastadora, terrível mortal. As prisões parecem não bastar nunca. As políticas de combate parecem sempre errar o alvo. Por mais que possa parecer terrível, a legalização total das drogas poderia ser a única resposta. Talvez uma resposta horrenda, horrível, angustiante. Mas a única possível para bloquear tudo. Para deter os faturamentos que se inflam. Para deter a guerra. (SAVIANO, 2014, p.391).

Daí o posicionamento do autor, que se declara a favor da legalização das drogas, como forma de frear o tráfico de drogas, que cresce sem ser perturbado, e a oferta, que é marcada pela corrupção, pela superexploração dos recursos humanos e ambientais e, sobretudo, marcada pela violência.

Em suas pesquisas, Wilkinson e Pickett (2015) comprovaram que as sociedades desiguais apresentam altos índices de consumo de drogas ilegais e tem por consequência um número expressivo de casos de óbitos por overdose. De acordo com o *United Nation Office on Drugs and Crime* [Escritório de Narcóticos e Criminalidade da Organização das Nações Unidas] que publica um Relatório Mundial de Narcóticos (Wilkinson; Pickett, 2015 p.115-116) nesse estudo identificou-se que, em sociedades com grande desigualdade, os indivíduos tendem a ter alterações em seus índices de serotonina e dopamina. Dessa forma, com o intuito de sentirem-se aceitos, apelam para o uso de drogas que prolongam os efeitos desses neurotransmissores no cérebro, os quais se associam ao status social superior e à sensação de bem-estar. Essa é uma das conclusões desse relatório e, ainda que de forma preliminar, o estudo aponta um dos motivos do alto consumo de drogas por sociedades contemporâneas: a desigualdade.

Tanto os estudos de Wilkinson e Pickett (2015), que buscam estabelecer correlações entre fenômenos sociais, entre os níveis de satisfação com os governos e a qualidade das interações sociais, quanto a obra de Machado da Silva (2004), que elabora uma reflexão sobre a sociabilidade violenta, perpassam as vivências humanas, alteram as rotinas e modificam o espaço vivido, uma vez que a percepção do medo se modifica a cada experiência de violência urbana. Ao final do capítulo, podemos concluir que a descriminalização das drogas pode reduzir o tráfico, que é um dos principais vetores da criminalidade violenta nas cidades e regiões metropolitanas e fator de segregação social motivada pela violência letal. O comércio de drogas ilícitas se instala em locais de forte desigualdade social, onde predominam

carências de informação, de qualidade nos investimentos em saúde, educação, saneamento básico, além de carência de oportunidade de trabalho e segurança pública cidadã.

O tráfico de drogas ingressou no Brasil após o acirramento das políticas de prevenção às drogas nos Estados Unidos, que aumentou os investimentos na segurança das fronteiras secas (no caso o México) e úmidas (no caso das áreas oceânicas), nas prisões dos chefes do tráfico e nas apreensões de grandes quantidades de drogas. Como alternativa para o escoamento das drogas, os cartéis colombianos e Mexicanos passaram a fazer uso de pequenos aviões que enviavam as drogas através do Brasil para a Europa. As novas rotas da cocaína alteraram profundamente a geopolítica do narcotráfico na região. Como o Brasil tem uma vasta área fronteira com os países produtores de cocaína e maconha, o tráfico se tornou de difícil contenção pelas autoridades já nos anos 80. Com o passar do tempo, os traficantes se tornaram mais ousados, e o Brasil passou da condição “de rota das drogas para outros continentes”, a segundo maior consumidor de cocaína do mundo (SAVIANO, 2014). O tráfico de drogas se instalou em locais que antes eram de domínio dos bicheiros do Rio de Janeiro, os morros, pois o controle e combate aos crimes eram incipientes por parte das autoridades de segurança pública. Assim, os traficantes passaram a tomar mais espaços e a cocaína, que antes era consumida basicamente pelas elites, se popularizou entre as demais classes sociais. Dessa forma, o comércio de varejo de drogas se difundiu pelas metrópoles brasileiras. Dada a sua lucratividade, a expansão do tráfico de drogas no Brasil acabou gerando os conflitos armados entre as facções criminosas que disputam o controle dos pontos de venda, popularmente conhecidas como ‘bocas de fumo’ ou ‘biqueiras’. Assim, com base nos argumentos apresentados por Grieve (2010), Soares (2013) e Saviano (2014), se as drogas fossem legalizadas, os confrontos armados e a violência vinculada às ações do crime organizado acabariam.

Dessa forma, no momento em que as narcoguerras diminuíssem, as comunidades poderiam estruturar melhor suas demandas e assim pensar em um projeto de integração das áreas desprivilegiadas com a cidade formal. Ainda no intento de identificar as relações entre a criminalidade violenta, o varejo de drogas ilícitas e as novas territorialidades, no próximo capítulo trataremos sobre as consequências dos conflitos armados entre facções oponentes que dividem os espaços em um bairro residencial de Porto Alegre, RS.

Nesse sentido sou favorável a descriminalização do uso e comercialização de drogas ditas ilícitas. Uma vez que essa medida auxiliaria no combate aos prejuízos causados pelo tráfico e pelas políticas proibicionistas implantadas e conseqüentemente a criminalidade violenta que esses arranjos fomentam nas sociedades contemporâneas.



## 5 BAIRRO SANTA TEREZA: TERRITÓRIOS DE PAZ, CENÁRIO DE GUERRA.

*A favela representa o local das longas distâncias socioeconômicas e geográficas, porque em termos tecnológicos, de investimentos em serviços públicos (e particulares) e a própria inclusão digital se faz de forma precária nesse lugar de problema(s) socialmente construído(s).*

### 5.1 DOS “MAPAS DO CRIME” AOS TERRITÓRIOS DE PAZ

O espaço urbano está em constante mutação, em virtude das suas novas formas de uso e ocupação ao longo das últimas décadas. Dificilmente passaria despercebida ao olhar uma ponte em construção ou o desvio do fluxo de uma via pública. Porém, algumas alterações no espaço social somente nos chegam à percepção quando essas deixam de ser um fato adjacente à nossa vivência e passam a fazer parte do nosso cotidiano, tal como o simples ato de nos alimentarmos ou trabalhar. Assim, a violência deixou de ser um tema meramente midiático, (para vender jornais) sendo elevada à condição de fator relevante ao tomarmos decisões básicas como optar por ir ao cinema à noite ou assistir ao filme em casa. No momento que citamos essas situações corriqueiras, estamos introduzindo um assunto que envolve a todos, sem exceção. A violência no espaço urbano, além de suas consequências, conforme abordam Jorge Ferreira e José Martins estão presentes no cotidiano de forma mais contundente:

A segurança da população está constantemente a ser ameaçada pelo sentimento de insegurança global perante as condições e situações de risco numa sociedade. Ao longo dos tempos, o sentimento de insegurança e de risco vai sendo modificado e alterado pelas condições sociais e pela própria noção de insegurança e criminalidade de cada sociedade. (FERREIRA e MARTINS, 2011, p. 614).

Por sua vez, o autor Luiz Antônio Machado da Silva, em seu artigo *As UPP's, as favelas e a sociabilidade no Rio de Janeiro atual* (2014), apresenta uma densa conceituação de 'favela', um espaço de muitas faces e dissonâncias e, por esse motivo, tão relevante ao estudo da geografia urbana. O autor aborda as políticas públicas de apaziguamento no meio urbano, mais especificamente nas áreas de moradia de população de baixa renda, ou seja, antes de adentrar no tema central de seu artigo, o autor caracteriza a favela.

Assim, seja pela forma como aborda o assunto, seja pelo intuito desta pesquisa, a descrição deste autor se faz próxima a muitas realidades, pois retrata as condições de uma “territorialização da pobreza” e supera o estereótipo desses espaços favelizados:

(...) “favela” é uma forma urbana que permanece visualmente identificável, não obstante as transformações por que tem passado ao longo do tempo e as ambigüidades que caracterizam suas fronteiras. Dessa maneira, “favela” é uma referência que territorializa os conflitos que constituem a questão social, concentrando, objetivando e particularizando na geografia da cidade as variações conjunturais do que é socialmente construído como problema(s) público(s). Ou seja, “favela” não apenas identifica a área à qual se refere; também a qualifica e hierarquiza em relação às demais regiões da cidade. Essa (des)moralização se estende à população ligada à área, basicamente, mas não apenas, pelo vínculo da moradia. Sua concretude é da ordem da linguagem cotidiana, constituída, mantida e modificada pelo uso em inúmeras disputas situadas, em torno do que é visto como dificuldades de integração social pelos diferentes segmentos da população da cidade é o significante básico de um lugar socioeconômico e político cultural da cidade, espécie de auto-imagem conflitivamente construída de problemas que devem ser controlados e/ ou eliminados em favor da coesão social ou, dito de outra maneira, da disciplina de classe. Constituída como depósito territorial desses problemas, as modalidades de seu tratamento deflagram inúmeras divergências, as quais se tornam, portanto, responsáveis pela sua (re) produção. Nesse sentido, ela é uma representação polissêmica, cujo conteúdo não é fixo nem unívoco, uma vez que está sempre indexado aos contextos nos quais “favela” é uma referência questionada. Na qualidade de lugar de problema(s) socialmente construído(s), a “favela” é um objeto privilegiado de propostas de intervenção, pública e privada, formais e informais, todas as quais, por sua vez, não podem deixar de sofrer refrações derivadas da história local que antecede estas intervenções. (SILVA, 2014, p. 26).

Em resumo, a “favela” é uma representação instável e polissêmica que varia ao longo do tempo, em interconexão com as mudanças conjunturais nas relações de poder e articulada territorialmente a uma série de processos de regulamentação e desregulamentação espacial. Seu peso como mecanismo que concentra o aspecto de controle social presente nesses processos explica a permanência e a intensidade do interesse, tanto prático quanto acadêmico, na definição da “favela” (SILVA, 2014, p.27). Com base nessa lógica, a maneira de trabalhar com os espaços empobrecidos da cidade se altera, uma vez que esses lugares passam a ser observados com seriedade e criticamente, com especial atenção para as relações interpessoais e suas possíveis intervenções políticas e territoriais. Ou seja, a favela deixou de ser enxergada como um mero objeto de estudo problemático, encravado na cidade, e torna-se foco no sentido de compreender seus mecanismos de resistência e diversidades socioeconômicas, culturais e políticas.

Além disso, o autor cita a ‘polissemia da favela’, que interpretamos como um lugar que possui diferentes significados, a partir da ótica de quem faz a análise deste contexto sociológico e espacial, que passou por mudanças drásticas ao longo das últimas décadas, acompanhando a evolução dos grandes centros metropolitanos. A favela sempre foi

considerada a periferia e, a periferia está relacionada aos espaços degradados e violentos, mesmo nos momentos em que estava incrustada nos centros urbanos, é sinônimo de segregação socioespacial.

O conceito de favela apresenta elementos que reforçam a caracterização desta área de estudos. Podemos identificar a favela em suas mais diversas faces, e em suas nuances é caracterizada e desmistificada por autores como Souza (2008) em *Fobópole*, “O medo generalizado e a militarização da questão urbana”; no artigo de Peres (2007), que discute “Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios”, e o artigo “Sociabilidade violenta” de Machado da Silva (2004). Silva destaca a importância de estudar as relações sociais perante a violência urbana e os crimes comuns violentos, que se fazem cada vez mais presentes na contemporaneidade.

Como um exemplo concreto destas instabilidades sociológicas, podemos citar como o tráfico de entorpecentes alterou a rotina dos moradores de alguns bairros de Porto Alegre, RS. A guerra do tráfico no município abrange trinta e dois bairros o que corresponde a 60% da população que é atingida direta ou indiretamente pelos confrontos em nome da manutenção dos lucrativos pontos de comércio ilícitos de entorpecentes. Esse processo de ocupação resultou em áreas de confronto em que quadrilhas de traficantes associadas a quatro facções criminosas - Bala na Cara, Manos, Abertos e Conceição - lotearam pelo menos trinta e dois bairros da Capital (são 81 no total). (TORRES, 2015).<sup>27</sup>

Segundo Torres (2015), as áreas violentas se distribuem em quatorze locais no município, onde ocorrem os confrontos armados entre policiais e com frequência também entre gangues rivais. No trecho do livro *Fobópole* (2009), Souza descreve a relação entre moradores e traficantes em uma favela, e de que modo o denominado poder paralelo do tráfico estabelece novas formas de controle do espaço:

Sob a égide e a batuta desse “poder paralelo” que é o tráfico de drogas, “*nomos* paralelo” se estabelece nos espaços por ele territorializados. Regras e normas são estabelecidas, ditadas pelos chefetes locais; regras e normas que, acima de tudo, visam ao controle do comportamento e dos movimentos dos moradores com o fito de garantir a segurança e tranquilidade dos negócios: o “toque de recolher” referente à proibição de circular pela favela em determinados momentos ou a partir de um dado horário, ilustra cabalmente o ponto. Por vezes, e com frequência cada vez maior a partir dos anos 90, o poder discricionário dos traficantes extrapola os limites da favela; por exemplo, quando em sinal de luto ou protesto pela morte de algum comparsa, os criminosos ordenam que o “comércio formal” nas proximidades da favela feche as portas por um período determinado, como uma tarde ou um dia. Esse poder discricionário dos chefetes do tráfico de varejo constitui um dos mais fortes sintomas de que a fragmentação do tecido sociopolítico espacial da cidade é um

<sup>27</sup> Notícia disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/12/conheca-as-areas-de-porto-alegre-onde-o-trafico-impoe-regras-3127163.html>> Acesso em: 28. out. 2015.

fenômeno que não se deixa reduzir simplesmente à segregação residencial. (SOUZA, 2009, p.68).

O autor destaca a forma de ação dos grupos criminosos e como criam mecanismos de intervenção nas comunidades, alterando hábitos e infundindo o medo nas rotinas dos demais moradores. Pela forma como o autor refere-se aos chefes do tráfico como “chefetes do tráfico”, verificamos claramente que existe uma hierarquia interna nessas organizações criminosas, as quais atuam em diversas áreas e mantêm o controle dos negócios através da força e da coação, com uso de armas de fogo e ameaças.

Todavia, essa relação é marcada por incertezas e muita transitoriedade no controle ou comando desses espaços favelizados, que servem de pontos de negócios para o tráfico de drogas e outros crimes relacionados. O autor menciona o uso de um poder discricionário, de forma que os traficantes criam suas próprias leis de acordo com os interesses da facção a que estão ligados, em detrimento da ordem pública ou social, também denominado “poder paralelo”.

Emerson Wendt, do Departamento Estadual do Narcótico (DENARC, 2015), responsável pelo trabalho de mapeamento por meio de investigações e depoimentos dos grupos e dos fornecedores das áreas mais conflituosas de Porto Alegre, esquematizou a ocupação das organizações criminosas, suas áreas de influência, assim como as áreas que são disputadas por esses grupos. Nesse sentido, destacamos um quadro com uma breve descrição das características das facções e como elas atuam nesses territórios.

A partir dos crimes de homicídios, motivados em grande parte por acerto de contas, e nas trocas de tiros com policiais, constatou-se que muitas dessas vítimas teriam alguma relação com o tráfico de drogas. O mapeamento foi desenvolvido com base nos levantamentos dos primeiros oito meses do ano de 2015, período em que ocorreram as investigações (DENARC, 2015).

O trabalho produziu uma regionalização esquemática com a territorialidade de cada uma das principais lideranças do tráfico de entorpecentes na Capital e suas áreas de tensionamento entre as facções rivais. Podemos observar que esses grupos atuam em diversos bairros do município, disputam espaços populares onde existe alguma infiltração do tráfico de drogas. Independentemente das configurações dos bairros, esse tipo de conflito entre as facções criminosas podem ocorrer, uma vez que se trata de apropriar-se dos espaços para um determinado fim.

Ressaltamos que a problemática que envolve a criminalidade violenta não ocorre exclusivamente nas áreas urbanas pobres, mas também em outros bairros de Porto Alegre.

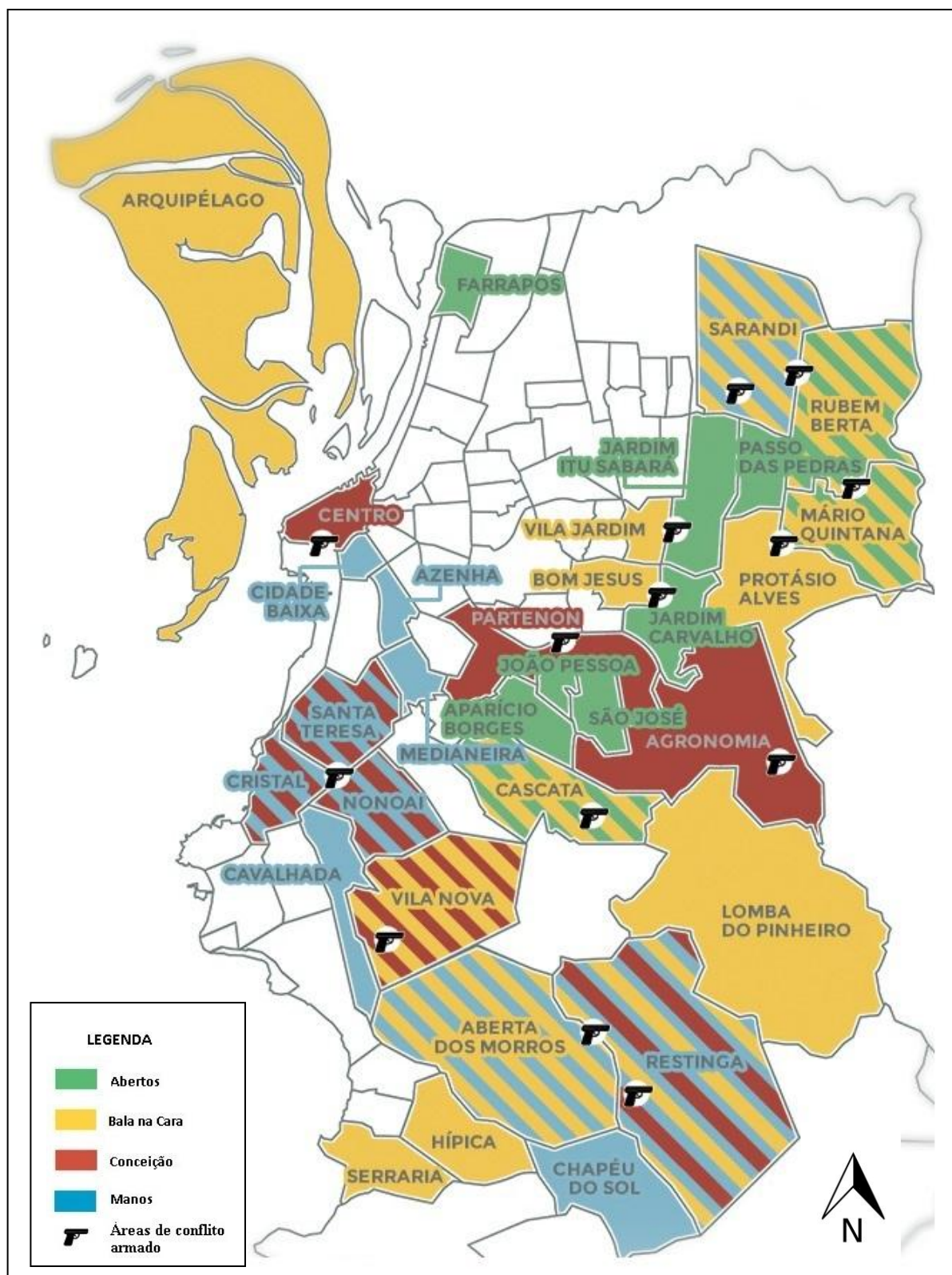
Nesse sentido, as favelas são apenas mais um dos espaços utilizados pelas quadrilhas e grupos armados. Assim, esses locais não são a única territorialidade possível da violência, ainda que seja plausível traçar os locais de atuação destas gangues que atuam mais especificamente com o comércio do tráfico de entorpecentes e que coincidem com os bairros mais pobres, na capital. O que explica a sensação de insegurança nas cidades é a plena consciência de que alguns bairros, que há vinte ou trinta anos eram conhecidos como seguros tornaram-se alvos de arrastões frequentes e seus moradores passaram a relatar casos de sequestros relâmpagos, mesmo morando em condomínios fechados com dispositivos modernos de vigilância 24 horas. Assim, “os condomínios residenciais têm sido alvo constante de ações criminosas, sobretudo o que diz respeito a roubos, devido à carência de sistematização das medidas de segurança.”<sup>28</sup> (LIRA, 2014, p.140). Com relação aos bairros pobres, é possível perceber que se intensificaram as disputas constantes pelo território, o que altera rotinas e rompe com as estruturas afetivas e de convivência que os moradores sentiam ao estar nesses bairros. Nesse sentido, o grau de sensação de insegurança aumentou nos últimos 30 anos, devido à imposição dessas novas territorialidades do crime organizado, particularmente nas zonas conflituosas. Isso se deve ao fato de que as políticas de segurança pública que vêm sendo aplicadas são intermitentes, e não existe um plano de prevenção ao tráfico que tenha tido efetividade nas áreas conflagradas, em caráter permanente, visto que essas regiões contam com algumas ações isoladas de apreensões de drogas e armas, além de detenções.

Ainda que existam postos policiais nestas áreas conflituosas, alguns deles estão abandonados devido à escassez de efetivo policial e de investimento em equipamentos e infraestrutura para as instalações da polícia militar situadas no interior destas comunidades. Muitos moradores optam por se mudar, entretanto o déficit habitacional para famílias de baixa renda é elevado no município e, dessa forma, as vilas/favelas se tornam alternativa como local de habitação. Por esse motivo, os grupos criminosos buscam estabelecer o controle desses territórios, aplicando suas próprias regras e utilizando-se da mão de obra barata ociosa, que gera uma alta lucratividade para o narcotráfico. Nesse sentido, na figura 6 podemos observar as áreas de atuação dos grupos criminosos e aquelas em que esses grupos estão em conflito em Porto Alegre, RS.

---

<sup>28</sup> “Diante de sua presença cada vez mais preponderante, o papel da segurança privada, sobretudo, nos ambientes urbanos remete ao fato de que a capacidade de fiscalização do Estado não acompanhou o crescimento desse mercado. Isso pode dar margem à prática de atividades ilícitas que, ao contrário do que se espera podem comprometer a proteção das casas, condomínios e outros espaços. Além disso, tais atividades, quando irregulares, podem contribuir para minar as políticas de segurança pública e enfraquecer a dimensão pública dos problemas relacionados à violência e à criminalidade.” (LIRA, 2014, p.141).

Figura 6 - Áreas com atividades das facções criminosas em Porto Alegre (2015)



Fonte: Denarc, 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Quadro 1 - Descrição dos grupos criminosos que atuam em Porto Alegre - RS.

<b>ABERTOS</b>	Caracterizado no Presídio Central como o grupo independente das demais facções. Na balança deste poder, podem tender para qualquer dos lados sem necessariamente agirem de maneira uniforme. Há dentro da facção inclusive, os que se autodenominam "anti-bala", mas há grupos que negociam drogas e armas com a facção dos Bala na Cara. Pelo menos 10 quadrilhas de tráfico de drogas na Capital se identificam com a facção.
<b>BALA NA CARA</b>	É hoje a facção com maior número de pontos dominados em Porto Alegre (14) e, na maioria deles está em confronto com outras quadrilhas. Caracterizada pela violência e pelo comando descentralizado, diferente das demais facções, iniciou sua estrutura de poder nas ruas para depois ganhar espaço nas cadeias. Hoje está também entre as mais poderosas atrás das grades.
<b>CONCEIÇÃO</b>	Em 2013, a facção que era dominada pelo Paulão da Conceição foi implodida. O resultado disso foi a perda de poder do antigo líder e a ascensão de um grupo com outra estratégia. Hoje, estão agrupados no Presídio Central integrantes de quadrilhas que atuam na Vila Cruzeiro, Restinga, Agronomia e Centro, além da própria vila no Bairro Partenon. Caracterizam-se por manter a independência entre as quadrilhas, com alianças estratégicas para uso de armas e compras de drogas. Dominariam oito regiões da cidade.
<b>MANOS</b>	A facção mais antiga e ainda a mais rica nas cadeias gaúchas. Tem em Porto Alegre um dos seus centros de poder, a partir do Condomínio Princesa Isabel, no Bairro Azenha. Seus principais aliados estariam na Zona Sul da cidade. Dominariam pelo menos 10 regiões do tráfico na Capital.

Fonte: Denarc, 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Na figura 5, é possível notar a distribuição das facções criminosas segundo o Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc, 2015). Cabe destacar também que, a partir de investigações e depoimentos dos envolvidos com o tráfico de entorpecentes, foi apurado que um ponto de venda de crack bem sucedido na cidade tem um

lucro de até R\$ 2 mil diários<sup>29</sup>, um dinheiro cada vez mais marcado pela violência e pela brutalidade. Os trinta e dois (32) bairros com atuação de quadrilhas concentram pelo menos 85% dos 227 assassinatos já ocorridos na Capital no ano de 2015 (DENARC, 2015).

Dessa maneira, é possível associar fatores como a desigualdade social e má distribuição de renda com o aumento da criminalidade violenta, uma vez que organizações criminosas se apossam dos espaços empobrecidos para fortalecer os seus negócios ilícitos. Para entendermos melhor todo esse processo de apropriação do espaço, se faz necessário retomar autores que tratam de questões sociais e geopolíticas. Assim, o referencial teórico nos auxilia no entendimento das práticas criminosas consolidadas no espaço segregado e ocupado por grupos violentos.

A referida segmentação reduz a mobilidade espacial intra-urbana – tanto de pobres (por exemplo, quando os moradores de uma determinada favela territorializada por uma quadrilha ligada a uma certa “facção” do tráfico de drogas de varejo se vêem desencorajados ou impedidos de visitar amigos ou parentes que moram em outra favela controlada por uma facção rival )(...). (SOUZA, 2008, p.59).

Conforme o autor, a fragmentação do espaço urbano atua como gerador de novas formas de interação com o meio em que se vive e nas interações humanas. Desse modo, as favelas abrigam uma série de conflitos e carências, entre as quais podemos destacar a falta de segurança e o controle das organizações criminosas, que interferem nas relações sociais, além das ações violentas, e fazem aumentar as distâncias entre a cidade formal e a cidade informal.

Daí a problemática da violência, predominantemente propiciada por determinados grupos ou facções criminosas, que exorbita os espaços favelizados, uma vez que essas gangues estabelecem redes de comunicação e atuam em diversas áreas do crime organizado, seja no interior dos presídios, seja fora deles. Essa é uma das explicações para o fato de os homicídios por acertos de contas ocorrerem em pontos aleatórios da cidade, não necessariamente nos espaços favelizados, como se pressupõe. Uma vez que os embates e trocas de tiros não têm lugar específico para ocorrerem, pode haver homicídios em praças, dentro de transportes coletivos, em casas noturnas; entre outros. Nesse sentido, Furtado (2014) afirma que, “em Porto Alegre, 80% dos homicídios têm algum tipo de relação com entorpecentes, seja por dívidas, disputas por bocas de fumo ou simples rixas. (...) sete em cada 10 vítimas de homicídios têm antecedentes criminais.”

---

<sup>29</sup> Notícia disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/12/conheca-as-areas-de-porto-alegre-onde-o-trafico-impoe-regras-3127163.html>>. Acesso em: 28. out. 2015.



Esse exemplo de como se dão as novas configurações espaciais nos revela o quão desconexas da realidade se encontram as medidas de contenção dos homicídios por parte do Estado perante um cenário de altos índices de criminalidade. Dessa forma, as políticas de segurança pública encontram dificuldade em combater a violência letal no meio urbano, o que resulta no cerceamento das liberdades de mobilidade e circulação das pessoas. Assim, no momento em que uma parcela da população de Porto Alegre sofre restrições em virtude da insegurança ou pelo fato de residir em uma área conflituosa, isso assinala que o sistema de segurança público municipal é deficitário. Nesse contexto, as estatísticas vêm apontando um aumento da violência no meio urbano com relação aos crimes comuns e mais fortemente aos homicídios perpetrados com uso de armas de fogo:

(...) Os estados investem em tecnologia, equipamentos, treinamento. A soma desses fatores deveria ter se refletido na queda dos índices de criminalidade. Não foi o que aconteceu. De forma resiliente, o Brasil registra, ano após ano, as maiores taxas de assassinatos em termos absolutos do mundo” (BARROCAL, 2014, p. 26).

Por sua vez, os autores Ferreira e Martins (2011) abordam a aplicação de técnicas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para mapear as áreas com maior incidência de crimes, defendendo que essa utilização coibiria as ações criminosas. Assim, uma vez mapeados os locais das ocorrências, é possível desenvolver estratégias de prevenção aos crimes comuns, como roubo de carros, assaltos, furtos e homicídios.

Tais medidas poderiam minimizar a sensação de insegurança das pessoas. Segundo os autores, a vigilância e o monitoramento dos locais em que os crimes ocorrem com maior frequência, além do mapeamento com o auxílio de um software de georreferenciamento são medidas que contribuem para “perceber e criar mecanismos de prevenção” (FERREIRA e MARTINS, 2011, p. 610) e na elaboração de políticas públicas mais eficazes no combate à criminalidade.

(...) Desta forma, a geografia aplicada tem um papel preponderante neste tipo de fenômeno. Se conhecermos uma determinada área e a forma como essa afecta as áreas de proximidade, podemos perceber como e onde se localiza determinado fenômeno ou acontecimento. Isto é, a Geografia da Criminalidade é uma importante ferramenta de apoio á decisão em questões de segurança pública e prevenção do crime. (FERREIRA e MARTINS, 2011, p. 613).

Além disso, existe a necessidade de se articular os estudos da geografia para melhorar a qualidade de vida no meio urbano, não somente no sentido de elaborarmos um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) eficiente e sustentável para as cidades.

Cabe também o objetivo de minimizar as desigualdades sociais e suas consequências para a população, tais como a violência e a criminalidade, que assolam a sociedade contemporânea, especialmente os mais pobres.

Estudos de Ignácio Cano e Waiselfisz destacam a estreita relação entre espaço e crime, uma vez que este último está vinculado à ausência de serviços essenciais, tais como acesso à segurança e a mecanismos de proteção social, em virtude da desigualdade social. As deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da segurança pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos. (WAISELFISZ, 2015, p. 55).

No quadro 2, observa-se a distribuição das vilas no bairro Santa Tereza, em pontos de conflitos mais frequentes, conforme as autoridades policiais. Nesses locais, percebemos que são constantes os tiroteios causados por disputas por espaço e poder de domínio. Essa espacialização da violência no bairro pode ser encontrada nas páginas dos jornais, na internet, nos relatórios policiais e nos raros depoimentos dos moradores, que se colocam em uma condição de sujeição em meio a esses confrontos armados. É importante destacar que essa forma de espacializar as áreas conflituosas são produtos elaborados a partir dos depoimentos de policiais que atuam nessas regiões e de relatos de moradores.

Cabe esclarecer ainda que algumas das imagens divulgadas nas mídias, que buscam dimensionar essas regiões conflituosas, apresentam algumas incongruências de localização, além de equívocos em relação aos nomes geográficos dos locais. Evidencia-se, desse modo, certa preocupação no sentido de não veicularem informações muito precisas em se tratando de localização. Podemos entender que se trata de uma técnica para não explicitar as áreas de conflito, por medida de preservação das fontes e colaboradores das matérias.

Quadro 2. – Áreas conflituosas situadas no complexo de favelas Cruzeiro do Sul - Santa Tereza (Porto Alegre/RS)

<b>Vila Cantão<sup>30</sup></b>	Área comandada por criminosos ligados à facção Os Manos, considerados muito bem armados. Seria um dos redutos de aliados do Traficante Teréu, morto no ano de 2015 na Pasc <sup>31</sup> .
<b>Vila Tronco</b>	As gangues V7 e Pantanal estão em conflito na região. Os V7 são considerados o braço armado da facção dos Conceição.
<b>Dona Otília</b>	Bando do traficante Felipinho, atualmente preso. Aliados da facção dos Conceição.
<b>Vila Buraco Quente</b>	É um reduto do tráfico de drogas independente do restante da Cruzeiro pelo seu posicionamento geográfico.

Fonte: DENARC, 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Nesse sentido, um jornal local, em matéria veiculada em junho de 2015, destaca:

(...). São postos de saúde fechados, escolas vazias, tiroteios diários, toques de recolher que forcem o comércio a fechar as portas. Há quem tenha medo de dormir dentro da própria casa. Se a estatística policial aponta que até 90% das vítimas de homicídios têm antecedentes criminais, o efeito colateral desses acertos de contas vai muito além das áreas de conflito. (TORRES, 2015).

A partir do exposto, é possível observar alguns detalhes sobre como tem sido o cotidiano de uma parcela da população moradora das áreas urbanas pobres em Porto Alegre, a forma como essas pessoas se relacionam com os seus vizinhos e como são tratados fora destes locais conflagrados. Assim, muitos moradores são vítimas de preconceitos devido ao lugar onde moram, encontrando dificuldades de relacionamento e empregabilidade e, mesmo não tendo ligação direta com as facções criminosas, ainda assim sofrem com a discriminação por sua região de moradia.

<sup>30</sup> Nome oficial Vila Mato Grosso. Trata-se de uma área especial de interesse social (AEIS) conforme o Departamento Municipal de Habitação (DEMAB), situada entre os bairros Cristal, Nonoai e Santa Tereza. (<[https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zU5OUCIRxCgU.kViCvNymuy8M&hl=pt\\_BR](https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=zU5OUCIRxCgU.kViCvNymuy8M&hl=pt_BR)>. Acesso em: 29 fev. de 2016.)

<sup>31</sup> Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas do Rio Grande do Sul (PASC-RS).

Além disso, existem bairros em que as gangues se tornaram conhecidas por sua ousadia e grande poder bélico. Podemos perceber que essa relação de dominância e conflitos (*Manos versus Conceição*) engloba os três bairros na zona sul, ou seja, o Cristal, o Nonoai e o Santa Tereza. Esses espaços favelizados, uma vez mapeados pela Geografia, podem contribuir para a elaboração de políticas de segurança pública a fim de reduzir a criminalidade. Esses trabalhos permitem-nos identificar a espacialização da ação dos grupos armados no bairro Santa Tereza, suas formas de atuação e organização e seu poder de controle dos pontos de tráfico de entorpecentes. Além disso, podemos notar as consequências desses conflitos e os danos causados em termos de perdas humanas e desagregação social, a disseminação da cultura do medo e a territorialização da violência no meio urbano. Em se tratando de delitos tais como assaltos, roubos e latrocínio, entre outros, é impossível centralizarmos esses eventos a determinados locais da cidade, visto que a violência está dispersa nas cidades e em suas regiões metropolitanas.

Os levantamentos efetuados pelo Denarc (2015) que delimitam as áreas de atuação das facções criminosas, bem como os *hot spots*, e locais de conflitos, evidenciam uma tentativa de fracionar os espaços urbanos de acordo com os propósitos das organizações criminosas. Nesse contexto, identificamos a criminalidade violenta nesses lugares desprivilegiados do município, e esse fato gera apreensão e sensação de insegurança, devido aos confrontos armados e homicídios que se tornaram recorrentes nesses locais. Esses esquemas nos auxiliaram no entendimento do processo de desagregação social presente no bairro Santa Tereza. Episódios de extrema violência perpetrados por criminosos ocorreram no mês de setembro de 2015, quando os criminosos incendiaram ônibus e lotações em retaliação às prisões e mortes de integrantes das facções, além de eventos de protesto por parte de alguns moradores das comunidades, em virtude de abordagens policiais mal sucedidas, que tem como desfecho o assassinato de jovens residentes locais.

## 5.2 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO DO BAIRRO SANTA TEREZA, PORTO ALEGRE - RS.

Ao contextualizarmos a violência no bairro Santa Tereza, importa destacar que o fenômeno da alta da criminalidade é relativamente recente e tornou-se mais sensível nos últimos 30 anos. Os critérios como má distribuição de renda, ausência de políticas de

segurança eficaz com base em programas na área da segurança cidadã<sup>32</sup> e extensiva a toda a população são fatores que fazem acirrar os mais variados tipos de violência. É importante ressaltar que o cerne da questão está em entender por que motivo em alguns locais predominam os crimes letais ou Crimes Violentos Contra a Pessoa - CVPES, e em outros são mais comuns os Crimes Violentos Contra o Patrimônio - CVPAT. No caso do bairro Santa Tereza, são frequentes os crimes de homicídios e lesão corporal grave por arma de fogo. O mapa das áreas de concentração das facções criminosas em Porto Alegre, no ano de 2015, evidencia algo que os moradores dos bairros vivenciam há algum tempo. São restrições de mobilidade, como toques de recolher, além de estabelecimentos comerciais e postos de saúde fechados em virtude dos tiroteios. Conforme declaração do delegado Wendt, do Denarc, “Ocorre uma espécie de partilha da cidade entre organizações criminosas que controlam o tráfico de entorpecentes em trinta e dois bairros que dominados por grupos armados que se enfrentam pelo controle dos pontos de venda de drogas.” (WENDT, 2014).

É possível comprovar tais ações através do número de abordagens policiais nas áreas pobres urbanas; do número de homicídios de jovens negros em situação de vulnerabilidade computados nos últimos dez anos; por meio do avanço nos casos de pessoas que são vitimadas por ‘balas perdidas’, e do aumento significativo da população carcerária no município, conforme o Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre – MAPASEG/2014. De fato, esses locais são foco de violência em virtude da disputa entre as facções criminosas, e a representação deficitária da segurança pública e do Poder Público nas áreas desprivilegiadas.

A circulação, nessas regiões conflituosas da cidade, se faz de forma consentida, uma vez que quem reside nas favelas tem passagem livre nos momentos de calma. Contudo, os de “fora” (aqueles que não moram na favela) são encarados com desconfiança. Nas situações de tensão, durante as rondas policiais ou nos confrontos (trocas de tiros) entre grupos oponentes, a ordem é que os moradores mantenham-se calados e evitem sair às ruas. Portanto, nesses locais predomina o poder paralelo do tráfico, a ordem “dos patrões” ou “padrinhos”, maneira pela qual são conhecidos, nas áreas urbanas pobres de Porto Alegre. Como medida de combate à violência, existem algumas iniciativas conjuntas que buscam, através de seminários, encontros e debates entre os representantes do poder público, como o

---

<sup>32</sup> Segundo Mesquita (2006, p. 6): “A expressão 'segurança cidadã' ganhou força, portanto, para marcar a diferença entre políticas de segurança desenvolvidas durante os regimes autoritários e as políticas de segurança pública depois da transição para a democracia nos países da região. O que diferencia os dois tipos de política não é apenas do fato de que os governantes responsáveis por políticas democráticas são escolhidos através de processos eleitorais, mas também que as políticas democráticas são caracterizadas pela transparência, participação social, subordinação à lei e respeito aos direitos humanos”.

Conselho Municipal de Justiça e Segurança (Comjus), a Secretaria Municipal de Segurança (SMSEG), a Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul (SSP-RS), Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, a própria Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre em parceria com instituições de ensino superior, como a UFRGS, por exemplo, formular estratégias e planos de combate à violência e, especificamente, para a redução dos crimes letais com uso de armas de fogo, unindo esforços em termos de pesquisa e incentivo ao debate entre as partes interessadas.

O propósito de grande parte desses projetos está centralizado na integração entre entidades públicas e as comunidades em que os crimes de homicídios são mais frequentes. As medidas têm como foco programas de inclusão social, acolhimentos de famílias em situação de vulnerabilidade social e combate à violência contra as mulheres e aos adolescentes. É evidente que a consolidação desses projetos como prática ativa e integrada requer vontade política e, principalmente, o engajamento por parte das comunidades, para elaboração de ações conjuntas na definição dos rumos a serem tomados. Algumas dessas medidas tendem a perder continuidade, em virtude das trocas de governo, situação econômica dos órgãos locais, cortes nos investimentos públicos e também pela necessidade de mais engajamento e interesse por parte da população.

Com o tempo, os planos de erradicar a violência e a criminalidade nas favelas não são implementados devido à rede de entraves políticos, sociais e ideológicos, que refletem ainda na forma como o planejamento urbano se apresenta em cada parte da cidade, com forte teor de preconceito de classe e fragmentação territorial.

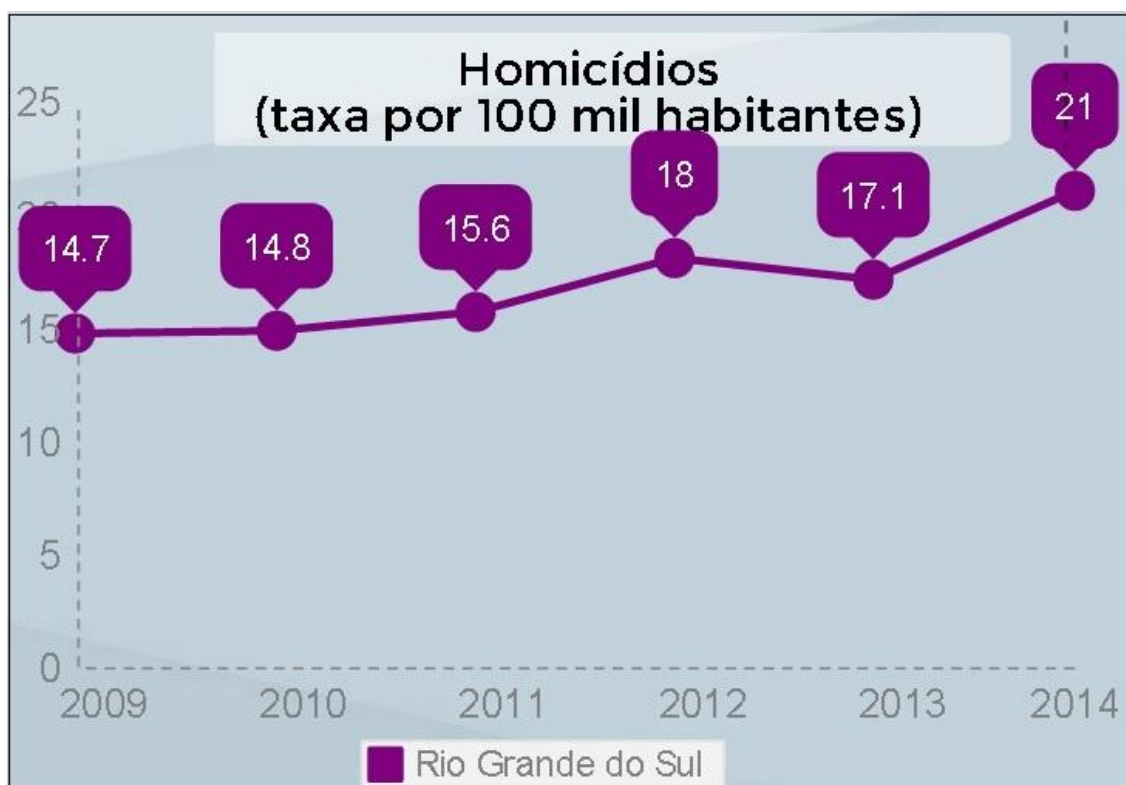
De fato, existem programas sociais que investem em informação e que buscam trabalhar junto às comunidades. Contudo, são mais frequentes as políticas de transferência direta de renda do governo federal, tais como o Bolsa Família e o programa Primeira Infância Melhor (PIM), que alcançaram considerável abrangência nacional. Esses programas sociais contribuíram para a redução da mortalidade infantil, para a conscientização da importância do aleitamento materno, e para o aumento do número de matrículas nas escolas públicas de Ensino Fundamental.

Todavia, notamos um grande vácuo no que tange à integração do Sistema de Segurança Pública, do Poder Judiciário e polícias Civil e Militar junto às comunidades, no sentido de estender às populações pobres as garantias sociais de cidadania e respeito aos direitos humanos, uma vez que persistem os tratamentos discriminatórios devido à condição social e local de moradia com relação às camadas desprivilegiadas. Essa ausência de

integração faz com que os policiais (civis e militares) imponham abordagens violentas e com fortes indícios de preconceito sociorracial aos moradores das áreas urbanas pobres. Do mesmo modo, o poder judiciário apresenta dificuldades em solucionar os casos de homicídios ocorridos em zonas de conflito armado nas áreas urbanas pobres e com índices consideráveis de violência letal.

A partir do exposto, identificamos a necessidade de um sistema integrado de investigação e levantamento de provas, a fim de dar andamento aos processos criminais de maneira efetiva (OLIVEIRA, 2008). Dessa forma, a população depositaria maior credibilidade nas ações da justiça, o que reduziria a sensação de impunidade relativa aos crimes letais perpetrados nas favelas. Com relação à pesquisa, muitos dos dados utilizados neste trabalho foram coletados nos meios de comunicação e em relatórios publicados pelos órgãos responsáveis pela difusão dos dados estatísticos, além de pesquisas encomendados por jornais para institutos especializados. Também foram coletados os resultados dos estudos desenvolvidos pela própria Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) nos últimos anos. No ano de 2014, aconteceram 2.346 ocorrências de homicídios no Estado. É possível realizar comparações entre os relatórios do Atlas da violência (2016) e do Instituto de Pesquisa e Econômica Aplicada - IPEA no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), além do documento A criminalização da pobreza - Relatório sobre as causas econômicas, sociais e culturais da tortura e outras formas de violência no Brasil (OMCT, 2009) que trata de problemas sociais como a criminalização da pobreza, letalidade juvenil e desigualdade social. Esses trabalhos contribuíram para o entendimento do processo de desagregação social que resulta em violência e aumento da criminalidade. A seguir, o gráfico 7 apresenta a evolução das taxas de homicídios entre os anos de 2009 e 2014.

Gráfico 7 - Homicídios no Rio Grande Do Sul (100 Mil/ Hab.).



Fonte: SSP/RS (Sistematização Instituto Fidedigna), 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Os dados indicam que houve um aumento na taxa de ocorrências de homicídios de 22,8% no Rio Grande do Sul em relação ao ano de 2013. Grande parte desses assassinatos é atribuída ao aumento de ações das organizações criminosas do tráfico de entorpecentes nos últimos 30 anos no Estado, segundo levantamentos junto aos órgãos de prevenção e combate ao crime, como a delegacia civil, militar e a SUSEPE (SSP/RS, 2015).

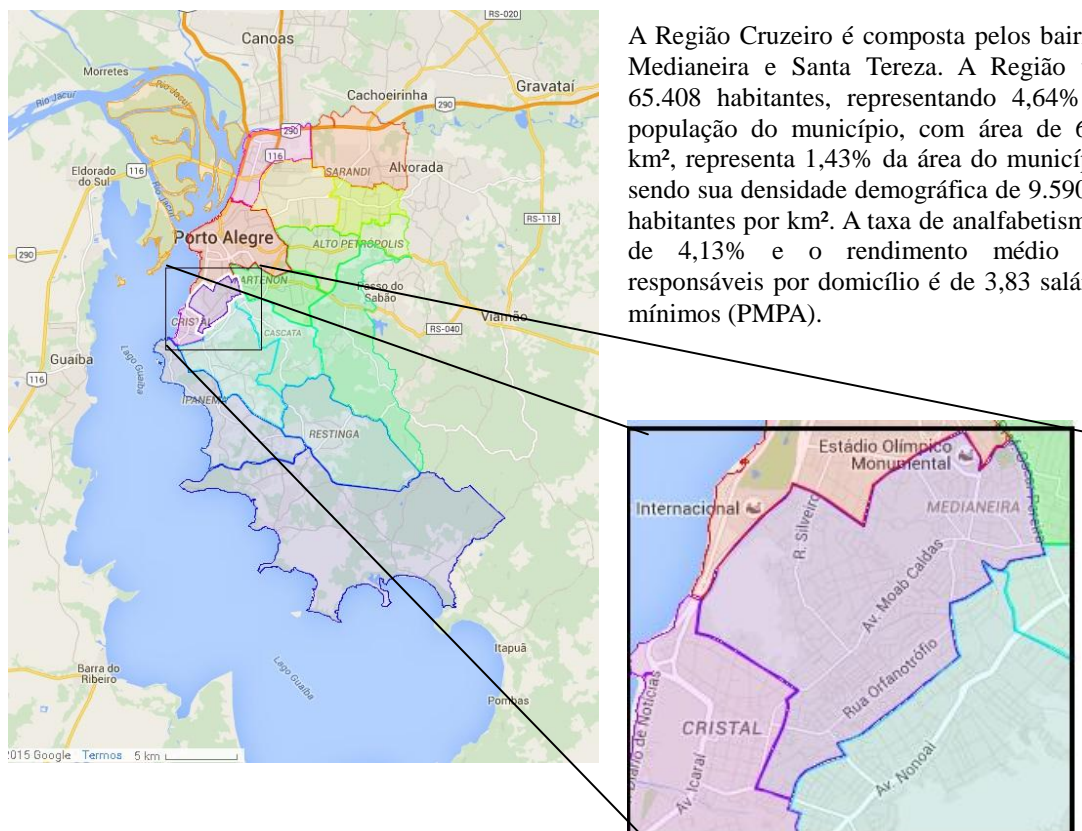
### 5.3 DADOS SÓCIO-ECÔNOMICOS DO BAIRRO SANTA TEREZA

O bairro Santa Tereza pertence à Região do Orçamento Participativo 10, nomeada Cruzeiro (PMPA, 2015). Possui 55.505 habitantes, representando 3,94% da população do município. Com uma área de 5,56 km<sup>2</sup>, representa 1,17% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 9.982,91 habitantes por km<sup>2</sup>. A taxa de analfabetismo é de 4,73% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,48 salários-mínimos (Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA e IBGE - Censo 2010). O bairro possui uma composição



populacional com predomínio de jovens entre 14 e 29 anos, sendo o número absoluto de mulheres maior que o de homens nessa faixa etária, com uma longevidade de 75,6 anos.

Figura 7 - Região do Orçamento Participativo 10 da Cruzeiro (PMPA, 2015)



Fonte: [www.observapoa.com.br](http://www.observapoa.com.br)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Tabela 4 - População do bairro distribuída entre as dezenove (19) subáreas

Bairro Santa Tereza divisão em subáreas	População urbana (2010)
Arroio Passo Fundo	1553
Brasil	590
Dona Malvina	789
Jardim Europa	1399
Jardim Medianeira	7031
Mariano de Matos	1648
Medianeira	803
Orfanotrófio I	680
Prisma	866
Santa Cruz	5325
Taquari / Irani	958
Vila Barracão / Condomínio	1651
Vila Cruzeiro do Sul	12341
Vila Dona Malvina / Dona Otília	1499
Vila Ecológica	1191
Vila Figueira	2424
Vila Rio Branco	768
Vila Tronco II	12523
Zaida / Dormênio	1466
	<b>Total: 55505</b>

Fonte: Atlas de UDH's Santa Tereza, Observatório de Porto Alegre, 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Neste trabalho, são utilizados os levantamentos do Observatório Municipal de Segurança do Gabinete de gestão Integrada Municipal GGI-M, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo que o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil contribuiu com os indicadores dos Censos de 2010, 2000 e 1991, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com base nesses, a seguir podemos observar um quadro com os dados relativos à esperança de vida ao nascer<sup>33</sup> das UDH's mais pobres do bairro Santa Tereza, em Porto Alegre – RS (2000 e 2010). Além disso, apresentamos os mapas das respectivas UDH's com as indicações das localizações destas áreas. O intuito é identificar as diferenças entre as duas UDH's dentro dos principais critérios que medem o IDHM<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Esperança de vida ao nascer: Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalentes no ano do Censo. (IDHM - Brasileiro - siglas, 2014).

<sup>34</sup> O IDHM é um índice composto que agrega três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso a conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda (Atlas Brasil, 2013).

O objetivo desse comparativo é destacar os valores máximos e mínimos para todos os indicadores populacionais, uma vez que a Vila Cruzeiro do Sul é uma dos mais carentes em termos absolutos e, por consequência, os índices como escolaridade e esperança de vida ao nascer estão entre os mais precários na esfera do bairro. Em contrapartida, a UDH Santa Cruz apresenta os dados com os melhores indicadores para todas as metas do Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM).

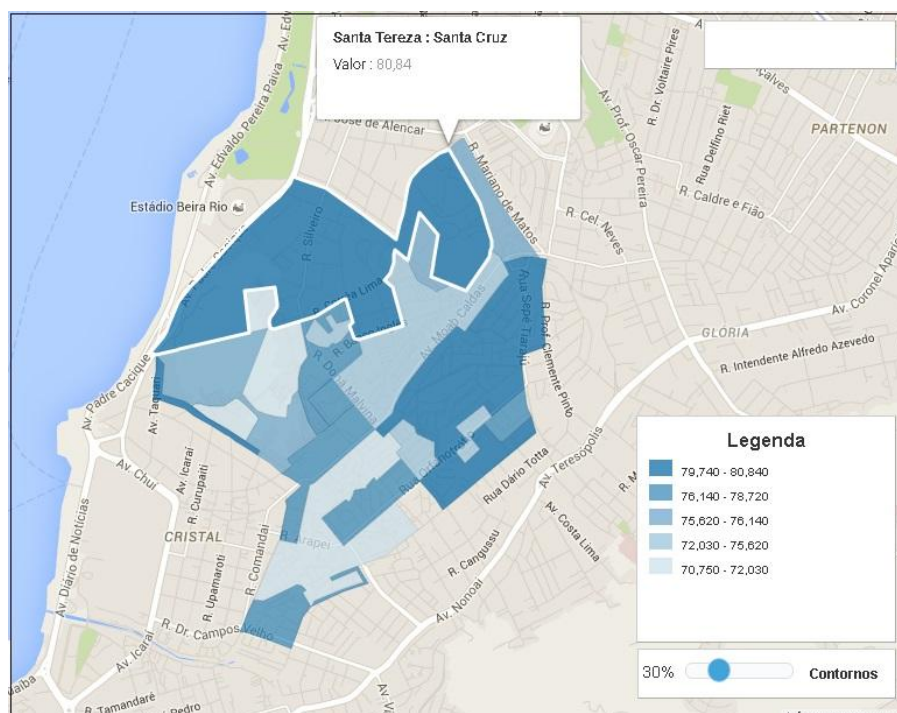
Tabela 5 - Esperança de vida ao nascer por UDH e a média do bairro Santa Tereza (2000 e 2010)

<b>SANTA TEREZA (UDH's)</b>	<b>Esperança de vida ao nascer (2000)</b>	<b>Esperança de vida ao nascer (2010)</b>
Santa Cruz	78,04	80,84
Taquari / Irani	76,42	79,98
Jardim Medianeira	76,46	79,74
Medianeira	75,21	78,72
Vila Barracão / Condomínio	75,21	78,72
Arroio Passo Fundo	75,65	78,64
Dona Malvina	72,58	76,14
Vila Dona Malvina / Dona Otília	74,28	76,14
Zaida / Dormênio	74,28	76,14
Prisma	71,96	75,68
Brasil	73,03	75,62
Mariano de Matos	73,03	75,62
Jardim Europa	72,15	74,5
Orfanotrófio I	68,14	72,03
Vila Rio Branco	68,14	72,03
Vila Tronco II	67,99	72,03
Vila Cruzeiro do Sul	68,14	71,11
Vila Figueira	67,9	70,91
Vila Ecológica	67,4	70,75
<b>MÉDIA DO BAIRRO (Anos)</b>	<b>72,42</b>	<b>75,54</b>

Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

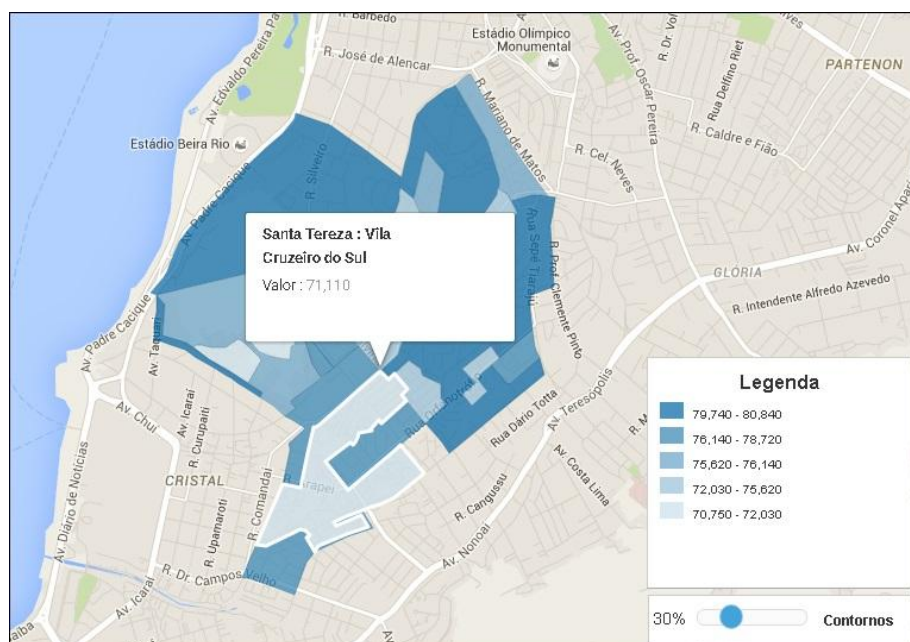
Figura 8 - Mapa Santa Tereza: Santa Cruz – IDHM<sup>35</sup> Esperança de vida ao Nascer, 2010.



Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) (2013)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Figura 9 - Mapa Santa Tereza: Cruzeiro do Sul – IDHM Esperança de Vida ao Nascer, 2010.



Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) (2013)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

<sup>35</sup>

Como ler o IDHM 2010 - O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH. Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal: Muito baixo de 0 até 0, 499 / Baixo de 0, 500 até 0, 599 / Médio de 0, 600 até 0, 699 / Alto de 0, 700 até 0, 799 / Muito Alto de 0, 800 até 1. Fonte: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)>. Acesso em: 22 fev. de 2016.

A partir dos dados apresentados, percebe-se uma sensível melhora nas condições gerais de educação, sendo que as mulheres apresentam maior taxa de escolarização. Além disso, houve uma notável queda nas taxas de mortalidade infantil na Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) em análise. De fato, os dados são melhores em comparação com os números do ano de 2000, sendo esse estudo elaborado com dados de 2000 e de 2010.

Aplica-se a análise em duas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), pois essas refletem as maiores discrepâncias em valores absolutos, e isso reforça a tese de que a desigualdade poderia de fato contribuir para uma sociabilidade violenta em áreas urbanas pobres de diferentes localidades no mesmo bairro. Na comparação entre os anos 2000 e 2010 percebe-se uma melhora nos índices de longevidade<sup>36</sup>, sendo possível estabelecer uma análise através dos quadros apresentados a seguir, que mostram os indicadores sobre educação e renda das UDHs Cruzeiro do Sul e Santa Cruz, no bairro Santa Tereza<sup>37</sup>, conforme tabela abaixo:

Tabela 6 - Dados populacionais da UDH - Cruzeiro do Sul (2000 – 2010)

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Santa Tereza : Vila Cruzeiro do Sul - RS		
IDHM e componentes	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,306	0,476
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	27,49	47,09
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	48,67	65,62
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	49,43	83,61
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	22,37	27,32
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	8,3	14,56
<b>IDHM Longevidade</b>	0,719	0,769
Esperança de vida ao nascer (em anos)	68,14	71,11
<b>IDHM Renda</b>	0,602	0,635
Renda per capita (em R\$)	339,59	417,1

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

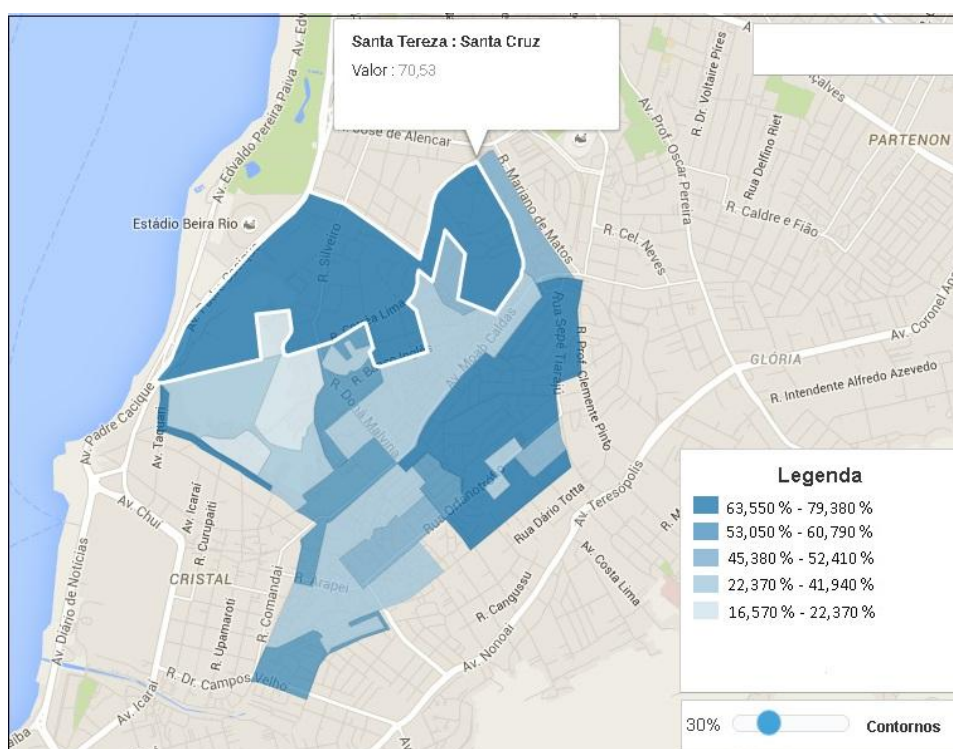
<sup>36</sup> IDHM Longevidade (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Longevidade) Índice da dimensão Longevidade que é um dos três componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador Esperança de vida ao nascer, através da fórmula: [(valor observado do indicador) - (valor mínimo)] / [(valor máximo) - (valor mínimo)], onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente. (Atlas Brasil, 2013)

<sup>37</sup> Esses dois bairros foram selecionados de forma aleatória por estarem entre os melhores e os piores indicadores de UDH deste bairro, respectivamente.



Contudo, esses dados apontam diferenças em termos de renda *per capita*, pois no interior do bairro é possível relacionar com os dados do mapa de percentual dos jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo para os anos de 2000 e de 2010 (CENSO – IBGE). Na sequência, os mapas com as duas UDH's - a Santa Cruz e a Vila Cruzeiro do Sul - apresentam valores que se distanciam em todos os critérios. Dessa forma, enquanto a UDH Santa Cruz apresenta dados que se aproximam muito dos números ideais que definem uma boa qualidade de vida, como altos índices de escolaridade, altos indicadores de empregabilidade e ótima esperança de vida, a UDH Vila Cruzeiro do Sul, que possui um dos piores índices em termos de renda, longevidade e educação no bairro, o que pode ser observado no mapa através das áreas em tons mais claros, que tratam da escolaridade dos jovens dessa região, reforçando a vulnerabilidade social local.

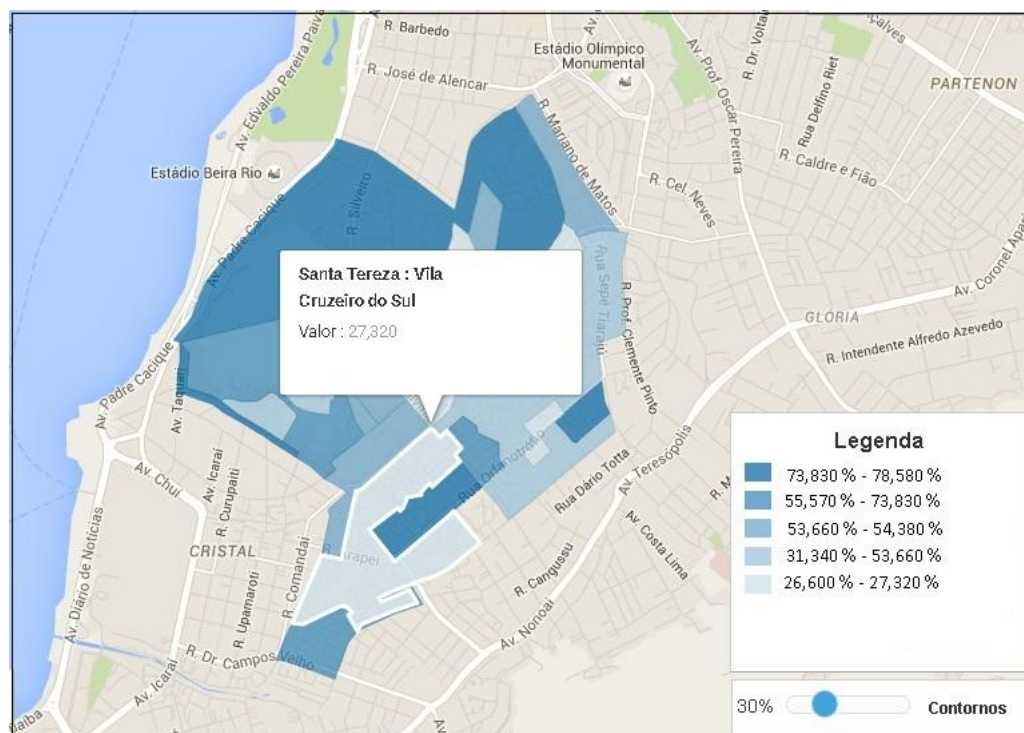
Figura 10 - Mapa com percentual (%) de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, 2000.



Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Figura 11 - Mapa com percentual (%) de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, 2010.



Fonte: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br) (2013)

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Ao confrontarmos os dados de duas das dezenove UDH's, é possível identificarmos grande diferença entre os valores de renda e longevidade. Nesse sentido, na tabela a seguir constam os índices da Unidade de desenvolvimento Santa Cruz:

Tabela 7 - Dados populacionais da UDH: Santa Cruz (2000 – 2010).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Santa Tereza : Santa Cruz - RS		
IDHM e componentes	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>		
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	82,88	91,04
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	82,59	100
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	77,08	89,31
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	70,53	78,58
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	70,37	78,16
<b>IDHM Longevidade</b>		
Esperança de vida ao nascer (em anos)	78,04	80,84
<b>IDHM Renda</b>		
Renda per capita (em R\$)	2.916,92	3.417,25

Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Podemos identificar a elevação nos valores absolutos em todos os indicadores (longevidade, renda e educação) em ambas as UDHs, contudo as desigualdades permanecem, sendo que o principal indicador a apontar essa discrepância é a educação. Uma das causas que diferenciam essas UDHs é a evasão escolar e as reprovações sucessivas, que fazem com que os adolescentes fiquem desanimados e desistam da escola, a ponto de atingir o ápice de evasão no ensino médio. Na UDH da Vila Cruzeiro, em 2010 apenas 14,56% dos jovens entre 18 e 20 anos haviam concluído o ensino médio. Ao passo que na UDH Santa Cruz esse percentual corresponde a 78,16% dos jovens de igual faixa etária. Algumas ações têm sido realizadas no sentido de reduzir essa realidade, alguns projetos e campanhas são desenvolvidos com foco no combate à evasão escolar, todavia as taxas de abandono levam mais tempo para reduzir nas áreas urbanas mais pobres.

Este trabalho aplica os índices de avaliação de renda *per capita*, expectativa de vida e de educação como fontes e indicadores de qualidade de vida, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e o Índice de Gini<sup>38</sup>, pois auxiliam na pesquisa.

---

<sup>38</sup> O coeficiente de Gini (ou índice de Gini) é um cálculo usado para medir a desigualdade social, desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde **zero** corresponde a uma **completa igualdade** na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e **um** que corresponde a uma **completa desigualdade** entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm). Gini mede o coeficiente através de pontos percentuais (que é igual ao coeficiente multiplicado por 100). Ou seja, em uma linguagem mais simples, no resultado final, quanto mais um país se aproxima do número 1, mais desigual é a distribuição de renda e riqueza, e quanto mais próximo do número 0, mais igualitário será aquele país. Dados do **PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento)**, de 2010, pelo índice de Gini, apontam o Brasil com o resultado de 0,56, sendo assim, o terceiro país mais desigual do mundo. O PNUD constatou, ainda no mesmo ano, que dos 15 países mais desiguais do mundo, segundo o índice de Gini do mundo, 10 se encontram na América Latina e no Caribe. Disponível em: <[www.atlasbrasil.org.br/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/)> Acesso em 20 out de 2015.





Entre as ferramentas disponíveis para obtenção de dados temporais, optamos pelo índice de Gini, por ser a mesma metodologia quantitativa aplicada às classificações do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O Índice de Gini nos permite identificar fatores de discrepâncias e similitudes, no quadro de avaliações estatísticas para essa população na área de estudo em destaque.

Na maioria dos índices apontados nos mapas do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil as vilas da região Cruzeiro estão entre os piores, e esse fato reforça essa é uma área com problemas de infraestrutura e de alta vulnerabilidade social. Contudo, se realizarmos uma pesquisa que inclua todas UDH's de Porto Alegre, encontraremos UDHs em situações ainda mais preocupantes em relação aos critérios analisados. A UDH - Vila Cruzeiro do Sul é um dos locais com sensível má distribuição de renda no bairro e um dos pontos de intensos conflitos e disputa entre os grupos criminosos que atuam no comércio ilícito de drogas. Nesse contexto, somente no primeiro semestre de 2015 ocorreram nove homicídios nesta UDH.

Os dados apontados ao longo do trabalho indicam que a confluência entre pobreza, falta de perspectiva de vida e má qualidade de serviços públicos culmina em altas taxas de evasão escolar e no aumento da violência em bairros que concentram uma população de baixa renda. Esse panorama de reduzidas chances de empregabilidade no mercado formal sustenta um ciclo de pobreza e desumanização, o que caracteriza a situação de vulnerabilidade social<sup>39</sup> e de desigualdade entre as rendas mais elevadas e as mais baixas no bairro. Conforme o Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros (2015):

Em sua forma extrema, a segregação residencial cria, de um lado, “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinados fatores que as tornam vulneráveis à pobreza e, de outro, áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza. (MARGUTI e COSTA, 2015)

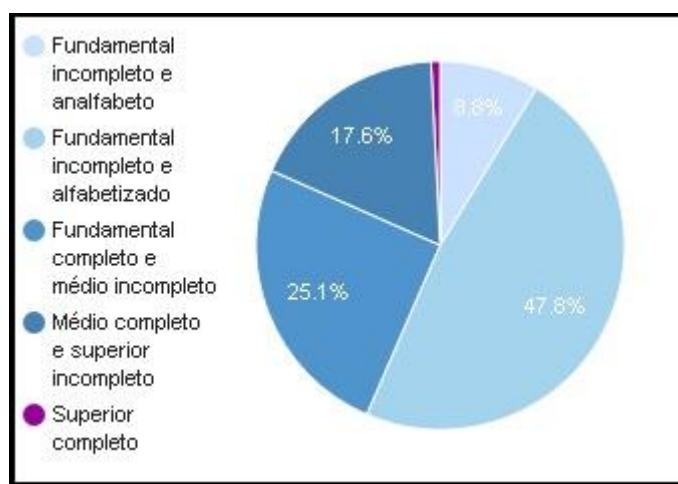
---

<sup>39</sup> Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - Em paralelo à construção do IDHM, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coordenou a construção de um índice de vulnerabilidade social que fosse capaz de dar mais evidência a outros indicadores disponibilizados pela plataforma do Atlas de Desenvolvimento Humano. Assim nasceu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que procura “dar destaque a diferentes situações indicativas de exclusão e vulnerabilidade social no território brasileiro, numa perspectiva que vai além da identificação da pobreza entendida apenas como insuficiência de recursos monetários”. Uma característica importante da pobreza urbana, por exemplo, consiste na segregação espacial como forte condicionante da própria condição de pobreza. O acesso à infraestrutura domiciliar básica, à segurança pública, à disponibilidade de espaços públicos, entre outros, influencia os níveis de bem estar de pessoas e famílias e está intimamente ligado às dinâmicas internas dos municípios. Deste modo, a construção do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) traz dezesseis indicadores estruturados em três dimensões (ANEXO II) que, de maneira complementar ao IDHM, que permite mapear a vulnerabilidade e exclusão social dos municípios e Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país (Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015, p. 52).



Censo de 2010, constam os dados de distribuição da escolaridade da população, considerando-se a faixa etária de 25 anos de idade ou mais. A partir do gráfico, é possível verificar o alto índice de pessoas com ensino fundamental incompleto e alfabetizado. Já na Região Metropolitana (RM), os percentuais são 3,70%, 60,78%, 42,95% e 13,99%, respectivamente (PNUD, IPEA e FJP, 2013).

Gráfico 8 - Distribuição da escolaridade da população de 25 anos ou mais - Santa Tereza: Vila Cruzeiro do Sul - RS - 2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Com relação à dimensão renda, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para os municípios entre os anos de 2000 (Figura 14) e 2010 (Figura 15), os IDHM's são bastante relevantes, pois destacam a disparidade socioeconômica do bairro Santa Tereza, em Porto Alegre. Esses dados são o fundamento dos estudos de vulnerabilidade social, pois através deles é possível identificar as causas que resultam em pobreza extrema, desigualdade social e vulnerabilidade socioeconômicas, com destaque para as suas consequências, como alta taxa de desocupação e trabalho informal na faixa etária da População Economicamente Ativa (PEA) identificados pelos institutos de pesquisa (IBGE, 2014). Dessa maneira, podemos observar, nas figuras 14 e 15, em comparação com a figura 16, que embora tenha ocorrido uma pequena melhora na renda das famílias, no bairro Santa Tereza, essa variação não foi o suficiente para reverter às más condições de vida nas áreas onde está localizada uma considerável concentração de aglomerados subnormais.





A figura 17, reproduzida a seguir, apresenta o bairro Santa Tereza, com destaque para as áreas amarelas, que representam a localização das favelas e dos aglomerados subnormais, e os traçados em vermelho, representando as “áreas de risco<sup>40</sup>”. Nota-se que esses lugares coincidem com os mais baixos índices de escolaridade, de emprego e de renda do bairro. As características socioeconômicas dessas áreas acabam influenciando na configuração espacial destes aglomerados subnormais e, conseqüentemente, na qualidade das moradias, muitas vezes autoconstruídas em locais impróprios.

---

<sup>40</sup> Com relação às áreas de risco selecionadas em vermelho no mapa (Fig. 18) consultamos a professora e pesquisadora do Observatório da cidade de Porto Alegre (ObservaPoa), Liane Bayard sobre quais seriam os critérios para determinar uma área como sendo de risco essa informou que trata-se de uma avaliação conforme as especificações do IBGE de sua base de dados. Ao questionarmos os responsáveis pelos serviços de uma empresa transportadora por qual motivo não fazem entregas em determinados endereços da cidade, esses informam que é por medida de segurança dos funcionários. Essa forma de tratamento exemplifica a segregação sócio espacial das áreas urbanas desprivilegiadas no município de Porto Alegre – RS.





existam ações policiais no sentido de reprimir a violência, essa se faz cada vez mais presente no meio urbano. Com base nos relatórios produzidos pelas polícias civil e militar, Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE) e Secretária da Segurança Pública (SSE-RS) foi estabelecido, através do critério número de homicídios<sup>42</sup>, o mapeamento das áreas com mais altos índices de violência e de criminalidade no município de Porto Alegre. Dessa forma, segundo a Divisão de Estatística Criminal da Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, conforme o Núcleo de Georreferenciamento:

Conforme o mapa das ocorrências de tráfico de drogas em Porto Alegre (Mapa de Tráfico de Drogas) é possível perceber a concentração das ações em algumas comunidades, como nos bairros Centro, Partenon, Vila João Pessoa, Santo Antonio e São José. Também é possível perceber, através dos mapeamentos georreferenciados (Mapa de Homicídios e Tráfico de Drogas em anexo), que os delitos de homicídio e tráfico de drogas estão fortemente associados, com a possibilidade de que parte das mortes esteja relacionada à disputa de “gangues” rivais por pontos de tráfico. Além disso, recente levantamento da Superintendência de Serviços Penitenciários mostrou que dos 29.172 presos (abril/2014), 13.700 estão presos por tráfico de drogas, o que representa 47% ou praticamente a metade dos apenados. (MAPASEG, 2014, p.226).

É importante ressaltar que essa espacialização corresponde aos dados do ano de 2013 e que abordam somente os crimes de homicídios e, nos casos de outras formas de delitos, a distribuição pode apresentar-se variável. Na análise do mapa de homicídios de 2013 apresentado a seguir, podemos verificar que os assassinatos concentram-se nas regiões dos bairros Santa Tereza, Restinga, Rubem Berta e Bom Jesus (MAPASEG, 2014). Com base nos dados de IDH por UDH's do Atlas do Desenvolvimento e indicadores do IBGE, do SIM/DATASUS, nas investigações e resultados apresentados no Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre – MAPASEG/2014, é possível identificar que fatores socioeconômicos, como a desigualdade de renda e de oportunidades, contribuem para a desagregação social e tem como uma de suas consequências o aumento da criminalidade (WILKINSON e PICKETT, 2015).

Portanto, podemos concluir que surgiu no bairro nas últimas três décadas o que Machado da Silva (2004) conceituou como uma sociabilidade violenta, que altera as rotinas das pessoas que moram, frequentam e fazem uso desses espaços. O bairro é composto por famílias de diferentes poderes aquisitivos e escolaridades, fato que aparece refletido no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do bairro, que é muito heterogêneo.

---

<sup>42</sup> Em razão de sua gravidade, o delito de homicídio (art. 121 do CPB) tem sido utilizado como índice para medir a violência em todo o mundo, especialmente na América Latina, onde o número de homicídios tem mantido uma linha ascendente nos últimos anos (MAPASEG, 2014).



Portanto, a espacialização do bairro exprime a forma como se deu a ocupação urbana, bem como o sentido do processo de favelização em áreas de declividade e em terrenos pouco valorizados, fato que reflete as características das moradias e dos IDHs. Existe um controle desses espaços por parte das facções criminosas, pois foram loteados para o comércio de entorpecentes ilícitos, gerando alguns transtornos para a população residente como: toques de recolher, postos de saúde fechados e confrontos armados, entre outros. Essa forma de territorialização da criminalidade violenta desencadeia um processo de estigmatização socioespacial das áreas urbanas pobres, em virtude da banalização da violência.

No próximo capítulo apresentamos as configurações da área de estudos com foco nas características que determinam uma sociabilidade violenta nessa região. Assim como as características dos Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPAT e os Crimes Violentos contra a Pessoa – CVPES e as conseqüências deste contexto socioeconômico e espacial.

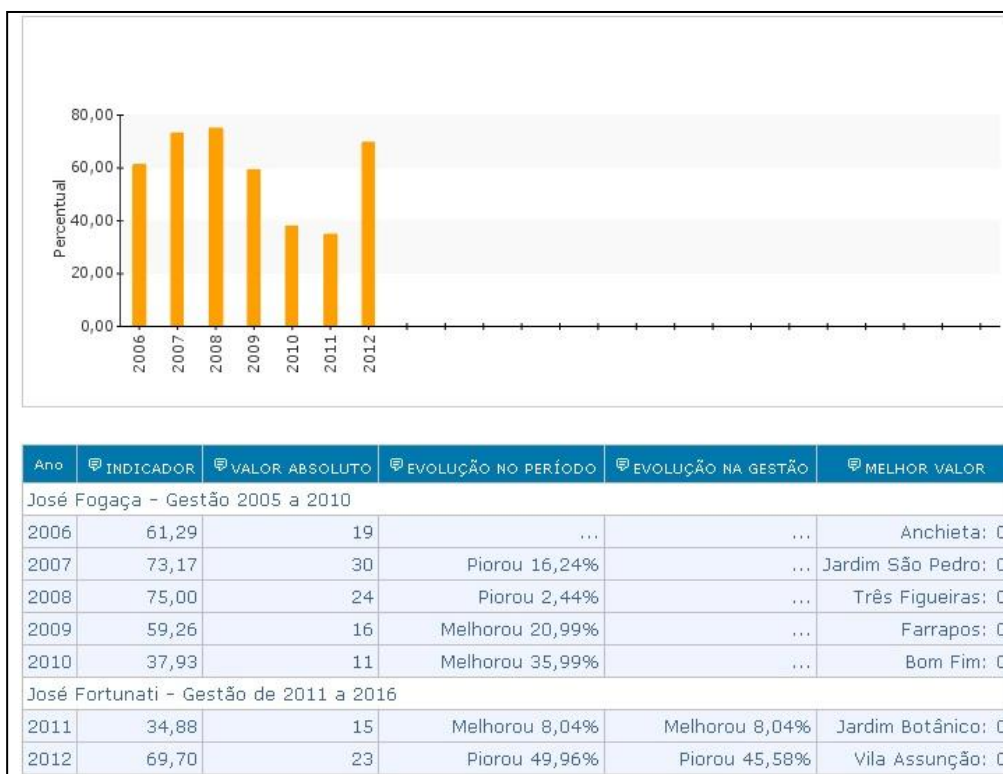
#### 5.4 A GEOGRAFIA DO CRIME NO BAIRRO SANTA TEREZA: A ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.

Os estudos que vinculam as desigualdades sociais aos problemas, como as altas taxas de homicídios com uso de armas de fogo, são alarmantes (Mapa da Violência, 2013). Os crimes letais entre as classes sociais mais pobres e de menor escolaridade dos países latino-americanos tomaram proporções epidêmicas nos últimos 30 anos. No bairro Santa Tereza, essa realidade faz parte do cotidiano dos moradores, os quais convivem com uma sociabilidade violenta. Essa relação com o aumento da criminalidade altera rotinas, ao passo que o crime e o tráfico de drogas ganharam espaço e se territorializam nessas áreas desprivilegiadas no município, principalmente no que diz respeito aos crimes praticados com o uso de armas de fogo. (WILKINSON e PICKETT, 2015).

Nesse sentido, cabe observar novamente o mapa com os valores absolutos e percentuais, entre os anos de 2006 a 2012, referentes aos homicídios de jovens, a fim de reforçar a evolução dos casos de assassinatos especificamente nesse bairro, que seguiu as médias nacionais para o ano de 2012, chegando a 23 homicídios. A fim de facilitar a análise, apresentamos o gráfico 9, considerando que é possível associá-lo à observação dos mapeamentos das figuras 17 e 18. Dessa forma, o gráfico aponta o número de mortes por

homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos no bairro Santa Tereza, entre os anos de 2006-2012 (ObservaPoa, 2015).

Gráfico 9 - Homicídio Juvenil masculino, bairro Santa Tereza (2006 - 2012)

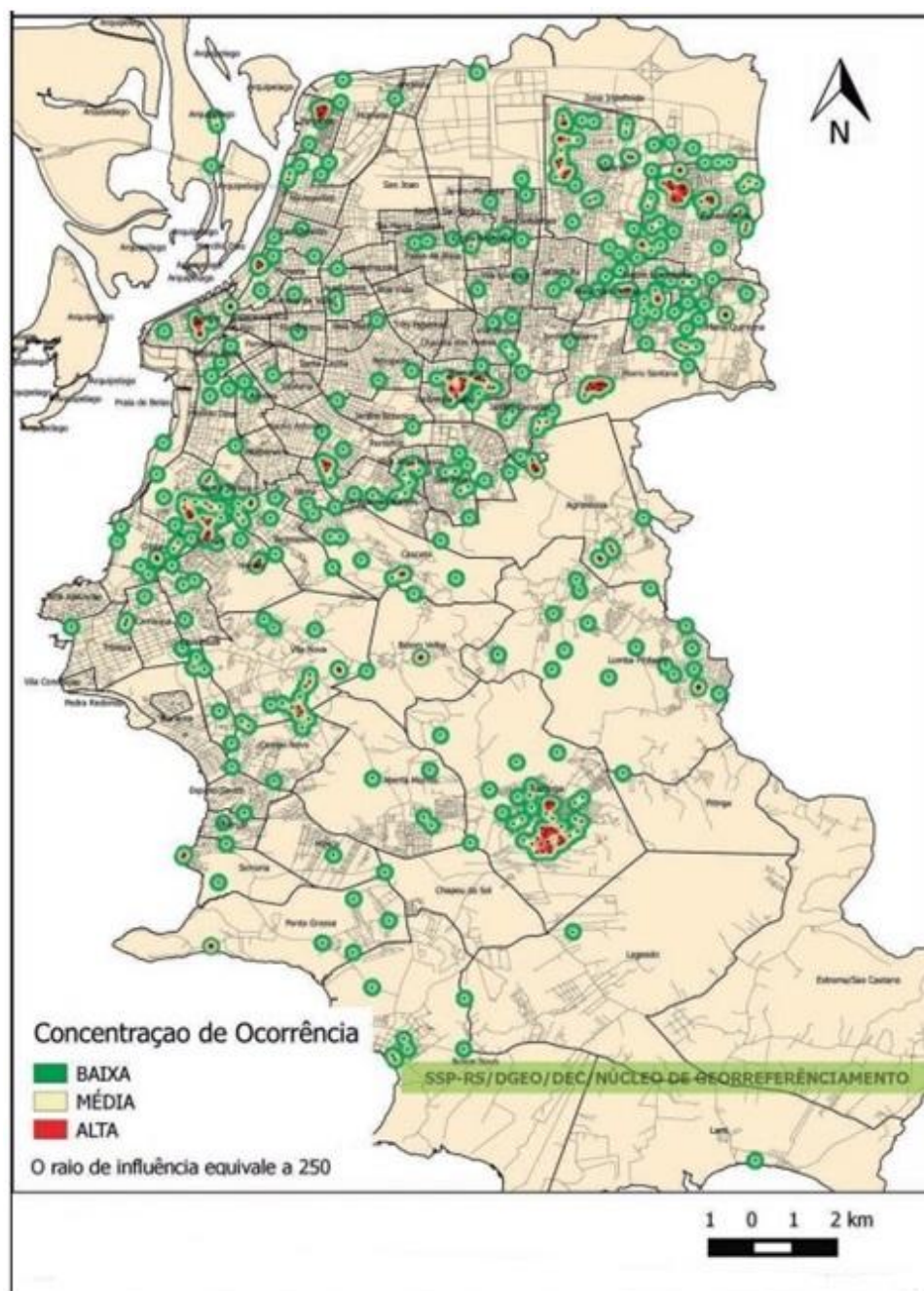


Fonte: SIM (Sistema de Informações de Mortalidade) /SMS (Secretaria Municipal da Saúde).

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Os dados do ObservaPoa são resultado de um levantamento do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) e percebe-se que, mesmo em diferentes gestões públicas, os índices permanecem em elevação com eventuais momentos de redução nas mortes. Nesse sentido, através da figura 17 é possível identificar os “hotspots” dos locais de ocorrência de homicídios no município de Porto Alegre, sendo que o bairro Santa Tereza caracteriza-se como um local de grande incidência de assassinatos de jovens, juntamente com os bairros Rubem Berta e Restinga, quando comparados a outros bairros do entorno no município.

Figura 18 - Mapeamento das ocorrências de homicídio doloso delito consumado em Porto Alegre - 2013<sup>43</sup>.



Fonte: SIP/ PROCERGS, 2014.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

Ao observarmos o mapa apresentado, percebemos que os homicídios dolosos, isto é, com intenção de matar, estão localizados pelos pontos de calor ou *'hot spots'*, representados

<sup>43</sup> Projeção WGS 84. Elaboração: Andressa Portela, Carolina Simões, Julio Puglia, Mateus Viegas. Total de ocorrências mapeadas: 442 (99%).

pelas manchas em vermelho espalhados no território do município. Um dos locais em destaque é o Centro Histórico da cidade. Isso se deve ao fato de a região ser uma área de notória centralidade urbana, ainda que atualmente seja identificado de forma mais ampla como local de transição, e de uso comercial. Dessa forma, no Centro estão situadas as danceterias, as casas noturnas, e muitas vezes no final dos eventos é que ocorrem os crimes letais, seja por ocasião de latrocínio (roubo seguido de morte) seja por brigas e desavenças entre frequentadores e também por crimes envolvendo o tráfico de drogas na região.

Cabe esclarecer que os locais de ocorrências de Crimes Violentos Contra a Pessoa – CVPES estão disseminados no município. Na análise do Mapa de Homicídios de 2013 (Figura 19) verifica-se que os assassinatos concentram-se nas regiões dos bairros Restinga, Santa Teresa, Bom Jesus e Rubem Berta (MAPASEG, 2014). Também é possível perceber, através dos mapeamentos georreferenciados do Mapa de Homicídios (Figura 17) e Tráfico de Drogas (Figura 18) que os delitos de homicídio e tráfico de drogas estão fortemente associados ao fato de que parte das mortes esteja relacionada à disputa entre “gangues” rivais por pontos de tráfico (MAPASEG, 2014).

Lira (2014) trata da distribuição espacial dos crimes de drogas ilícitas, armas e munições em Vitória – ES, identificando a estreita relação entre o tráfico de drogas e os Crimes Violentos contra a Pessoa – CVPES, que são homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal, considerando o homicídio como o principal exponencial da violência. Como o resultado da análise dos *clusters*<sup>44</sup> obtidos dos bairros de maior incidência de CVPES se correlaciona com aqueles de mais altos índices de ocorrências de crimes de tráfico de drogas ilícitas - CTDI, o autor afirma que:

Várias pesquisas ressaltam a associação dos crimes contra a pessoa, em especial de homicídios com os crimes de tráfico de drogas ilícitas como ápice da violência, ou seja, quando esse fenômeno social assume suas características mais aterrorizantes, bárbaras e cruéis: confrontos armados em espaços públicos entre gangues, chacinas, execuções, eliminação de informantes, punições severas aos devedores e outros tipos de atrocidades. (LIRA, 2015, p.109).

Nesse contexto, a criminalidade violenta tende a se espacializar a partir da interação de determinados grupos em diferentes regiões no que tange ao comércio de drogas ilícitas e armas, que se estabelece nesses espaços. Esses estão interconectados a outros espaços, configurando uma rede ininterrupta. O mapa das ocorrências de homicídio doloso consumado

---

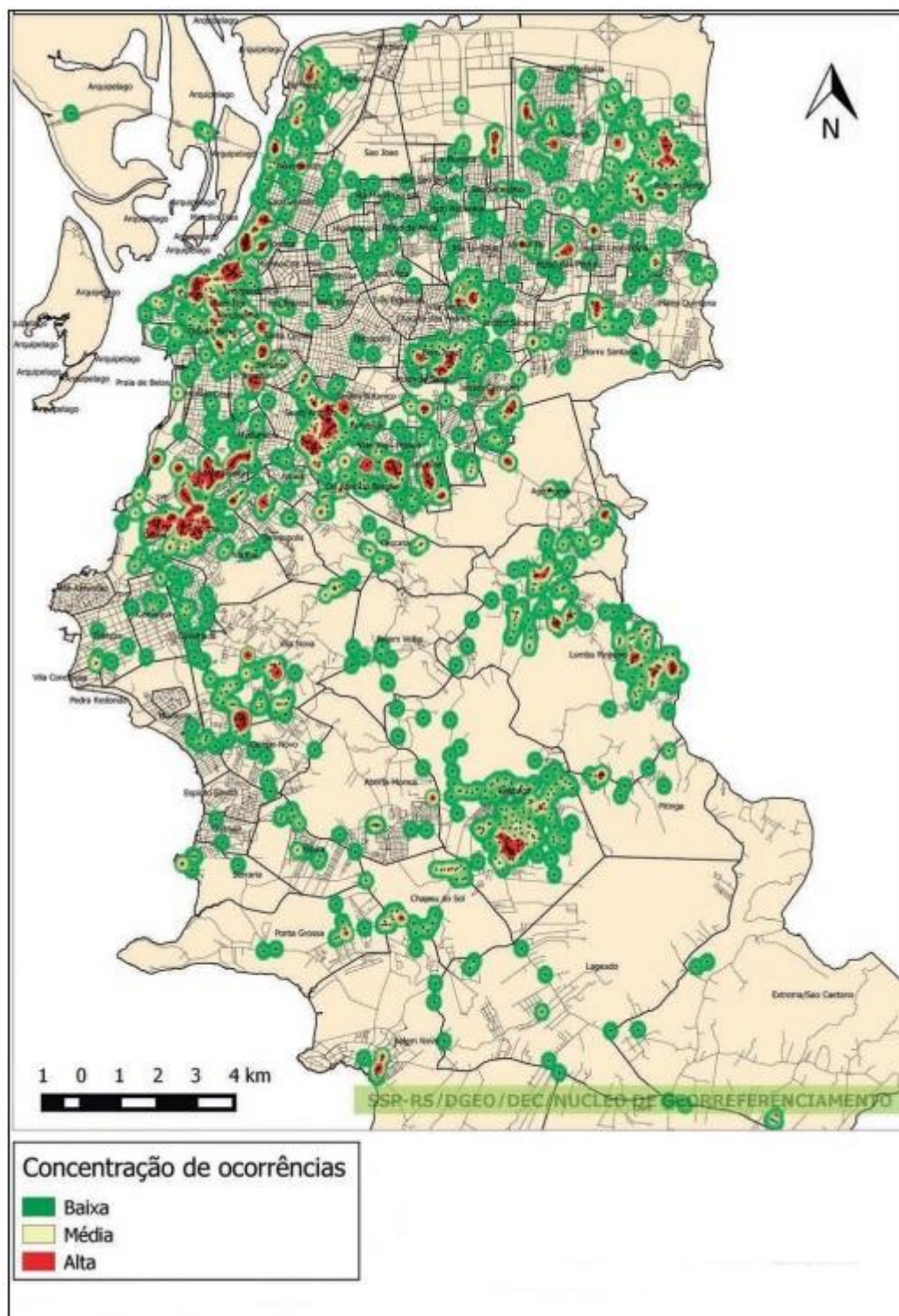
<sup>44</sup> Mapas de concentração foram designados para a representação das variáveis criminais, a partir de dados preexistentes (CIODES, 2008), um dos fatores que viabilizaram a identificação dos *hot spots* (LIRA, 2014, p.37).

em Porto Alegre apresenta características semelhantes aos resultados apontados pelo estudo de Lira, (2014). Daí a validade desta análise, partindo-se do pressuposto de que os homicídios estão diretamente relacionados ao tráfico de drogas na região, também sinalizado pelos trabalhos de Zaluar:

O mais consistente e significativo nexos entre os crimes contra a pessoa, sobretudo, letais e as drogas ilícitas encontra fundamento na ação das quadrilhas do tráfico. As ações violentas, perpetradas pela delinquência organizada, são geralmente promovidas em decorrência das disputas de território que se resumem em estratégias de proteção, controle e ampliação do mercado e subordinados. (ZALUAR, 2004, p. 13).



Figura 19 - Mapeamento das ocorrências de tráfico de drogas em Porto Alegre - 2013.<sup>45</sup>



Fonte: SIP/ PROCERGS, 2014;

Org.: Janaína Teixeira (2015).

<sup>45</sup> O raio de influência equivale a 250 metros. Total de ocorrências mapeadas: 2596 de 3079 (85%).  
Projeção WGS 84. Elaboração: Andressa Portela, Julio Puglia, Mateus Viegas.

Partindo-se do pressuposto de que a desigualdade social contribui grandemente para esses resultados, podemos correlacioná-la às dificuldades que as instituições públicas têm de pôr em prática as políticas de segurança, bem como ao problema de auto-organização das comunidades que convivem nesses espaços favelizados. As disparidades econômicas desencadeiam uma série de dificuldades sociais que resultam em um cenário de desagregação do espaço ocupado – seja esse formal ou informal – que tem como decorrência locais mais inseguros e propícios às ações criminosas. Faz-se necessário apontar que os lugares descritos como violentos são constituídos de uma população composta predominantemente por trabalhadores e famílias de baixa renda, sem relação com o crime organizado.

Ao compararmos os dados de habitação, de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e criminalidade violenta de Porto Alegre e do bairro Santa Tereza, percebemos que existem diferenças significativas entre os bairros, e que essas diferenças determinam as interações sociais, seja na forma como os jovens se relacionam com a escola, o modo como as polícias (Civil e Militar) atuam em determinadas regiões da cidade, especificamente, nos bairros pobres, bem como a forma como os meios de comunicação retratam os locais de moradias das comunidades carentes. Invariavelmente, esses locais são retratados como redutos de criminosos violentos, ou ainda como foco de criminalidade. São fatores que nos levam a refletir sobre a real existência de uma territorialidade do crime e se de fato é possível determinar a geografia da violência no meio urbano.

Ao analisar as ações dos grupos armados que disputam entre si os espaços urbanos desprivilegiados – dada sua fragilidade em termos de segurança, bem como as conseqüências desta forma de ação – concluímos que talvez seja fácil perceber que, em verdade, não existe uma predileção por parte das facções pelos espaços urbanos pobres, ou por seus jovens sem ocupação. Mas sim, que há uma relação de causa e consequência, em que pese a pouca efetividade do Estado ao assegurar a segurança pública aos mais pobres em seus locais de moradia. Dessa forma, outros atores sociais tendem se estabelecer nesses espaços, impondo a lógica do mercado ilegal de entorpecentes. Portanto, as disparidades socioeconômicas e as desigualdades socioespaciais na cidade propiciam a instalação de uma criminalidade violenta, que se estabelece a partir das lacunas, que são as deficiências de ordem pública em promover a igualdade de direitos, e nas omissões do Estado, que têm como consequência uma maior facilidade na propagação das injustiças e da impunidade.

Contudo, não há uma homogeneidade na atuação das facções criminosas que se estabeleceram no bairro Santa Tereza. Observa-se que cada organização opera de forma autônoma, pois alguns detêm o poderio bélico, outros atuam mais fortemente com tráfico de

influências ao estabelecerem relações com o narcotráfico internacional, outros preferem fazer intermediações no tráfico de armas. No entanto, um fator é comum a essas organizações: a violência. Além disso, o comércio ilegal de drogas acarreta uma série de transtornos, como as perseguições policiais, a alta rotatividade de pessoas no interior das comunidades, o medo dos confrontos entre facções rivais, quase sempre imprevisíveis, e os homicídios. Essa situação enfrentada pelos moradores das vilas do bairro Santa Tereza se assemelha com a realidade dos moradores das favelas Rio de Janeiro, descrita por Silva e Leite:

Então, de um lado a violência deflagrada durante as famosas “operações” policiais e sempre presente na arbitrariedade da conduta desses agentes aparece associada a seu caráter quase totalmente imprevisível. De outro lado, quando se trata da violência envolvida nas práticas dos traficantes, com os quais os moradores são obrigados a compartilhar o mesmo território, há muitos relatos de tentativas (bem e malsucedidas) de redução da imprevisibilidade do fluxo da vida local. (SILVA e LEITE, 2007).

Nesse sentido, o uso da força como um princípio para a coordenação na forma de interação social busca imprimir um comportamento com base no pressuposto de que há uma organização social que convive com a organização institucional-legal, a qual atua sobre um grupo por tempo indeterminado. No bairro Santa Tereza, mais especificamente nas áreas de domínio das facções do narcotráfico, aplicam-se os conceitos de criminalização da pobreza e sociabilidade violenta, em virtude de um contexto de desigualdade social que causa a supressão do direito à cidadania para as camadas populares.

Dessa forma, as pessoas que moram nessas áreas urbanas pobres estão muito mais expostas às “balas perdidas” e aos crimes letais do que aquelas que residem nas áreas nobres da cidade. Além disso, evidencia-se um apagamento social das camadas desprivilegiadas, que são justamente as que mais sofrem com a banalização da violência nos aglomerados subnormais do município e conseqüentemente no bairro Santa Tereza.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscou-se territorializar a violência urbana a partir da identificação dos espaços urbanos pobres que foram dominados por facções criminosas em Porto Alegre, mais especificamente em algumas vilas/favelas do bairro Santa Tereza. Esta pesquisa trouxe como resultado a análise populacional, com destaque para as características socioeconômicas e demográficas. Evidencia-se a desigualdade social entre as UDH's e os baixos índices de escolaridade que predominam nas áreas que abrangem os aglomerados subnormais analisados.

No bairro Santa Tereza está localizado um complexo de favelas entre as dezenove UDH's que contribuem para os indicadores mais preocupantes em termos de vulnerabilidade social. As altas taxas de homicídios na região fizeram com que o bairro fosse selecionado pelo governo municipal para a implantação da política pública de combate à violência e criminalidade, denominada *Territórios de Paz*, e que integra o PRONASCI, do governo federal. Contudo, em virtude das trocas de governo, alterações nos cálculos orçamentários para os projetos desta área e cortes nos gastos públicos, os resultados não foram tão positivos quanto o esperado, e a criminalidade e os homicídios voltaram a ocorrer na região, assim como nos outros bairros onde essa política havia sido implantada (Restinga, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta). Conforme veiculado na mídia local<sup>46</sup> no dia 25 de fevereiro de 2016, constatou-se o abandono dos Territórios da Paz no Estado, fato que vem causando reclamações de moradores, uma vez que com a redução do efetivo responsável pelo policiamento ostensivo desses bairros as ações dos traficantes e os conflitos armados se tornaram mais frequentes e violentos, bem como o número de homicídios aumentou e se tornou mais recorrente nesses locais (G1-RBSTV, 2016).

Por meio de pesquisa na Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP-RS), no Departamento Estadual do Narcotráfico (DENARC), nas publicações Mapa da Segurança Pública e Direitos Humanos de Porto Alegre – MAPASEG/2014-2015 da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (CEDECONDH) da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e em jornais locais, foi possível mapear as áreas de atuação das principais organizações criminosas no município de Porto Alegre. Dessa forma, constatou-se que as áreas desprivilegiadas da capital têm preferência no momento da instalação desses grupos armados, devido aos fatores urbanísticos precários, às más condições

---

<sup>46</sup> Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/02/abandono-dos-territorios-da-paz-no-rs-causa-reclamacoes-de-moradores.html>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

socioeconômicas e à facilidade de cooptação de jovens desocupados como mão de obra para o comércio ilegal de drogas. As facções disputam esses espaços para exercer o controle, estabelecendo novas territorialidades, com o uso da violência e da coerção. Conforme também ressalta em seu trabalho Eliane Melara, 2008;

Deve-se salientar que a organização social e espacial urbana também pode, de certa forma, influenciar na produção de violências. A segregação sócio-espacial e a exclusão social são fatores que podem contribuir para a ocorrência de alguns tipos de violência, como é o caso do tráfico de drogas, em que a pobreza torna-se funcional para o seu funcionamento (MELARA, 2008 p. 17).

Constatamos que os crimes de homicídios no bairro seguem as configurações nacionais, em termos de avanço dos assassinatos com uso de arma de fogo e associados ao crime de tráfico de drogas ilícitas. Os números apontam um aumento dos casos de assassinios de jovens negros com baixa escolaridade e predominantemente moradores de áreas urbanas pobres – favelas/vilas – ou de regiões periféricas, alguns com antecedentes criminais (a grande maioria por envolvimento com o tráfico de drogas). Porém, são fortes os indícios de ocorrências em que os jovens foram mortos em razão das circunstâncias da “guerra do tráfico” ou por ter sido “confundidos” com um indivíduo suspeito. Dessa forma, muitos desses casos apresentam elementos de um racismo institucional latente e problemas na obtenção de subsídios investigativos – testemunhas, provas circunstanciais – para esclarecimento dos fatos.

Em relação aos indicadores demográficos, percebemos que, ao longo dos anos, a longevidade vem aumentando, ainda que vagarosamente, entre as famílias de baixa renda. Podemos atribuir esse avanço aos programas de transferência de renda como o Bolsa Família, aos de assistência social, como o SUAS e o PAIF, assim como ao programa Primeira Infância Melhor (PIM), que tem reduzido os índices de mortalidade infantil nos municípios atendidos.

Contudo, um problema persiste nas cidades e regiões metropolitanas, qual seja, o aumento da criminalidade violenta. Apesar das medidas aplicadas para combater a violência, essa tomou proporções preocupantes no meio urbano. Alguns documentos como os Mapas da Violência e os Mapas de Segurança e Direitos Humanos de Porto Alegre (2014), e o Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre (2015) apresentam um panorama da escalada dos homicídios no Brasil. Esses documentos apontam para o aumento expressivo dos assassinatos de jovens negros moradores de áreas urbanas pobres, e os dados devem-se ao envolvimento destes jovens com o trabalho no tráfico e também em virtude de racismo institucional implícito, presentes no bairro Santa Tereza.

Assim, podemos atribuir a escalada criminalidade violenta a todo um processo de desestruturação social e às dificuldades das autoridades de lidar com esse problema. Em verdade, esse cenário contribuiu para a fragmentação social, para a precarização da vida urbana e também para a banalização da violência.

Podemos notar, por meio dos quadros, figuras e gráficos anteriormente apresentados, como estão distribuídas as facções criminosas que controlam os locais de varejo de drogas em Porto Alegre. Podemos inferir que, em virtude das disputas desses territórios, esses grupos estão em grande parte implicados nos Crimes de Tráfico de Drogas Ilícitas – CTDI e nos Crimes Violentos contra a Pessoa – CVPES, ao passo que os Crimes Violentos Contra o Patrimônio – CVPAT no município têm provocado o aumento do *medo real*, isto é, da sensação de insegurança causada pela concretude das situações e pela alta probabilidade de vitimização. Nesse contexto, o *medo real* é diferente do *medo potencial*, já que este último diz respeito à sensação de insegurança distorcida, geralmente deflagrada a partir de especulações e interpretações equivocadas de dados estatísticos (LIRA, 2014, p.131). O autor reforça a ideia de que existe uma relação de interação social que é fortemente influenciada pelos meios de comunicação, contudo também expressa que a violência tornou-se mais evidente, uma vez que deixou de ser vista somente como matéria sensacionalista, mas passou a fazer parte da vida cotidiana das pessoas no meio urbano, à medida que essas têm suas rotinas alteradas por uma sociabilidade violenta.

Concluimos, ao analisar os indicadores que medem o desenvolvimento humano (coeficiente de Gini), juntamente com aqueles disponíveis no IBGE (Censo 2000 e 2010) e no Atlas do Desenvolvimento Humano, que problemas como habitação precária, alta vulnerabilidade social e a má distribuição de renda são acarretados por uma profunda desigualdade social, que tem como consequência mais danosa o aumento da criminalidade. Reforçam esse argumento as considerações de Cano (2001, p.22), que afirma: “Ainda que não sejam sempre convergentes, estudos no Brasil e no exterior apontam para algum tipo de relação entre condição econômica e violência letal, seja através de indicadores de renda ou de algum índice de desigualdade”.

Os gráficos, tabelas e esquemas desenvolvidos pelo Denarc (2014) nos auxiliaram a entender como as organizações criminosas se articulam no município, como estabelecem suas redes de contato, externamente e no interior dos presídios, e de que forma os espaços são ocupados pelo “poder paralelo” dos narcotraficantes. Nesse sentido, a territorialização da criminalidade violenta é possível no momento que se entende como se dão as relações sociais nas metrópoles.

Ao analisarmos os dados populacionais do IBGE dos anos 2000 e de 2010 para a área de estudos em destaque, os índices de IDHs das UDHs e as variações entre as UDHMs (Atlas Brasil, 2013), identificamos um panorama de como as macroestruturas governamentais, os planos de crescimento econômico e de incentivo ao consumo, ainda que involuntariamente, subverteram questões importantes a serem levadas em consideração, tais como: preservação dos direitos sociais, integração da cidade como local de convivência e diversidade, e respeito à dignidade humana. Nesse sentido, essas medidas tiveram a finalidade de promover a satisfação das políticas de ocasião, ao “toma lá, dá cá”.

Podemos destacar que uma das conclusões deste trabalho é que a causa da criminalidade violenta não é exclusivamente a pobreza, mas sim uma série de fatores que, conjugados, contribuem para uma profunda desigualdade social e segregação do espaço urbano. Esses fatores vão desde a precariedade das instituições de ensino público, que atendem à grande maioria da população de baixa renda, até as dificuldades de acesso aos direitos civis, devido ao abismo econômico e cultural entre os ricos e os pobres. Tal disparidade nega a cidadania aos denominados “excluídos sociais”, ainda que eles, enquanto cidadãos sejam obrigados a exercer o direito/dever do voto que sustenta o modelo democrático brasileiro. Dessa forma, essa população é relegada à condição de habitante de segunda classe nas cidades, as quais estão cada vez mais loteadas pelo mercado imobiliário.

No início deste trabalho, havia certa resistência à legalização das drogas, em parte por não acreditarmos na eficácia de regularizar-se algo tão destrutivo e prejudicial à vida como a cocaína, a maconha e as substâncias sintéticas (anfetaminas), como o êxtase, por exemplo. Acreditava-se que, se as drogas fossem descriminalizadas, no contexto atual elas trariam mais prejuízos do que benefícios para a população como um todo. Todavia, com base nos argumentos apresentados por Saviano (2014) identificamos que muito mais nefasto que o uso de entorpecentes ilícitos é o tráfico de drogas, o qual, em nome da alta lucratividade, acarreta violência urbana e muitas mortes, devido aos conflitos e disputas por mercados e territórios.

Cabe destacar também que a desigualdade gera maior instabilidade social e, por consequência, interações mais desarmônicas e conflituosas. Assim, a criminalidade violenta surge no momento em que ocorrem rupturas nas relações, como perda da confiança na vizinhança e no governo e o autoisolamento. Esse processo induz uma forma de reverberação (essa desarmonia) no espaço social, que atua como o substrato das transformações geopolíticas, econômicas e sociológicas, de maneira que, quanto mais desiguais se apresentam as configurações desse espaço, mais conflitos e tensões se fazem presentes nele, até que um novo elemento possa reestruturar essa dinâmica, no sentido de reverter esse processo. Nesse

sentido, o que poderia frear esse cenário caótico ou ao menos minimizá-lo seria uma política pública de longo prazo ou uma ação popular integrada às redes de planejamento e gestão urbanas municipais e estaduais, uma vez que a criminalidade violenta se nutre da desigualdade, e vice-versa, e o cerne das sociedades desiguais está no individualismo, no desejo de levar vantagem sobre os demais e na ambição pelo poder (entenda-se como o domínio sobre os recursos humanos, controle dos recursos financeiros, e posse do território). Dessa forma, a geografia da criminalidade violenta não nos permite distinguir espaços seguros de espaços inseguros, mas sim denota um contexto social fragmentado pela condição de segregação do espaço, pelo uso indevido do que é público e pelo esgarçamento do tecido sócio espacial em virtude de uma sociabilidade violenta que extrapola limites territoriais.

Identificamos, por meio dos dados, que existe uma série de relações entre os elementos discutidos ao longo desta pesquisa. Os problemas identificados no bairro Santa Tereza são complexos, pois envolvem temas como a segregação social, a violência urbana e a criminalização da pobreza. Esse conjunto de relações socioespaciais acaba por desdobrar-se em substratos dos conflitos à medida que outros atores sociais o reestruturam para atender a interesses privados em detrimento da coletividade. Entre esses setores está o imobiliário, por exemplo, que se retroalimenta da fragmentação socioespacial e do medo potencial, que é aquele insuflado pela mídia, a qual se utiliza de artifícios sensacionalistas ao abordar os problemas sociais, como a falta de segurança pública nas regiões periféricas da cidade. Notamos que esse contexto contribui para o desequilíbrio socioambiental e para a ampliação dos espaços segregados em Porto Alegre, como também em outros municípios. Além disso, a partir desses fatos, percebemos que a criminalidade violenta nas cidades tornou-se um problema de difícil solução, uma vez que está correlacionada a um profundo processo de desigualdade social, que implica todos.

Sociedades mais desiguais tendem a apresentar mais problemas relacionados à violência urbana, abuso de drogas ilícitas, gravidez na adolescência e crianças com problemas psicológicos (WILKINSON e PICKETT, 2015). O abuso de drogas é paradigmático, pois reflete a insatisfação (inadequação aos parâmetros impostos por uma sociedade de apelo exacerbado ao consumismo) com o cotidiano, com a sociedade na qual está inserido. Logo a sociedade deveria enfrentar que as pessoas que sofrem de abuso de drogas merecem atenção médica e tratamento adequado, mas, sobretudo, a desigualdade social reduzida tornaria a vida mais qualificada em termos psicossociais.

A percepção do que é dito e do vivido como a imagem do criminoso chega à sociedade que o produz (in) voluntariamente, por meio da alienação e dos processos de invisibilização

dos excluídos, como a silenciar corpos indesejados em virtude da sua condição social. O problema maior das sociedades fortemente desiguais não é necessariamente a presença de uma parcela de criminosos que pratica delitos, os mais cruéis e inescrupulosos, mas sim a grande maioria que se omite e mantém-se impassível diante de tais abusos e violações contra seus semelhantes.

Gostaria de finalizar esse trabalho de forma otimista, mas após tantas leituras e algumas constatações, penso no questionamento de uma colega e amiga dirigido a mim: “Como você, morando onde mora e escrevendo sobre violência e criminalidade, não entra em depressão?” Eu respondi: “Escrevo como forma de entender esses processos e interpretá-los...é como uma catarse, do contrário, seria impossível continuar vivendo.” Certamente o meu orientador me aconselharia a tornar essa transcrição menos intimista, mas o que não faz parte de algo que se desenhou no âmago de um problema interno e anterior à escrita? As considerações finais jamais se encerram em si mesmas, visto que as inquietações seguem à espreita.

Sabe-se que a violência urbana está disseminada, contudo os que sofrem esse processo de fragmentação da rotina (que é a quebra da normalidade pelo crime violento) não são aqueles que elaboram essa ordem social, a grande maioria se sujeita a essa realidade, corroborando esse contexto sociológico como forma de se reorganizar e compreender uma rotina cotidiana fragmentada. As pessoas aprendem a driblar a sensação do medo e do risco do perigo, logo constituem uma participação subordinada na complexa realidade que forma a fragmentação da rotina devido à violência urbana. Ou seja, as pessoas acabam se sujeitando a esse descompasso entre a sociabilidade violenta e a não violenta, no sentido de dar continuidade as suas vidas. Existe uma conformação da sociedade brasileira a realidades que se interpenetram, visto que essas sociabilidades destoantes, marcadas pela criminalidade violenta, provêm de uma articulação de ordem social, não individualizada.

Com o intuito de reverter esse processo, são relevantes os estudos que fazem referência aos dados sobre homicídios por armas de fogo no último ano, bem como as perspectivas para a próxima década. Dessa forma, poderemos antever de que modo as políticas podem ser aperfeiçoadas para minimizar o problema das taxas de mortalidade. Uma proposta interessante é o trabalho *Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo* de Ferreira e Marcial (2015), o qual aponta uma seleção de alternativas para os problemas da cidade, entre eles a violência, mais especificamente. É uma obra corajosa que ‘vai na contra-mão’ das pesquisas com temáticas fatalistas e de pessimismo imobilizante.

Para concluir, entendemos que os pobres são os que mais sofrem com a violência urbana e com a criminalidade violenta, uma vez que estão em condições de vulnerabilidade e sob constante pressão social. A relativização de direitos e o frágil acesso aos bens e serviços públicos, como saúde, segurança, educação, trabalho e habitação, coloca as camadas desprivilegiadas à margem das medidas de proteção do Estado, o que fatalmente impõe aos hipossuficientes as piores moradias e os locais mais propensos às situações de violência e de criminalidade, dado o aprofundamento da desigualdade social que prejudica fortemente aqueles que mais dependem da assistência do poder público.

Como sugestão para pesquisas futuras, podemos destacar alguns questionamentos que nos acompanharam ao longo da elaboração deste trabalho, entre eles: Quais as formas de produzir a cidade da inclusão social? Como se assegura a sustentabilidade ambiental no meio urbano? E ainda, por que as políticas públicas que deveriam garantir a integridade física e moral dos seus cidadãos apresentam-se tão fragilizadas, ao passo que o clamor social pela militarização das polícias só faz aumentar, inclusive com apoio das mídias e de parte da classe política? A pesquisa nos auxilia a entender que os assuntos violência, segurança pública e espaço social são complexos, estão interligados e envolvem interesses distintos entre os diferentes atores sociais que atuam em sociedade, imprimindo mudanças irreversíveis no espaço.

## REFERÊNCIAS

A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA - Relatório Sobre as Causas Econômicas, Sociais e Culturais da Tortura e de Outras formas de violência no Brasil. 2009. Disponível em: <[http://www.omct.org/files/2010/10/20938/addressing\\_the\\_criminalisation\\_of\\_poverty\\_brazil\\_por.pdf](http://www.omct.org/files/2010/10/20938/addressing_the_criminalisation_of_poverty_brazil_por.pdf)> Acesso em: 22 out. 2015.

A ESTÉTICA da violência reflete a guerra urbana. Zero Hora, Porto Alegre, 11 novembro 2007. Disponível em: <[http://cp.eceme.ensino.eb.br/docs/informativos/Brasil-EspacosRuraisEUrbanos/Violencia\\_Guerra\\_Urbana.pdf](http://cp.eceme.ensino.eb.br/docs/informativos/Brasil-EspacosRuraisEUrbanos/Violencia_Guerra_Urbana.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2015.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, 1996.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos; RODRIGUES, Geisa de Assis. Estado Democrático de Direito: conceito, história e contemporaneidade. In: BENÍCIO, Sérgio Gonini (Org.). **Temas de Dissertação nos Concursos da Magistratura Federal**. São Paulo: Editora Federal, 2006, v.1, p. 97-113.

AVELLAR NETTO, Ana Luíza N.. Antecedentes penais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 42, jun. 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/958/antecedentes-penais>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

AZEVEDO, Gustavo; COSTA, José Luís. Conheça as áreas de Porto Alegre onde o tráfico impõe regras. Tráfico impõe um cotidiano de medo e silêncio para milhares de pessoas em vilas da Capital. **Zero Hora**, Porto Alegre, 01 dezembro 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/12/conheca-as-areas-de-porto-alegre-onde-o-traffic-impoe-regras-3127163.html>> Acesso em: 28. out. 2015.

BARROCAL, André. A taça de assassinatos é nossa - Nenhum país registra tantos homicídios quanto o Brasil. **Carta Capital**. São Paulo: Editora Confiança, ano XX, 25 jun. 2014.

BARRUCHO, L.G. 'Chacinas revelam anestesia moral', diz sociólogo. **BBC Brasil**, 22 agosto 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820\\_entrevista\\_serio\\_adorno\\_chacina\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150820_entrevista_serio_adorno_chacina_lgb)> Acesso em: 19 out. 2015.

BAVA, Silvio Caccia. Violência e controle social. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 6, n. 71, jun. 2013. Disponível em: <[http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_anteriores\\_det.php?edicao=71](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_anteriores_det.php?edicao=71)> Acesso em: 16 out. 2014.

BENITES, Afonso. Brasil, um país sem uma política de segurança Pública. **El País**, São Paulo, 25 agosto 2014. Disponível em:



<[http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/26/politica/1409006289\\_962975.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/26/politica/1409006289_962975.html)> Acesso em: 6 nov. 2015.

BONETTO, H. **As Percepções topofílicas/topofóbicas das lideranças comunitárias do bairro Restinga antes e depois da implementação do orçamento participativo.** 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2013.

BRASIL. **PRONASCI.** Definição. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/PRONASCI.pdf>> Acesso em: 30 dez. de 2015.

BRASIL. **SIGLAS UDH Brasileiro.** Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:~\\_75vQFJVA0J:hedibert.org/wp-content/uploads/2015/03/IDHM-Brasileiro-siglas.xlsx+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:~_75vQFJVA0J:hedibert.org/wp-content/uploads/2015/03/IDHM-Brasileiro-siglas.xlsx+&cd=8&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 11 nov. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo, Edusp, 2000.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil.** Rio de Janeiro: 7letras, 2001.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

COSTA, L. Territórios de Paz ainda não modificaram cenário de violência e número de mortes. Ao contrário da estatística estadual, homicídios seguem aumentando em bairros com o programa. **Zero Hora,** Porto Alegre, 16 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/02/territorios-de-paz-ainda-nao-modificaram-cenario-de-violencia-e-numero-de-mortes-4420004.html>> Acesso em: 30 set 2015.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira. **Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Brasília, IPEA, 2015. Disponível em: <[http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_ivs\\_rm.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs_rm.pdf)> Acesso em: 04 jan. 2016.

DELMANTO, Celso et. al. **Código Penal Comentado.** 4.ed. São Paulo: Renovar, 1998.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. **As regras do método sociológico.** Émile Durkheim; (1895). Tradução Paulo Neves. Revisão de tradução Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FASC/PMPA. **Observatório Segurança Pública/GGIMPOA.** Elaboração própria. Disponível em: <[dadosggim\\_-\\_territorios\\_de\\_paz.ppt](#)> Acesso em: 15 ago. 2015.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, Maria Rosa Castilhos; RIZZOTTI, Maria Luiza. **Curso de introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios socioassistenciais do SUAS e implementações de ações do Plano Brasil Sem Miséria**. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202015%20-%20MDS%20Servicos%20\[MAR%2015\].pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202015%20-%20MDS%20Servicos%20[MAR%2015].pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

FERREIRA, I. C. B., PENNA, N. A., Território da Violência: Um olhar Geográfico sobre a Violência Urbana. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/21.pdf>>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

FERREIRA, J., M., J. A Geografia da criminalidade. **Revista Trunfos de uma Geografia Activa**. Desenvolvimento local, ambiental, ordenamento e tecnologia. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

FINAMOR, Júlia. Taxa de homicídios de adolescentes cresce 90% em Porto Alegre. **Gaúcha Online**, Porto Alegre, 30 junho de 2015. Disponível em: <<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/taxa-de-homicidios-de-adolescentes-cresce-90-em-porto-alegre-141459.html>> Acesso em: 09 nov. 2015.

FONSECA, Anderson Lobo da. A força da palavra repressiva. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 01 abril 2015. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1859>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: Guia Histórico**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 1992. p. 370.

FURTADO, G. G. **A relação entre homicídio e tráfico de drogas nas denúncias oferecidas na 1ª vara do tribunal do júri de Porto Alegre/RS**. Disponível em: <[http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014\\_1/giulia\\_furtado.pdf](http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_1/giulia_furtado.pdf)> Acesso em: 19 out. 2015.

GEIGER, Paulo, 1935 - A nova ortografia sem mistério [recurso eletrônico]: do ensino fundamental ao uso profissional / Paulo Geiger, Renata de Cássia Menezes da Silva. - Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

GINI, Corrado. **Índice de Gini**. Disponível em: <<http://desigualdade-social.info/indice-de-gini.html>>. Acesso em: 14 de set. 2015.

GOMES, R. C. **Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento**. Disponível em: <[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/prevenir\\_crime\\_organizado\\_inteligencia.pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/prevenir_crime_organizado_inteligencia.pdf)> Acesso em: 30 dez. 2015.

GRIEVE, J. 10 Razões para legalizar as drogas. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=2>> Acesso em: 23 nov. 2015.

HAAG, Carlos. **A Justiça da impunidade**. Ineficiência da polícia e do Judiciário quebra nas instituições democráticas. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2013/07/12/a-justica-da-impunidade/>> Acesso em: 19 out. 2015.

HAESBAERT, R. E Foucault continua provocando os geógrafos... Resenha de FOUCAULT, M. Segurança, Território, População. In: OLIVEIRA, M. et al. (org.) **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/Labes08/Downloads/241-932-1-PB.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2015.

HAJE, Lara; DOEDERLEIN, Natalia. Projeto do auto de resistência está pronto para ser votado na Câmara. **Câmara Notícias**, 05 dezembro 2014. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/478917-PROJETO-DO-AUTO-DE-RESISTENCIA-ESTA-PRONTO-PARA-SER-VOTADO-NA-CAMARA.html>> Acesso em: 26 nov. 2015.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2010 - Aglomerados subnormais - Informações territoriais**. Rio de Janeiro, 2010, p.1-251. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd\\_2010\\_agsn\\_if.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agsn_if.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2016.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Textos Editores, 2010.

INSTITUTO FIDEDIGNA. **Balanco das Estatísticas Criminais no Rio Grande do Sul (2009 - 2014)**. Disponível em: <<https://magic.piktochart.com/embed/4231086-estatisticas-criminais-rs>>. Acesso em: 23 out. 2015.

JORDÃO, Rogério. (CEERT) Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. Notícias Brasil trata violência contra jovens negros como "parte da paisagem". Disponível em: <<http://www.ceert.org.br/noticias/6183/brasil-trata-violencia-contra-jovens-negros-como-parte-da-paisagem>> Acesso em: 25 de set. 2015.

KOPTTIKE, A. BASSANI, F. **Mapa da segurança pública e direitos humanos de Porto Alegre – RS**. Porto Alegre: Editora Bestiário, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFGM, 1999 (2011).

LIMA, Aldo Corrêa. **Da imputabilidade penal**. Disponível em: <<https://aldoadv.wordpress.com/2009/12/13/da-imputabilidade-penal/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

LIMA, Renato Sérgio de. (Org.) **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, ano 8 (2014). Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2014\\_20150309.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2014_20150309.pdf)> Acesso em: 05 nov. 2015.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. Vitória: Gráfica e Editora GSA, 2014.

MACHADO, D. S., L. A. Violência urbana, segurança pública e favelas - o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), v. 23, p. 283-300, 2010.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, 17 (48), 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELARA, Eliane. **A dinâmica da violência no espaço urbano de Santa Maria - RS**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2008.

MENDES, R. B. **A interiorização da violência**, 2011. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-interiorizacao-da-violencia-0>>. Acesso em: 02 mar. de 2016.

MESQUITA, P. Políticas Municipais de Segurança Cidadã: Problemas e Soluções. **Análises e Propostas**, n 33. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, M. **"Autos de resistência"**: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). 2011. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/PesquisaAutoResistencia.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2006.

MONTEIRO, R. de A. A pacificação e suas tramas Conflitos em torno da construção de normas sociais em duas favelas cariocas. **Revista Sistema Penal & Violência**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 128, jul.-dez. 2015.

MORETTI, Ximena. **"Ninis" são recrutados pelo crime organizado na América Latina**. **Diálogo Revista Militar Digital**. Disponível em: <[http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/regional\\_news/2013/10/11/menores-reclutados](http://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/regional_news/2013/10/11/menores-reclutados)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

MUGGAH, R. C., D. **Conjuntura Criminal: Dados e Pesquisas sobre Crime e Violência**. 2014. Disponível em: <<https://conjunturacriminal.wordpress.com/tag/homicidios-em-sao-paulo/>> Acesso em: 15 out. de 2015.

OLIVEIRA, A. **Tráfico de drogas, crime organizado, atores estatais e mercado consumidor: uma integração muito mais perversa** [Resenha]. ZALUAR, Alba. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/042/42res\\_oliveira.htm](http://www.espacoacademico.com.br/042/42res_oliveira.htm)>. Acesso em: 29 jan. 2016.

OLIVEIRA, C. A. de. Análise espacial da criminalidade no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3 (ano 32), p. 35-60, set./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/economia/article/view/13824/9315>>. Acesso em: 26 out. de 2015.

ONU. **2015 – 2024 Década Internacional de Afrodescendentes**. Disponível em: <<http://www.decada-afro-onu.org/>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PELLEGRINI, Marcelo. Sob lei espanhola, 69% dos presos por tráfico no Brasil estariam livres. **Carta Capital**, 24 julho 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/sob-a-lei-espanhola-69-dos-presos-por-trafico-no-brasil-estariam-livres-3087.html>>. Acesso em: 27 out. 2015.

PERLMAN, J. E. Marginalidade: Do Mito a Realidade nas Favelas do Rio de Janeiro 1969-2002. **X Encontro Nacional da Anpur**, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Labes08/Downloads/1934-3825-1-SM.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

PERLMAN, J. E. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2002.

RELATÓRIO ANUAL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO FATAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CET. (2014) Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/395294/relatorioanualacidentesfatais2014.pdf>>. Acesso em: 30 set. de 2015.

RODRIGUES, Thiago. Tráfico, guerras e despenalização. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 26. Ano 2009. Disponível em: <[http://www.diplomatique.org.br/edicoes\\_antteriores\\_det.php?edicao=2](http://www.diplomatique.org.br/edicoes_antteriores_det.php?edicao=2)>. Acesso em: 10 out. 2015.

SABOYA, R. Segregação Espacial Urbana. **Urbanidades - Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores**. 2009. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SALAZAR, Hugo. “Ninis”, 22% de jóvenes en América Latina: Cepal. **El Economista**, 14 outubro 2015. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/economia-global/2015/10/14/ninis-22-jovenes-america-latina-cepala>> Acesso em: 16 nov. 2015.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, R. D. Mapa social dos homicídios em Porto Alegre: Análise e georeferenciamento dos registros de ocorrências da polícia civil entre 2002 e 2006. 2008. 1f. **Salão de Iniciação Científica** (20: 2008 out. 20-24 : UFRGS, Porto Alegre, RS).

SARRES, C. Brasil é o sétimo colocado no mundo em casos de homicídios. **Agência Brasil**, 18 julho 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/brasil-e-setimo-colocado-no-mundo-em-casos-de-homicidios>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

SAVIANO, Roberto. **Zero zero zero**. Tradução Frederico Carotti et al. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SILVA, J. de S. **Violência nas comunidades. Até quando?** As crianças e os adolescentes são as principais vítimas da violência comunitária, fenômeno que adquire um impacto cada vez mais dramático em especial nos grandes centros urbanos. Disponível em: <file:///D:/Ateh.%20quando.JailsonSouza.pdf >. Acesso em: 09 Nov 2015.

SILVA, L. A. M. da. As UPP's, as favelas e a sociabilidade no Rio de Janeiro atual. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GARCÍA-ACOSTA, Virgínia. (Orgs.). **Margens da Violência - Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro**. Brasília: ABA, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Labes08/Downloads/Margens\_da\_Violencia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

SILVA, Luiz Antônio Machado da.; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545-591, set./dez. 2007.

SOARES, A. M. de C. Composição da sociabilidade violenta no Brasil. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 14, n. 1, p. 175-190, jan./jun. 2014.

SOARES, L. E. **Como seria o mundo se as drogas fossem legalizadas?** Disponível em: <<http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=208&msg=Como%20seria%20o%20mun%20do%20se%20as%20drogas%20fossem%20legalizadas?>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SOUZA, M. J. N., COMPANS, R. Espaços Urbanos Seguros – a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, maio 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de, **Fobópole - O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368p.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

SPOSITO, M. E. B. A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2003, vol. VII, núm. 146(045). Disponível em: <[http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(045\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(045).htm)> Acesso em: 20 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas**, n. 54, p.114-139, ago 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A. et al. (Orgs.) **Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 13-34.

TEIXEIRA, J. R. **Processo de Favelização e Impactos Ambientais na Zona Sul de Porto Alegre: Caso da Vila Mato Grosso**. 2010. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, 2010.

TORRES, E. Guerra do tráfico atinge 32 bairros de Porto Alegre. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 06 junho 2015. Disponível em: <<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2015/06/guerra-do-traffic-atinge-32-bairros-de-porto-alegre-4775757.html>>. Acesso em: 19 set. 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. Disponível em: <<http://territoryspacepower.blogspot.com.br/2011/10/dica-de-leitura-ii-topofilia-1980.html>> Acesso em: 20 out. de 2015.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

VELHO, Gilberto. O desafio da violência. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 14, p. 56-60, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Instituto Sangari 1. ed. São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2014**. Os jovens do Brasil. FLACSO BRASIL. (versão preliminar). Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2015: Mortes matadas por arma de fogo**. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência**. Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. Rio de Janeiro - RJ. FLACSO, 2015 (versão preliminar). Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015\\_adolescentes.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015_adolescentes.pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2013**. Homicídios e Juventude no Brasil. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)> Acesso em: 20 out. 2015.

WILKINSON, R. PICKETT, K. **O Nível** - Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

WINOGRON, A. K. Segurança: chamem a força local. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 janeiro 2016. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/noticia/2016/01/alberto-kopittke-winogron-seguranca-chamem-a-forca-local-4955418.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

ZALUAR, A. Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 55, n. 2, 2012, p. 327-365. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n2/a03v55n2.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.

\_\_\_\_\_. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ZALUAR, A.; LEAL, C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n. 45, p. 145-164, 2001.

#### Referências consultadas

BARREIROS, M. **Conceituações** - Equipamentos Urbanos e Comunitários. Dissertação de Mestrado. [trecho] Disponível em: <[http://barreiros.arq.br/textos/conceito\\_equipamentos.pdf](http://barreiros.arq.br/textos/conceito_equipamentos.pdf)> Acesso: em 04 jan. 2016.

BORDIN, Marcelo. **Geografia do crime em Curitiba: a produção de espaços segregados pela violência**. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2007.

CALVINO, Ítalo. **As Cidades Invisíveis**. Rio de Janeiro: O Globo/São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CERQUEIRA, Daniel, et. al. **Nota técnica - Atlas da Violência 2016**. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/IPEA, 2016.

CLAVAL, P. Terra dos homens: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, H. R. S., MARCIAL, E. C. **Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

GEHLEN, I.; SILVA, M. B.; SANTOS, S. R. dos. **Diversidade e proteção social: estudos quanti-qualitativos das Populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remanescentes de quilombos**. Porto Alegre: Century, 2008.

KOPTTIKE, A. MELCHIONNA, F. **Mapa dos Direitos Humanos, do Direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015** – RS. Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana (Cedecondh). Porto Alegre: Editora Bestiário, 2015.



LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringheli de. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MASSEY, D. **Pelo espaço**. Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

MICHEL, M. **Violência, crime e corrupção: conceitos exíguos, objeto pleno**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche (Orgs). **Conflitos Sociais e Perspectivas da Paz**, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 25-42.

MILENA, Lilian. Estudo indica interiorização da violência no país. **Brasilianas.org**. Disponível em: <<http://advivo.com.br/materia-artigo/estudo-indica-interiorizacao-da-violencia-no-pais>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible spaces**. dl: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.

PAULA, Max Ernani Borges de. (Orgs.). **Relatório anual de acidentes de trânsito fatais no município de São Paulo - CET**. Disponível em: <<http://www.cetsp.com.br/media/395294/relatorioanualacidentesfatais2014.pdf>> Acesso em: 30 set. 2015.

PERES, M. F. T. Homicídios, risco e vulnerabilidade: para uma discussão da dinâmica da vitimização por homicídios. In: DA CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 9(1), p. 43-52, maio de 1997.

RIO DE JANEIRO. **UPP. Unidade de Polícia Pacificadora** - Governo do Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <[http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_upp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp. 2008.

SECRETI, T. **Distribuição dos homicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007: contexto sócio-espacial e fatores determinantes**. 2009. 80f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) - Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Faculdade de Medicina - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

**SEM PENA**. Eugenio Puppó. Documentário. Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) e a Heco Produções. Brasília, 2014 (83 min.), color.

SILVA, J. S. de.; URANI, A. **Crianças no Narcotráfico, um Diagnóstico Rápido**. Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: OIT,

2002. Disponível em:  
<[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/criancas\\_no\\_narcotrafico\\_334.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/criancas_no_narcotrafico_334.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2015.

SOARES, Luis Eduardo. **Meu casaco de general** - Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

TORRES, Eduardo; DORNELLES, Renato. Região Metropolitana - 6.408 Vidas Perdidas 2011-2015. **Diário Gaúcho**, Porto Alegre, 20 mai. 2016, p.1-8.

VERONA, Juliana Augusta. **Geografia do crime e contribuição ao planejamento sócio-espacial do município de Jundiá - SP**. 2006. 154 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104323>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **A Delimitação Territorial do Processo Urbano**. São Paulo, 1997. Disponível em: <[http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01\\_a\\_p2.html](http://www.flaviovillaca.arq.br/artigos01_a_p2.html) >. Acesso em: 10 jun. 2016.

ZANOTELLI, Cláudio. O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In CAMACHO, Thimoteo (org.). **Ensaio sobre violência**. Vitória - ES: Edufes, 2003, pp. 237-260.

ZANOTELLI, Cláudio; RAIZER, Eugênia; VALADÃO, Vanda (orgs.). **Violência e contemporaneidade: dimensões das pesquisas e impactos sociais**. Vitória - ES: Grafita Gráfica / Editora NEVI, 2007.

ZANOTELLI, Cláudio et al. **Atlas da Criminalidade Violenta da Grande Vitória - ES 1993-2003**. Vitória - ES: Departamento de Geografia - UFES, 2005.

#### Sites:

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://www.ibge.gov.br/>>.

Mapa da Violência. <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>.

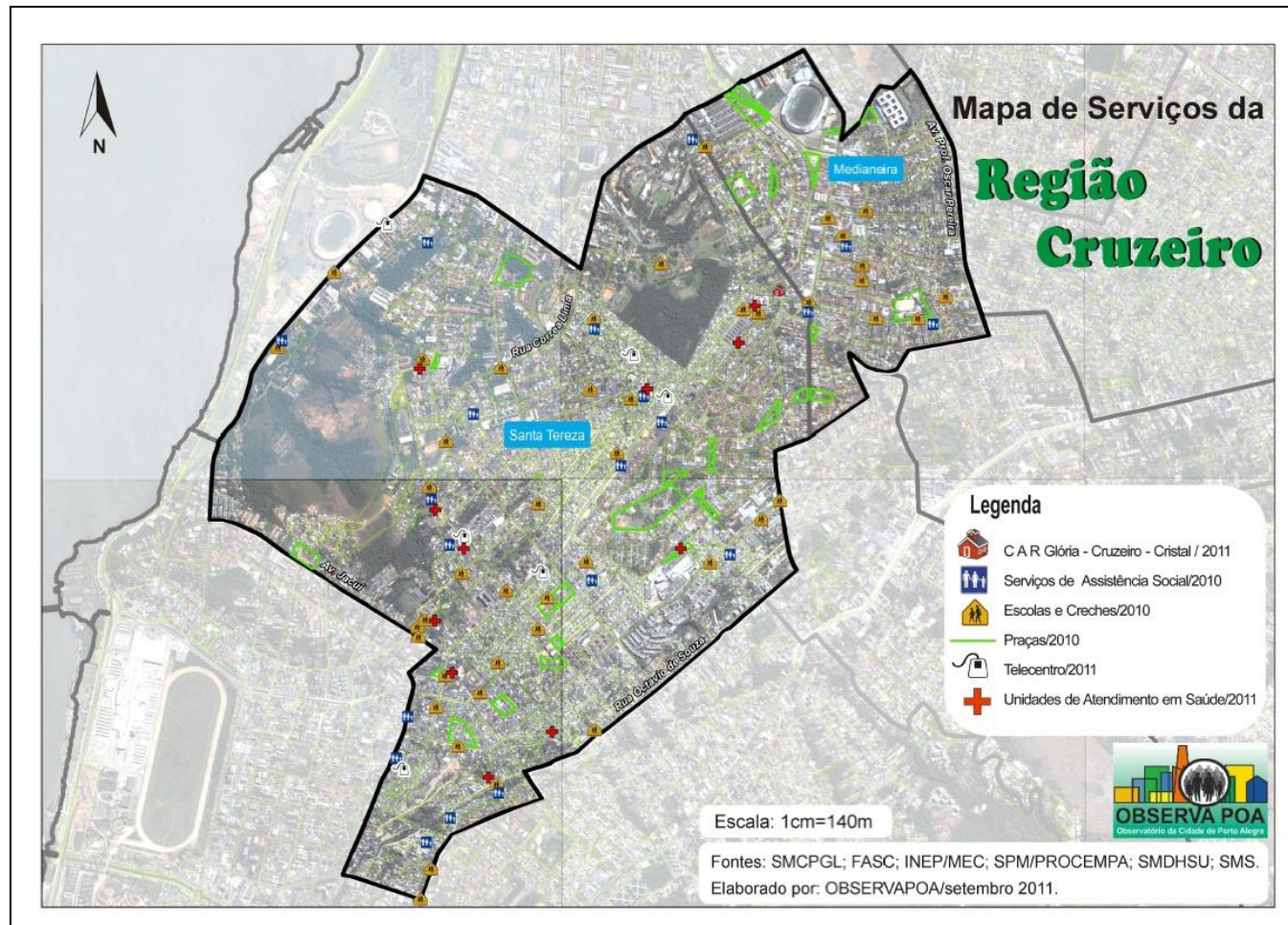
Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA): <<http://www.observapoa.com.br/default.php>>.

Porto Alegre/RS - Onde Fui Roubado. <<http://www.ondefuiroubado.com.br/porto-alegre/RS>>.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/>>.

## ANEXOS

## ANEXO 1 - MAPA DOS SERVIÇOS POR REGIÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO (OBSERVAPOA, 2011)



Fonte: < [http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observapoa\\_2011/usu\\_doc/10\\_-\\_regiao\\_cruzeiro.pdf](http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observapoa_2011/usu_doc/10_-_regiao_cruzeiro.pdf) >. Acesso em: 07 dez. 2015.

## ANEXO 2 - DIMENSÕES E INDICADORES UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO DO (ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IVS))

Dimensões e indicadores utilizados na construção do IVS	
Dimensão	Indicador
Infraestrutura Urbana	Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados
	Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo
	Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho
Capital Humano	Mortalidade até 1 ano de idade
	Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola
	Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola
	Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos
	Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família
	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade
	Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo
Renda e Trabalho	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária
	Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)
	Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade
	Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal
	Percentual de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos.
	Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade

Fonte: Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros, 2015. Adaptação do Mapa dos Direitos Humanos, do direito à Cidade e da Segurança Pública de Porto Alegre 2015.

Org.: Janaína Teixeira (2015).

### ANEXO 3 - RECLAMAÇÃO SOBRE A FALTA DE SEGURANÇA NA SAÍDA DAS ESCOLAS NO PERÍODO DA NOITE, 2014.

#### MANIFESTAÇÃO

**ASSUNTO:** Ouvidoria - Resposta

**Nº DA DEMANDA:** 502

**DESCRIÇÃO:** Segurança Pública: Gostaria de fazer uma reclamação, pois liguei para o número 190 para fazer uma queixa de assalto a mão armada por volta das 23h00 nas imediações da Escola Estadual de Ensino Médio Roque Gonzales, zona sul de Porto Alegre e esse número estava o tempo todo ocupado, aguardei por 20 minutos uma atendente que se identificou como Soldado Chagas perguntou o ocorrido e me deixou no mute até a ligação cair. Minha irmã foi assaltada pois não havia sequer uma viatura da brigada Militar nas imediações da escola naquele horário, sendo que essa região já é ponto notório de assaltos, furtos, roubos de toda a ordem a transeuntes; trabalhadores e estudantes principalmente. É um absurdo, pois retornei a ligação para tentar pedir ajuda e esperei até a ligação cair, isso por volta das 23h40min. Por favor, nos ajudem pois nossos jovens são aterrorizados com revolveres depois de um dia de trabalho enquanto retornam da aula, por favor vos peço coloquem mais brigadianos nas ruas ou que façam Blitz.

#### DEMANDANTE

**NOME:**

**TELEFONE:** 51 96

**E-MAIL:**

**ENDEREÇO:** R. Dr. Octávio de Souza, , Cristal, 90840350, Porto Alegre, RS, Brasil

#### RESPOSTA

Prezada Cidadã:

Em atenção a sua demanda segue abaixo a manifestação da BM.

10/10/2014 - 12:59 Em resposta informo que a demanda foi encaminhada para o Comando de Policiamento da Capital para que os fatos sejam apurados em 22/05/2014 - 13:33 através do Ofício /M/2014-Ouvidoria. Caso seja constatada alguma irregularidade através da apuração dos fatos, estes serão apurados através de Procedimento Formal e após concluídos e solucionados é remetido a Justiça Militar Estadual a quem compete julgamento do feito. Agradecemos pelas informações e nos Colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Enviado por - BM - 980002.

Fonte: Arquivo pessoal, 2014.

Org.: Janaína Teixeira (2015).